

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM GEOGRAFIA

LUCIANA NOGUEIRA DE SOUZA

**A PROBLEMÁTICA DO ASSENTAMENTO FLORESTA
BRANCA DO MUNICÍPIO DE ELDORADO /MS**

Dourados - MS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729p	Souza, Luciana Nogueira de. A problemática do assentamento Floresta Branca do município de Eldorado/MS. / Luciana Nogueira de Souza. -- Dourados, MS: UFGD, 2014. 128f. Orientadora: Profa. Dr ^a . Márcia Yukari Mizusaki. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Luta pela terra. 2. Campesinato. 3. Estado. 4. Assentamento Rural. 5. Permanência na terra. I. Título. CDD – 301.35
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

LUCIANA NOGUEIRA DE SOUZA

A PROBLEMÁTICA DO ASSENTAMENTO FLORESTA
BRANCA DO MUNICÍPIO DE ELDORADO /MS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia - da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção o título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Yukari Mizusaki

Dourados - MS
2014

LUCIANA NOGUEIRA DE SOUZA

A PROBLEMÁTICA DO ASSENTAMENTO FLORESTA BRANCA DO
MUNICÍPIO DE ELDORADO /MS

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Yukari Mizusaki

2º Examinador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

3º Examinador: Prof. Dr. Sedeval Nardoque

Dourados, 27 de junho de 2014.

RESUMO

No Brasil existe uma comprovada má distribuição de terra, de modo que claramente o problema fundiário assume relevância social, pois mesmo que a reforma agrária tenha estado presente em inúmeras discussões, quando se trata das políticas agrárias, notadamente não há sua real efetivação. Na verdade, mesmo diante dos esforços empreendidos não se tem conseguido materializar conquistas efetivas para o grupo de trabalhadores rurais sem terra. Ainda em se tratando de reforma agrária é necessário chamar a atenção para a luta desses trabalhadores para conquistar seu lote e então trabalharem, produzindo para seu autoconsumo e para a comercialização. Acredito que se trata de lutas e conquistas que merecem ser contadas, de modo que a presente dissertação surge com a finalidade de realizar um estudo em busca de conhecer e analisar as especificidades e características do Assentamento Floresta Branca, localizado em Eldorado (MS). Nesse sentido investigou-se aspectos inerentes à vida dos assentados. O estudo traz à pauta a questão da reforma agrária, cuja efetivação tem sido motivo de grandes discussões, mas de poucas ações governamentais capazes de realmente atenderem as necessidades de terra e de condições de trabalho dos trabalhadores rurais sem terra. Em busca de atingir o objetivo proposto a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e um estudo de campo, sendo que o primeiro realizado por meio do levantamento, seleção, leitura e análise de importantes aportes teóricos, que serviram de fundamento para o estudo de campo realizado junto aos trabalhadores que compõem o Assentamento Floresta Branca e junto a pessoas ligadas à Secretaria de Agricultura do município de Eldorado e também ao Sindicato Rural, assim como junto a vinte famílias assentadas. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram questionário semiestruturado e história oral, cuja aplicação permitiu demonstrar que os assentados pesquisados fazem parte de um povo que lutou, acreditou e apesar dos dissabores vivenciados, conquistou seu pedaço de terra, e junto a isso, melhores condições de vida, contribuindo de forma substancial para o crescimento social e econômico do município, onde estão instalados. Além disso, registrou-se a necessidade urgente da implementação de projetos e programas que venham favorecerem esses trabalhadores rurais no sentido de permanecer na terra.

Palavras-chave: Luta pela terra. Campesinato. Estado. Assentamento Rural. Permanência na terra.

ABSTRACT

In Brazil not there is a good distribution of land, clearly the problem is of great social importance, because even that agrarian reform has been present in numerous discussions when it comes to agricultural policies, realize there is no real effective. In fact, despite some efforts it was not possible to materialize actual achievements for the group of landless rural workers. With regard to land reform, we believe it is necessary to draw attention to the fight these workers in winning their plots and then to work on them, producing for their own consumption and trade. These struggles and achievements deserve to be reported, so that this thesis entitled "The issue of Farm settlement Floresta Branca the Municipality the Eldorado /MS", arises for the purpose of conducting a study seeking to understand and analyze the characteristics and features of White Settlement Forest, located in the municipality. Accordingly we sought to investigate aspects inherent in the life of the settlers. The study brings to debate the issue of land reform, whose effectiveness has been the subject of much discussion, but with few governmental actions that truly meet the needs of land and working conditions of landless rural workers. In seeking to achieve the proposed objective the methodology used was the literature research and field study, and the first was conducted by surveying, selecting, reading and analysis of important theoretical contributions, which served as the foundation for the field study conducted with rural workers the Settlement Floresta Branca and among employees of the Department of Agriculture in the municipality of Eldorado and also the Rural union, as well as twenty families settled. The data collection instruments used were semi-structured questionnaire and oral history, the application of which has led to results that showed that the settlers surveyed are part of a people who fought, believed and despite setbacks, won his piece of land, and along with it, better living conditions, contributing substantially to the social and economic growth of the municipality where they are installed. Furthermore, it was recorded the urgent need to implement projects and programs that will promote these rural workers to remain on the land.

Key-words: Struggle for land. Peasantry. State. Rural settlement. Sojourn on earth.

Dedico este trabalho a meu esposo Andrei Rafael Piovesan, pelo companheirismo, motivação e incentivo, por percorrer vários quilômetros entre idas e vindas junto comigo nesses três anos, por me fazer rir quando estava entre lágrimas. Por crer que eu alcançaria meu objetivo, por todo carinho e amor demonstrado em cada gesto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as pessoas que contribuíram para que meu sonho fosse realizado, cada uma delas cooperou de uma forma diferente e especial.

À Deus por me conceder capacidade, força e coragem para enfrentar os desafios da vida com otimismo e confiança.

A meu pai Alfelino José de Souza (*in memoriam*), que desde muito cedo acreditou em meu potencial.

A minha mãe Antonia Nogueira da Rosa (*in memoriam*), por me ensinar a ter fé em Deus antes de qualquer coisa.

A minha irmã Elizabeth Nogueira de Souza (*in memoriam*), que de onde estiver com certeza estará orgulhosa de mim. Três estrelas que brilham no céu... Saudades eternas...

A meu querido esposo Andrei Rafael Piovesan, homem maravilhoso e paciente que sempre me apoiou em todas minhas batalhas com amor incondicional. Pela compreensão e força. Todas as palavras do mundo seriam poucas para expressar minha gratidão.

A meus filhos Andrei e Luan, presentes de Deus em minha vida, meus eternos amores, por se tornarem minha luz e alegria diante dessa luta em busca de aprimorar meus conhecimentos.

A Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki, minha orientadora nesta dissertação, pela disponibilidade, pelos conhecimentos transmitidos e que, sem medidas, empenhou-se em preparar-me e habilitar-me para que meu trabalho fosse realizado com êxito; um verdadeiro ícone de competência, exemplo de determinação e disciplina. Sua atenção e amizade em muito me ajudou. Pessoa a qual me espelho e que serei perduravelmente grata.

Ao Prof. Dr. João Edmilson Fabrini, ao qual tive o privilégio de participar de suas enriquecedoras aulas. Suas pesquisas de campo em muito me acrescentaram, sua sabedoria e experiência são de inigualável apreço. Profissional

de garra, pessoa autêntica, de olhar firme e determinado, comprometido com a educação. Todo meu respeito e admiração.

Aos professores do Programa Pós-Graduação Geografia da UFGD, por todo tempo dedicado, suas culturas e discussões teóricas nortearam-me ao crescimento pessoal e educativo. São a base sólida desse processo ensino-aprendizagem.

À minha sogra Rosa Ester Giovenardi e comadre Tania Maltauro, que sempre dispensaram de tempo para cuidar, zelar e amar meus filhos em minha ausência.

À minha amiga de infância, Gilda Antunes, pelas palavras de ânimo, carinho e encorajamento dispensado a mim.

À Shirley Mattias, colega de curso e amiga para todas as horas; dividimos choros, abraços e pulos de alegria.

À minha amiga e colega Tayaná Felizardo, pelos incentivos nas horas difíceis, pela amizade, por participar das infindáveis discussões em torno de nossas pesquisas.

Às famílias residentes no Assentamento Floresta Branca, pela recepção calorosa, por deixarem seus afazeres e responder as perguntas pertinentes nessa pesquisa, sem elas não seria possível concluir este trabalho.

Às Diretoras da Escola Estadual em que leciono Professoras Cassiana Melissa Rosa e Geanine Martins Recalde, pela compreensão em permitir que meu horário fosse organizado de maneira que eu pudesse frequentar normalmente o Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Aos meus alunos do ensino médio da Escola Estadual Dr. Fernando Corrêa da Costa da cidade de Amambai, por embarcarem comigo nessa jornada, a qual a transferência de tudo o que aprendi, dia após dia, neste curso, faziam seus olhos brilharem e terem a certeza de que leitura, estudo, discussão e pesquisa são fundamentais para a concretização de conhecimentos.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais
voltará ao seu tamanho original.”

Albert Einstein

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	14
1 O MUNICÍPIO DE ELDORADO-MS NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	14
1.1 Considerações sobre a questão agrária brasileira	18
1.2 A questão agrária em Mato Grosso do Sul	29
1.3 Caracterização do município de Eldorado	35
2 LUTA PELA TERRA: VIDAS ANTES DO ASSENTAMENTO	37
2.1 Gênese da luta pela terra: história de vida e trajetória das famílias	46
2.2 Motivos do acampamento	50
2.3 Organização interna do acampamento	53
2.4 Dificuldades enfrentadas e superação	61
3 ASSENTAMENTO FLORESTA BRANCA	67
3.1 O início	67
3.2 Desafios e estratégias para a permanência na terra	76
3.3 Condições de vida	85
3.3.1 Moradia e saneamento básico	85
3.3.2 Saúde	94
3.3.3 Educação	98
3.3.4 Entretenimento	98
3.4 Produção e comercialização	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	113
WEBGRAFIA	122
APÊNDICE	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mato Grosso do Sul	29
Figura 2 - Localização do município de Eldorado – MS	36
Figura 3 - Carregamento e plantação de melancia	40
Figura 4 – Abertura de estrada no Assentamento Floresta Branca.....	66
Figura 5 – Famílias descarregando “mudança”.....	67
Figura 6 – Moradias improvisadas	67
Figura 7 – Primeiras Moradias	68
Figura 8 – Momento de alguma reunião.....	68
Figura 9 – Localização do Assentamento Floresta Branca	70
Figura 10 – Assentamento Floresta Branca – Município de Eldorado - MS.....	73
Figura 11 – Abertura de estradas.....	77
Figura 12 – Moradia de L.B.N.S.	86
Figura 13 – Entrada da moradia de J.R.S.	87
Figura 14 – Moradia de J.R.S.....	87
Figura 15 – Cobertura para maquinários e carro.....	88
Figura 16 – Moradia de M.M.	89
Figura 17 – Abastecimento de água.....	90
Figura 18 – Família reunida em sua residência com a pesquisadora.	91
Figura 19 – Rede de transmissão de Energia Elétrica	92
Figura 20 – Escola Municipal Fechada	97
Figura 21 – Transporte Escolar (1).....	98
Figura 22 – Transporte Escolar (2).....	99
Figura 23 – Escola Municipal fechada (Prédio Novo).....	100
Figura 24 – Campo de futebol de J.R.S.	102
Figura 25 – Cultivo da mandioca.....	105
Figura 26 – Parte do rebanho do assentado J.R.S.	106
Figura 27 – Momento da ordenha	107
Figura 28 – Barraca do assentado M.R.S.	108
Figura 29 – Barraca do assentado N.S.B.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Fundiária Brasileira – 1992	19
Tabela 2 - Estrutura Fundiária Brasileira – 2003	20
Tabela 3 - Estrutura Fundiária Brasileira - 2009.....	21
Tabela 4 - Execução Anual – Famílias em Mato Grosso do Sul – 1994-2002	32
Tabela 5 - Execução Anual – Famílias em Mato Grosso do Sul – 2003-2012	33
Tabela 6 - Estrutura Fundiária do município de Eldorado	38
Tabela 7 - Pecuária e pequenos animais de Eldorado (2004-2011).	41
Tabela 8 - Agricultura Permanente de Eldorado (2004-2011).....	42
Tabela 9 - Agricultura Temporária de Eldorado (2004-2011).	43
Tabela 10 - Estrutura Fundiária do Município de Paranhos.	71
Tabela 11 - Agricultura Familiar e Agricultura Patronal (Taquarussu e Batayporã).71	
Tabela 12 - Agricultores tradicionais e assentados (Taquarussu e Batayporã).....	72

LISTA DE SIGLAS

AR - Administração Regional

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CF - Constituição Federal

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MS - Mato Grosso do Sul

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MT - Mato Grosso

QSE - Quota Salário Educação

SENAR/MS - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

STRs - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

INTRODUÇÃO

A terra sempre constituiu objeto de desejo e conflitos para muitos indivíduos. Seu cultivo ao longo da história cumpre importante papel, sendo a atividade agrícola indissolivelmente atrelada ao desenvolvimento da humanidade.

Os trabalhadores, ao longo do tempo, com aprendizado cotidiano e com a execução de múltiplas atividades, tudo conforme as necessidades surgidas e também com a época. Então, com o passar do tempo a agricultura ganhou espaço preponderante, fornecendo, desde então, alimentos e matérias-primas para vestimentas, objetos de adorno, abrigos e construções.

A importância da atividade agrícola para a sociedade levanta uma questão: a necessidade de mudar uma estrutura fundiária que se tornou excludente e fez com que os camponeses se posicionassem numa luta em prol da democratização do acesso à terra, o que equivale a trilhar o caminho em busca da efetivação do direito de trabalhar na terra, que se encontra nas mãos de grandes proprietários rurais, terras essas improdutivas.

É fato que as políticas agrárias implementadas ao longo da história nacional determinaram o perfil da propriedade privada, latifundiária e monocultora, concentradora de riqueza nas mãos de poucos indivíduos, gera dessa forma, por consequência, a exclusão de enorme contingente de não proprietários.

A perspectiva de transformação dessa realidade passa, obrigatoriamente, pela urgência de se efetivar políticas públicas capazes de permitir a reforma do Estado e, dentre as diversas políticas exigidas, tem-se a reforma agrária, necessária para impedir a contínua marginalização de grande parte da população brasileira e para se resolverem os diversos problemas enfrentados pela nação.

Não há como abordar a reforma agrária sem fazer menção ao campesinato, sendo que ao analisar sua incursão histórica percebe-se que a utilização dos termos 'camponês' e 'campesinato' no vocabulário brasileiro não é recente. Chegados pelo caminho da importação política, como é salientado por José de Souza Martins. A introdução desses vocábulos se deu de forma definitiva há aproximadamente seis décadas, com a intenção de "[...] dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta" (MARTINS, 1990, p.21).

Por volta da década de 70 do século XX os conflitos sociais ainda não eram pautas de debates. Apesar de que nesse período a concentração fundiária já era muito grande, pouco se falava em distribuição de terra aos que necessitavam dela para produzir.

O quesito é que proprietários de terra sempre encontram apoio governamental ou financeiro com facilidade, enquanto as dificuldades de muitos dos produtores camponeses vão além da falta de apoio desses órgãos: trata-se da falta de terra para trabalhar. Por essa razão, como explicita Fernandes (2010), os trabalhadores rurais sem terra se organizam e lutam pela ocupação de terras, com o único interesse de conseguir um pequeno território, quando conseguem há reafirmação, viabilização e valorização do processo de espacialização e de territorialização da luta. Esse processo de territorialização envolve as ocupações de terra e a conquista de importantes espaços, como os assentamentos, territórios de recriação do campesinato e de reprodução do movimento de luta pela terra.

A questão agrária vai muito além daquilo que é noticiado pela mídia, pois muitas vezes se transmite a imagem deturpada, do que vem a ser a luta pela terra, pela família e pelo trabalho. Apesar de a reforma agrária ser entendida como a expressão usada para a descrição de diferentes processos voltados para dar aos trabalhadores rurais sem terra acesso à propriedade da terra e aos meios de produção, existe um fator determinante que move isso tudo: a luta e a dedicação, daqueles que nasceram, cresceram e pretendem morrer na terra, em busca de seu pedaço de chão, no qual poderão produzir frutos e viverem com dignidade .

Para Almeida (2003, p.26): “Na beira das estradas, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro, enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho”.

Assim, nasceu a ideia de desenvolver a presente dissertação com o objetivo de conhecer e analisar as especificidades e características do Assentamento Floresta Branca, localizado no município de Eldorado /MS, pesquisando o cotidiano, o modo de vida, as afinidades em comum, os costumes adquiridos a partir do convívio entre as famílias vindas de distintas regiões (Paranhos, Taquarussu, Batayporã e Eldorado), sua contribuição na produção de alimentos e na economia eldoradense.

Deste modo, o que se pretende reconhecer por meio deste estudo é o complexo sociocultural vigente no assentamento, suas contradições e lutas para

permanência na terra. Considero o tripé apresentado por Martin (2008): terra - família - trabalho, diretamente interligados, pois um complementa o outro; portanto, são valores que se sobrepõem às regras da sociedade capitalista, são princípios e valores como a integridade, a honra, a liberdade e a ajuda mútua.

Os motivos que levaram à realização desta pesquisa sobre a reforma agrária e de modo específico no 'Assentamento Floresta Branca', foram a admiração nutrida por aqueles que moram e produzem na terra juntamente com a raiz de minha história familiar que começa com o envolvimento de meu pai com a terra, migrante da Bahia para o interior de São Paulo, com seus pais e irmãos pequenos, para trabalhar no plantio e colheita do café. A partir daí criou-se vínculo muito forte com a terra, tanto que por essa razão meu pai sempre cultivou árvores frutíferas e hortaliças em nosso pequeno terreno, ensinando-nos desde cedo o valor de plantar e colher. Essa motivação aliada à amizade que tenho com algumas famílias que residem no assentamento em questão, me levaram a decidir pelo relato da história de vida das famílias assentadas.

Importa ainda, esclarecer que a presente pesquisa justifica-se por reconhecer a importância do estudo do campesinato para a sociedade, para a academia e em especial, para a ciência geográfica. O campesinato muitas vezes tem sido visto tão-somente como coadjuvante no setor primário, quando na verdade é a principal alavanca da sobrevivência do homem e economia da sociedade; daí a importância de desenvolver um estudo no Assentamento Floresta Branca, de modo a mostrar que os trabalhadores sem terra devem ser respeitados como tal, com a implementação de uma política agrária muito mais justa e igualitária, pois certamente, através do seu trabalho contribuem para o crescimento da economia regional.

Em busca de atender ao objetivo proposto o delineamento metodológico orientou inicialmente no desenvolvimento deste texto, foi a revisão bibliográfica, pois "procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos" (BARUFFI, 2004, p.55), além de fundamentar o estudo de campo realizado. Nesse caso específico, identificou-se obras sobre o tema, sendo utilizados, para tanto, livros técnicos, artigos científicos, dissertações, dentre outros materiais.

O estudo de campo foi segundo delineamento escolhido, pois é uma investigação "[...] bem detalhada sobre um ou poucos objetos. A ideia é refletir sobre

um conjunto de dados para descrever com profundidade o objeto de estudo, seja ele uma pessoa, uma família ou uma comunidade” (MASCARENHAS, 2012, p.50). A realização desse tipo de estudo é de grande importância numa pesquisa, pois é possível obter informações relevantes junto à comunidade que está sendo estudada, nesse caso, a do Assentamento Floresta Branca.

Com o objetivo de conhecer a história da formação do desse assentamento, assim como a trajetória e aspectos relacionados à vida dos trabalhadores rurais antes do acampamento e no assentamento, inicialmente buscou-se informações junto: ao Diretor de Agricultura do município de Eldorado, o Sr. Edivaldo José de Souza, funcionário da Secretaria de Agricultura, o Sr. Antonio Costa e Maria Helena dos Santos (Presidente do Sindicato Rural e assentada); na sequência foi realizada uma entrevista junto a 20 famílias assentadas.

A entrevista com o Diretor de Agricultura deu-se através de perguntas semiestruturadas; com os assentados deu-se mediante aplicação de um questionário semiestruturado e também da história oral. As bases teóricas da história oral interligam-se com a construção da memória e é fundamental para conhecer como se deu a inserção de cada trabalhador no cenário do assentamento, servem de ponto de apoio para a história do tempo presente. Assim, os depoimentos orais foram de fundamental preponderância para a trajetória da pesquisa.

As famílias entrevistadas foram escolhidas aleatoriamente, conforme encontradas em suas residências. Assim, das 20 famílias, obteve-se o depoimento de 04 oriundos de Taquarussu, 13 de Paranhos e 03 de Eldorado. No decorrer da pesquisa não foi entrevistado nenhum assentado vindo de Batayporã. O estudo *in loco* foi realizado entre os dias 13 a 17 de maio e 27 a 30 de novembro de 2013, de modo que todas as falas e informações transcritas datam desse período.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos: o primeiro, destinado à exploração e discussão teórica de questões referentes à reforma agrária e à luta pela terra no contexto nacional, estadual e municipal (Eldorado); o segundo capítulo apresentou os resultados das pesquisas realizadas sobre a vida dos assentados desde antes do acampamento até a vivência e organização nesse espaço; no capítulo três constam os resultados relacionados à luta e permanência na terra, no assentamento Floresta Branca, com a preocupação em destacar como se deu o processo inicial, os desafios e estratégias, as condições de vida e a produção e comercialização de produtos.

1 O MUNICÍPIO DE ELDORADO-MS NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 Considerações sobre a questão agrária brasileira

Interessante iniciar essa discussão valendo-se do que, com propriedade, é exposto pelo sociólogo José Souza Martins: “[...] há má distribuição da terra no Brasil: muita gente tem pouca terra para trabalhar e pouca gente tem controle de muita terra, nem sempre utilizada para o bem público [...]” (MARTINS, 1991, p.34). Essa prerrogativa sustenta a luta pela terra no território brasileiro e, ainda, os estudos agrários relacionados à problemática social no campo.

A questão agrária, tema de divergência entre especialistas, proprietários rurais, movimentos sociais¹, sem terra e a sociedade em geral, é recorrente em diversas e constantes discussões promovidas pelo meio político e pelos meios de comunicação de massa.

É difícil iniciar uma abordagem sobre a reforma agrária, envolvendo a concentração fundiária no Brasil, sem se remeter à própria formação do território nacional, pois desde o período pré-colonial até recentemente, a concentração de terras explica a razão da reforma agrária ainda não ter se consolidado de fato.

Quando os portugueses iniciaram as grandes navegações e chegaram à “descoberta” do território brasileiro, como não havia divisão territorial, os lusitanos consideram como terras públicas, pertencentes a partir de então, à Coroa Portuguesa. “Durante o período de 1500, pouca ou nenhuma atividade colonizadora foi desenvolvida no Brasil, sendo que nesse período as terras eram públicas” (LIBERATO, 2003, p.31). Assim, chegaram desmatando florestas, retirando o pau-brasil e escravizando os indígenas.

Foram instauradas as capitanias hereditárias, época em que as terras foram distribuídas à nobreza portuguesa ou a quem fizesse serviços para a Coroa. Veio assim, o sistema das sesmarias: “A partir de 1530 iniciou-se o processo de

¹ Consistem em “manifestações organizadas da sociedade civil, com o objetivo de contestar a ordem estabelecida, ou, por outro lado, impedir a modificação da estrutura da sociedade” (FABRINI, 2002, p.113).

privatização das terras brasileiras e sua conseqüente colonização, através da implantação do sistema das sesmarias [...]” (LIBERATO, 2003, p.31).

As sesmarias eram um sistema pelo qual os donatários adquiriram o direito de repartir e distribuir parcelas de suas capitâneas a quem fosse de seu interesse, preferencialmente àqueles que visavam à exploração dos recursos naturais. Com isso, a intenção era de privatizar as terras outrora públicas. É daí, que advém às origens de grande parte dos latifúndios no Brasil.

Pode-se afirmar que o desrespeito à terra brasileira e a colonização portuguesa foram os responsáveis pelo desequilíbrio da estrutura fundiária brasileira: “Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil” (GUIMARÃES, 1989, p.19).

Outro marco data do século XIX, no ano de 1850², quando foi instituída a Lei de Terras³, ficando determinado o acesso à terra apenas àqueles que tivessem condições financeiras de adquiri-la, mas para ter o título reconhecido, primeiro devia cultivá-la e realizar melhorias. Houve aí uma inversão na forma das terras serem adquiridas, pois “[...] antes, a Coroa Portuguesa concedia um título e, a partir de então, o beneficiário tinha o direito de entrar na propriedade” (LIBERATO, 2003, p.38).

Feliciano (2006, p.27), complementa: “A terra é, então, transformada em mercadoria, assumindo um caráter de renda capitalizada e alterando as bases de ordem política e social no Brasil”. Segundo o autor, a partir daí, a propriedade privada da terra instalou-se no país, tendo o latifúndio como sua maior característica.

Em Liberato (2003, p.51) há relatos de que continuou vigorando o “sistema de grande fazenda, na maioria das vezes improdutivas, sob uma legislação que cada vez mais garante à propriedade um direito sagrado e inviolável, desprezando qualquer noção relativa ao interesse social da terra”.

No século XX, o aumento dos latifúndios foi visível. Um fato marcante, que serviu de apoio direto a isso, agora comentado por Kageyama et al. (1990), está relacionado ao regime militar, sobretudo, no chamado processo de “modernização”

² Vinte e oito anos após a proclamação da Independência do Brasil.

³ Essa Legislação (Lei 601) regularizou-se o chamado regime de posses, que vigorava desde 1822. Interessante destacar que essa concepção de propriedade teve origem já em 1767, quando a Coroa Portuguesa promulgou uma lei criando a figura do posseiro, concedendo-lhe alguns direitos sobre a terra que havia cultivado.

da agricultura. Tal projeto era fundamentado no estímulo ao desenvolvimento do capitalismo na atividade agrícola brasileira, mediante a grande propriedade latifundiária ligada ao acelerado processo de industrialização nas cidades, alicerçado nos investimentos de empresas multinacionais.

De acordo com documento publicado em 1997, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a superfície do território brasileiro é de 8.547.403 km², o equivalente a aproximadamente 854 milhões de hectares (BRASIL, 1997). É fato que o Brasil possui uma extensão que dá condições a um desenvolvimento econômico indiscutivelmente significativo, não fosse, talvez, a quantidade de terras não exploradas pelos grandes latifundiários.

Para melhor entender essa questão é importante apresentar alguns dados que comprovam a grande quantidade de terra concentrada nas mãos de poucos. Assim, seguem discutidas algumas informações referentes ao ano de 1992, 2003, 2009 e 2012⁴, cuja análise permite ver a evolução da estrutura agrária.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1992, a área constante do cadastro totalizava 310.030.752 milhões de hectares, ou seja, somente 36,7% da superfície total. Essa área era formada por 2.924.204 imóveis agrários.

A Região Norte, representa 45% da superfície do país, tinha uma relação área cadastrada/superfície de apenas 15%, enquanto a Região Sul, que representa apenas 6,7% da superfície brasileira, detinha uma relação área cadastrada/superfície de 70,0%.

Outros dados importantes referentes à situação fundiária do Brasil no ano de 1992 podem ser visualizados na Tabela 1:

Tabela 1 – Estrutura Fundiária Brasileira – 1992

Área Total (ha)	Imóveis		Área total	
	Nº imóveis	Em %	Área (ha)	Em %
Até 10	907.764	31,05	4.429.542,7	1,5
De 10 a 25	804.376	27,5	13.081.255,3	4,4
De 25 a 50	477.439	16,33	16.679.065,9	5,7
De 50 a 100	319.256	10,92	22.205.515,7	7,4
De 100 a 200	191.539	6,56	20.032.300,2	6,6
De 200 a 500	133.506	4,56	41.147.556,9	14,1

⁴ Dados referentes à 1992 e 2003 foram obtidos junto ao DATALUTA (2012), à 2009 junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e à 2011, Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

De 500 a 1000	48.873	1,67	33.812.939,4	11,3
De 1000 a 2000	22.374	0,76	30.767.926,4	10,5
Mais de 2000	19.077	0,65	114.270.512	39,1
Total	2.924.204	100,0	291.997.071,8	100,0

Fonte: Adaptado da Banco de Dados de Luta pela Terra (2012).

Os dados revelam que no ano de 1992 existiam 2.508.835 imóveis rurais de porte pequeno, de até 100 hectares (ha) ocupando uma área de 56.395.379,6 hectares; ou seja, o campesinato dispunha de uma área imensamente menor que o território dos latifúndios.

Para entender o processo evolutivo ao longo dos anos, a tabela 2, demonstra a situação da estrutura fundiária no ano de 2003, que igualmente permite contemplar a concentração de terra nas mãos dos grandes proprietários de terra:

Tabela 2 – Estrutura Fundiária Brasileira – 2003

Área Total (ha)	Imóveis		Área total	
	Nº de imóveis	Em %	Área (ha)	Em %
Até 10	1.409.480	32,85	6.638.598,6	1,58
De 10 a 25	1.109.841	25,86	18.034.512,2	4,30
De 25 a 50	693.217	16,17	24.266.354,60	5,80
De 50 a 100	485.956	11,32	33.481.543,2	8,1
De 100 a 200	272.444	6,35	36.516.857,8	8,72
De 200 a 500	181.919	4,24	56.037.443,2	13,40
De 500 a 1000	68.972	1,61	47.807.934,8	11,43
De 1000 a 2000	35.281	0,83	48.711.363,1	11,64
Mais de 2000	33.104	0,77	146.988.725	35,12
Total	4.290.214		418.483.332,3	100,0

Fonte: Adaptado da Banco Dados de Luta pela Terra (2012).

Ao observar os dados informados pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), verifica-se uma evolução ao comparar os números relativos a 1992 e os apresentados na tabela 2. Enquanto em 1992 existia um total de 2.924.204 imóveis agrários cadastrados, em 2003 esse número majorou para 4.290.214, o que indica 1.366.010 imóveis a mais, ou seja, 31,8%.

Em questão de área, a evolução é também claramente percebida, pois em 1992 o registro era de 291.997.071,8 ha e no ano de 2003 estava em 418.483.332,3, uma majoração de 126.486.260,5 ou 30,2% ha. Observa-se que esse aumento deu-se proporcionalmente ao crescimento de imóveis rurais no período avaliado.

Mais especificamente no ano de 2003 constata-se que as propriedades

com mais de 1.000 ha somam somente 68.385, mas detinham em torno de 195.700.088,1 ha, ou seja, 46,78% da área total; um grande contraste ao analisar as propriedades pequenas de até 100 ha, que reuniam cerca de 3,5 de ha (19,8%).

Além disso, torna-se evidente ainda, que apesar de ter aumentado a quantidade de pequenas propriedades, as de grande porte também cresceram, de modo que é correto afirmar que o quadro fundiário geral, mesmo com a ampliação de mais de 108 milhões de ha na estrutura fundiária no país, não mudou muito no período analisado de 11 anos (1992-2003).

Tais dados comparativos, fortalecem as afirmações de estudiosos como Martins (1991) e Kageyama et al. (1990), uma vez que revelam claramente informações que confirmam o que esses autores postulam, ou seja, que existe uma concentração de terra, na qual pouquíssimos detêm a maior parte de terra, situação agravada pelo fato de grande quantidade dela ser considerada improdutiva.

Importa ainda, fazer uma análise da estrutura fundiária na atualidade. Para tanto, transcreve-se na tabela 3, informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em 2011 referentes à estrutura fundiária brasileira em março de 2009:

Tabela 3 – Estrutura Fundiária Brasileira - 2009

Área Total (ha)	Imóveis		Área total	
	Nº imóveis	Em %	Em ha	Em %
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5
Total	5.181.645	100,0	571.740.919	100,0

Fonte: Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2011).

Diante do exposto, o INCRA excluiu 273.849 imóveis rurais com dados inconsistentes, como aqueles que apresentavam área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; e ainda, aqueles com área total maior

que 105% do mesmo somatório.

Conforme dados divulgados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) em maio de 2012, há um total de 5.498.505 imóveis rurais cadastrados em todo o Brasil, com um total de área de 605.387.746,06 em hectares. Comparando com os dados de 2009, observa-se um aumento de 316.860 imóveis rurais, ou seja, em três anos houve um crescimento em torno de 6,1%. Com relação à área total em hectares, observa-se também uma elevação equivalente a 0,6% aproximadamente, já que em 2009 era de 571.740.919 e em 2012 de 605.387.746,06, registrando 33.646.827,06 de novos imóveis cadastrados.

Os dados apresentados demonstram uma grande concentração de terras ao longo do período analisado, ficando comprovado que a distribuição fundiária do país é altamente concentradora. É evidente o alto nível de desigualdade, o que revela que as políticas agrárias não tem alcançado eficiência, não contribuindo para mudar a forma de distribuição fundiária brasileira.

Em Carvalho (2010), Liberato (2003) e Machado de Oliveira (2004), constata-se o processo de concentração fundiária não é algo que surgiu repentinamente, mas resultante tanto do passado de ocupação colonial como do modo de ocupação recente do território brasileiro.

O aumento da concentração de terras é parte dos noticiários brasileiros e até mesmo internacionais. Mas não apenas referente a esse último crescimento, pois nas últimas décadas foram registradas e divulgadas pelo MDA (1999) informações sobre a grilagem no país; Policarpo Júnior em reportagem feita à Revista Veja no ano de 1999 mostrou denúncias a respeito do considerado maior latifundiário do mundo, com cerca de 5,7 milhões de hectares (POLICARPO JUNIOR, 1999); em 2001, pela mesma revista, saiu outra reportagem sobre o maior latifundiário do Brasil, que segundo registros detinham cerca de 1,5% do território nacional; entre muitas reportagens e documentários a respeito (SCHWARTZ, 2001).

Compreende-se a questão fundiária, que tanto tem afligido a sociedade brasileira, consiste em grande desafio para o campesinato, já na luta pela terra, a reação dos proprietários têm sido marcada pela violência.

De acordo com Marquesi (2009, p.133), “a violência no campo é um fato presente na história do país e tem suas raízes na expansão do capitalismo, constituindo-se numa luta contra a essência do capital [...]”. Esse autor relata ainda, que no ano de 1835 quando houve a revolta da Cabanagem, o Estado do Pará

passou pela maior rebelião camponesa brasileira; a gravidade da situação foi tanta, que em decorrência do seu enfrentamento, 40% da população da Província foi morta pelo Governo Imperial.

Coaduna com o autor supracitado, Liberato (2003), que menciona ainda, a Revolta dos Canudos e a Campanha do Contestado; a primeira ocorreu no Estado da Bahia em 1896 e a segunda, deflagrada nos estados de Santa Catarina e Paraná, em 1912. Ambos os conflitos, também têm suas raízes na disputa pela posse da terra. De acordo com Ariovaldo Umbelino Oliveira:

O número de mortos nos campos, pelas batalhas da terra foi crescendo, dobrando. E se transformando qualitativamente. Não morre unicamente o posseiro que ocupa as posses, morrem também as lideranças sindicais, aqueles que se apoiam e defendem: os padres, os pastores, os agentes pastorais, os advogados, etc. (OLIVEIRA, 1994, p.17).

Devido à determinação e luta dos trabalhadores rurais, dos quais, centenas tiveram suas vidas brutalmente dizimadas, tem-se o reconhecimento do campesinato. O campesinato sempre esteve presente no campo, destacando seu trabalho como fonte de sobrevivência para si, sua família e para a humanidade, pois o alimento provém do seu trabalho.

Para José de Souza Martins, consiste num “campesinato que quer entrar na terra, e que ao ser expulso, com frequência retorna a terra, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu” (MARTINS, 1990, p.16). Esses camponeses querem entrar na terra, “a partir do questionamento da lógica econômica vigente” (MIZUSAKI 2009, p.71).

Nesse sentido, corrobora Fabrini (2002), para quem a produção camponesa é mais do que apenas produção agropecuária; é na verdade, um modo de produção e reprodução de sua existência enquanto seres humanos sujeitos do processo social. Ainda de acordo com o autor supracitado, encontra-se implícito na definição de camponês, “um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e tantas outras” (FABRINI, 2002, p.139), cuja alcunha de “agricultor familiar”, por exemplo, não permite compreender, apesar de o campesinato ter a família como núcleo central de reprodução.

O que se visualiza na literatura, é que autores como Liberato (2003) e Marquesi (2009), não fazem nenhum tipo de condenação ao sem-terra que luta por

um pedaço que terra, mas a forma como tem sido conduzida a questão da reforma agrária no Brasil. O descontentamento gravita em torno da não ação governamental, o que desrespeita o texto constitucional no preconizado em seu art. 184, referente à responsabilidade do Estado em desapropriar, indenizar justamente os proprietários e, posteriormente, fazer a distribuição para os camponeses.

Faz-se necessário destacar que tais objetivos ainda não saíram do papel, como se pode constatar ao analisar a situação dos trabalhadores sem terra e a grande desigualdade que impera. Silva Júnior (2013, p.145) reforça ao relatar dados recentes: “O número muito baixo de famílias assentadas em 2012 revela a paralisia da Reforma Agrária e não criou perspectivas para as cerca de 200 mil⁵ famílias sem terra que se encontram em luta por um pedaço de chão”.

A crítica do autor se refere às 23.075 famílias assentadas no ano de 2012, ressaltando a inclusão das regularizações fundiárias, ou seja, o número de novos assentamentos é, na realidade, bem inferior ao divulgado. Relaciona o abandono da Reforma Agrária com o objetivo de atender ao agronegócio e ao grande capital.

Ainda quanto às finalidades, Carvalho (2010) as defende quando dispõe que para a reforma agrária acontecer de fato, não basta tão simplesmente à divisão e pulverização da propriedade em micro parcelas, pois ela é muito mais que isso, devendo “garantir acesso à terra, em condições de sustentabilidade (econômica, social e ecológica), a quem dela precisa para produzir, ter acesso aos bens de consumo, progredir socialmente e ter vida digna” (CARVALHO, 2010, p.277).

Diante da literatura sobre a reforma agrária brasileira, verifica-se, no decorrer de sua trajetória histórica, teve sua instalação mais como um mecanismo de redução de tensões sociais, do que realmente como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

Muitos estudiosos, como Liberato (2003), Machado de Oliveira (2004) e Carvalho (2010), acreditam em tal assertiva, mostrando descontentamento com o

⁵ O autor chama a atenção para o número apresentado, destacando que isso sem considerar as milhares de famílias brasileiras sem terra que ainda não se colocaram em luta para conquistar seu espaço no campo. Contudo, conforme Mello (2014), o INCRA não concorda com esses números apresentados. Alguns especialistas também não, como é o caso de Ariovaldo Umbelino, que fundamentado na quantidade de cestas básicas distribuídas a acampados, afirma que esse número de famílias acampadas é cerca de 120 mil. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, em 2013 esse número era de 224,5 mil famílias. É interessante também a colocação do historiador Clifford Welch, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que destaca que “[...] é difícil ter certeza, porque os acampamentos são muito fluidos” (MELLO, 2014, s.p).

Estado. Deixam transparecer em suas teses, apesar de entrarem e saírem governos, reconhecendo a necessidade de integrar a política de desenvolvimento rural à reforma agrária, questão estratégica fortalecendo a pequena propriedade e a agricultura e, ainda, priorizam e geram mais e melhores postos de trabalho e renda no campo, na prática, pouco se têm feito para a resolução do problema.

Na realidade brasileira, a reforma agrária e as leis praticamente não saem do campo teórico, pois na prática, ainda não se vê efetivada e justa distribuição de terras.

Da leitura do conjunto de dados apresentados referentes aos anos de 1992, 2003, 2009 e 2012, conclui-se a concentração de terras no país. Nisso, também é bem claro Ariovaldo Umbelino Oliveira: “Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis” (OLIVEIRA, 2001, p.187).

Pelos números expostos verifica-se a insuficiência dos esforços governamentais para uma mudança considerável na estrutura fundiária brasileira. Intimamente ligada à alta concentração da terra, existe incomensurável desigualdade no que diz respeito no acesso à renda, refletindo na qualidade de vida da população rural, de modo geral.

Para a contextualização do tema reforma agrária é indispensável abordar dois movimentos sociais de grande importância: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI)⁶, pela organização da luta dos camponeses. Para Fernandes (2008, p.30), “[...] quando famílias sem-terra realizam uma ocupação, conquistam a terra e organizam nova ocupação, elas estão formando um movimento camponês e, ao mesmo tempo, estão conquistando novos territórios”.

Assim, organizado em todo o Território Nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) atrai a atenção da sociedade e do Poder Público para a causa da reforma agrária. Fabrini (2002, p.112), relata: “a partir do final da década de 1970 ocorreu um conjunto de manifestações no campo realizadas por trabalhadores despossuídos da terra, marcando o surgimento do Movimento e

⁶ Existem outros movimentos também importantes, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas a ênfase é dada aos dois movimentos devido do Assentamento Floresta Branca, objeto deste estudo, ser composto por trabalhadores filiados aos mesmos.

da identidade sem-terra”.

Já Mizusaki (2009, p.71) relata sobre o movimento em Mato Grosso do Sul, surgido em 1984, “em decorrência das lutas de arrendatários das regiões leste e sudoeste, que resultaram na ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema”.

Mizusaki (2009) afirma que o MST passou dessa maneira, a organizar os trabalhadores rurais, recebendo apoio, sobretudo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), orientando e acompanhando os camponeses na luta empreendida pela terra.

Em se tratando de estratégias de luta, o movimento tem como marca a organização, valendo-se de ocupações de terras para reivindicar e pressionar a efetivação da reforma agrária para assentamentos de famílias e apoio para a produção dos assentados.

Essa forma de agir tem como destinatário não só o Governo, mas também a sociedade civil, porque, na visão dos trabalhadores Sem-Terra, se os interesses da sociedade são ameaçados, a sociedade mesma passa a exigir do Governo a solução para o problema (MARQUESI, 2009, p.139).

Nesse sentido, o MST é considerado como um dos maiores inimigos do latifúndio brasileiro, fundamentando-se na luta pela destruição da unidade de reprodução da exploração do homem pelo homem e da terra, de modo predatório e insustentável. Esse movimento traz em seu percurso histórico inúmeros enfrentamentos para fazer com que os sem terra sejam ouvidos e atendidos em seu direito de acesso à terra.

Os trabalhadores sem-terra passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e a migração para a Amazônia ou Paraguai (brasiguaios). Simultaneamente à expulsão e expropriação com a expansão do capitalismo, “abre-se” a possibilidade de retorno a terra, através de ocupações de terra e lutas de resistência (FABRINI, 2002, p.113).

Um exemplo foi a manifestação realizada em 1997, com a organização e promoção de um evento em Brasília, Capital da República, “reunindo um contingente estimado em quarenta mil indivíduos, que, marchando a pé de seus Estados de origem, clamavam por uma reforma no campo” (MARQUESI, 2009, p.135).

Para o enfrentamento da luta pela terra, o MST adota a prática racional,

contribuindo desse modo para que a democracia brasileira seja fortalecida, pois é um movimento trabalhando no sentido de combater as diferenças sociais. (CARTER, 2010).

Ainda na visão de Carter (2010), o movimento é organizador de esferas menos privilegiadas da população brasileira, preocupando-se com o desenvolvimento da cidadania e lutando a favor de seus valores e interesses através do ativismo público⁷.

O MST se destaca devido aos ideais defendidos, contribuindo para o desenvolvimento da democracia e paulatinamente, vá se consolidando. A força, os esforços e a personalidade desse movimento são explicados pela sua “capacidade de sustentar e equilibrar a firmeza de seus ideais com a busca de soluções práticas para atender seus problemas cotidianos” (CARTER, 2010, p.231).

O MST sempre se mostrou preocupado com a formação de jovens nas lideranças, o que se deu “[...] acompanhada da construção de uma cultura para a formação da identidade política dos sem-terra” (FERNANDES, 2008, p.39). Esse autor explica que a bandeira e o hino do MST são os principais símbolos do movimento e destaca as palavras de ordem, como ‘ocupar, resistir, produzir’, como referenciais nas lutas e carregadas de sentidos.

O MST é um movimento de resistência e reivindicação, no entanto, vai mais além, se consolidando como um importante processo de luta que marca a história de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.

Os acampamentos, os assentamentos, as ocupações, as marchas e a união, estratégias tão características do MST na luta pela conquista de terra, resultam num coletivo construído por todos os camponeses, destacando suas ideias, concepções, atitudes e também, pelas suas práticas sociais. Isso tudo são passos para uma sociedade mais democrática e igualitária.

Outra organização em questão neste trabalho é denominada FETAGRI. No caso desse movimento, cada Estado tem sua federação. Em Mato Grosso do Sul resultou a luta conjunta de sindicatos de trabalhadores rurais, quando da divisão do estado de Mato Grosso, como demonstra Almeida:

A história do sindicalismo rural representado pela FETAGRI tem

⁷ Conflito social encarado via a pressão popular e negociação com autoridades do governo – como catalisador do desenvolvimento social (CARTER, 2010).

início conjunto com a instalação do Governo de Mato Grosso do Sul, em 01/01/1979, já que neste período ela possuía, no território do novo Estado, dez sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a maioria concentrados na região de Grande Dourados. (ALMEIDA, 2003, p. 150).

Almeida (2003) descreve sete aspectos como as principais bandeiras de luta da Federação dos Sindicatos. São eles: reforma agrária, política agrícola, assalariados rurais, educação e saúde, previdência social e qualificação profissional.

Um ponto de suma importância é o paralelo feito entre os movimentos MST e FETAGRI pela autora em discussão. Na esfera organizacional há diferença entre esses movimentos: para o primeiro, coordenar o assentamento significa estar junto no cotidiano, de uma forma ou outra (grupos coletivos, cooperativas, etc.), já para o segundo "[...] ter famílias filiadas ao STR já configura legitimidade para atribuir a si a coordenação do assentamento, principalmente se neste o MST e a CUT estiverem ausentes" (ALMEIDA, 2003, p.127-128).

Outra colocação importante da autora refere-se ao fato de que para o MST o acampamento tem relação direta com um projeto ambicioso, a formação de um novo sujeito; já a FETAGRI tem as ações voltadas para a desapropriação de terras, alicerçadas na estratégia da pressão.

Assim, comprova-se que são organizações que apesar de lutar pelo mesmo objetivo, a reforma agrária, possuem processos de luta diferenciados, mas apesar disso, são fundamentais no processo de luta travada pelo trabalhador rural com governo e os grandes proprietários rurais. São vitais, seja em nível estadual como nacional.

1.2 A questão agrária no Mato Grosso do Sul- MS

Até o momento foram apresentados aspectos relacionados à questão agrária, principalmente a grande concentração de terra existente no Brasil. Nesse viés, torna-se importante tratar dessa questão contextualizando-a no Estado do Mato Grosso do Sul (MS) e no município de Eldorado, onde se encontra o Assentamento Floresta Branca, objeto do presente estudo.

O Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste, faz divisa com o Paraguai e com a Bolívia; e com os estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Mato

Grosso, conforme visualizados na figura 1:

Figura 1 – Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE (2014).

Desenho: Jaime Ribeiro de Santana Junior (2014)

O Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar nº. 31, datada de 11 de outubro de 1977, quando da divisão do Estado de Mato Grosso (MT), sendo instalado oficialmente dois anos depois, em 1º de janeiro de 1979. Tem extensão territorial de 357.145,532 Km⁸, pela qual se dividem 79 municípios; sua capital é Campo Grande e tem, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), uma população estimada em 2.587.269 habitantes.

O Mato Grosso do Sul destaca-se no cenário nacional em decorrência de sua produção agropecuária, mas também no seu parque industrial, ligada a

⁸ Equivalente a 22% da Região Centro-Oeste e 4 % do território brasileiro.

produção primária. O gasoduto Brasil-Bolívia⁹ é considerado uma estratégia para a instalação de diversas indústrias no Estado. Na agricultura, sobressai-se no cultivo de culturas destinadas ao complexo de grãos, como o milho e a soja e, mais recentemente, a cana-de-açúcar.

Ao lançar um olhar na história da luta pela terra sul mato-grossense, evidenciam-se grandes conflitos, nos quais os índios foram os primeiros envolvidos e posteriormente os trabalhadores sem terra¹⁰. A colonização dessa região nunca foi pacífica, ao contrário, foi regada a conflitos, conduzidos por determinados grupos políticos e econômicos, sobretudo, em decorrência de suas características naturais, permitindo o enriquecimento de muitos¹¹.

A luta pela terra no Estado insurgiu como forma de oposição ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Imigrantes das regiões Nordeste, Sudeste e Sul foram atraídos para o Estado por projetos de colonização pública e privada e pelo trabalho no desmatamento de extensas áreas, além de conquistadores particulares de propriedade, que compraram e grilaram áreas de terras. Outro fato foi a presença na região, de pequenos produtores, migrantes em decorrência do processo de modernização da agricultura. Contudo, Mizusaki discorda da tese que a questão agrária no Estado de Mato Grosso do Sul,

[...] apresenta apenas a face da modernização da agricultura, conforme apregoam alguns autores que veem esse processo de forma desarticulada com os problemas que envolvem, por exemplo, os indígenas, os sem-terra, o ambiente e, justamente por isso, conseguem ver somente a modernização e exclusivamente da agricultura (MIZUSAKI, 2009, p.51).

Segundo Mizusaki (2009), se assim fosse, a problemática do campo estaria associada à questão agrícola e não à agrária, na qual se dá prioridade a dimensão econômica. Então defende a existência de outras facetas relacionadas ao processo de modernização da agricultura no Estado, dentre as quais cita o processo de expropriação ou subordinação dos trabalhadores rurais, ou da organização desses em movimentos sociais, como o do MST.

Quando se trata de luta pela terra em Mato Grosso do Sul, é importante

⁹ Esse gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) corta em torno de 600 km do território de MS. (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, 2013).

¹⁰ Dos quais se destacam paraguaios, rendeiros, meeiros, etc.

¹¹ Basta lembrar-se da extração de erva-mate nativa e da criação de gado, posteriormente.

remeter-se à extração da erva-mate pela Companhia Matte Larangeira, sob o comando de Thomaz Larangeira, impedindo que migrantes, sobretudo, os gaúchos, se instalassem na região, pois isso “custaria muita luta, sangue e mortes” (ARRUDA, 1997, p.34). Aqueles que tentavam conquistar um pedaço de terra enfrentavam a monopolização da Matte e também seu poder desmedido, sendo perseguidos e muitas vezes mortos.

Sobre a erva mate, é interessante destacar a partir de Lúcia Salsa Corrêa, que sua produção teve grande papel no povoamento e desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, mais especificamente no sul do Estado (regiões de Dourados, Ivinhema, Porto Murtinho, etc.). Segundo Corrêa (1999) nos anos finais do século XIX, a extração dos ervais nativos era muito rentável, com produto de boa qualidade.

Com relação a tempos mais recentes, Fabrini (2002) discute, com propriedade, a questão da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, destacando a importância da luta empreendida pelos camponeses reдеiros, trabalhadores no desmatamento e formação de pastagens em propriedades rurais nos municípios de Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. O autor enfatiza ainda, a ação dos brasiguaios, que retornaram para o Estado e montaram acampamentos em diversos municípios.

Rosemeire Aparecida de Almeida, em estudo, tratou do processo de (re) criação camponesa em Mato Grosso do Sul, faz menção aos idos anos 1990, quando o Estado:

A despeito de suas crises [...] passou a ser conhecido na mídia por ser o quarto produtor de soja e o detentor do maior rebanho bovino do país. No entanto, aflora no seio dele os graves problemas sociais, especialmente o conflito agrário como reflexo da luta contra o elevado nível de concentração de renda, aliado à crescente concentração de terras (ALMEIDA, 2003, p.116).

De acordo com as diversas leituras, os conflitos surgidos, mesmo diante do destaque do Estado no setor agropecuário, aparentemente são resultantes do modo como os grandes latifundiários exploram suas terras, destinando-as principalmente, para a pecuária, escondendo, a intenção de apenas usar o rebanho para esconder a terra. Essa prática tem sido condenada pelo INCRA, pela constatação de baixa produtividade no Estado.

Fatos como esse, contribuem para os sem terra continuarem mobilizando-se, na busca pelo direito à terra seja realmente legitimado. Em contrapartida, os números relacionados às lutas travadas por eles, revelam uma situação difícil.

No Estado de Mato Grosso do Sul, depois de 2001, os processos de lutas desaceleraram. Entre as razões para tal desaceleração, está no descrédito na validação dos projetos de reforma agrária e ainda, devido ao momento político vivenciado anos antes, em 1995, quando eleito Fernando Henrique Cardoso.

No ano de 2010, conforme dados da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), registraram-se no Estado 18 conflitos por terra, e dois anos depois, saltaram para 58, sendo “desse total, 17 envolveram acampamentos e ocupações e 41, conflitos desencadeados por fazendeiros – 39 contra povos indígenas e 2 contra sem-terra” (CANUTO; LUZ; LAZZARIN, 2013, p.20).

Para a CPT o aumento significativo de conflitos nesse período não apenas no Estado, mas por todo o país, revela que a reforma agrária é uma necessidade urgente. Para os trabalhadores sem terra, as ocupações constituem-se na mais importante estratégia de pressão e luta.

É interessante destacar os números relacionados às famílias assentadas ao longo das últimas décadas no estado de Mato Grosso do Sul. Assim, ao voltar na década de 1980, mais especificamente no triênio de 1983 a 1986, o número foi de 2.389 famílias; já de 1987 a 1990, há registros de 2.494 famílias que foram assentadas (MENEGAT, 2003, apud MOREIRA, 2010). Nota-se um pequeno aumento ao se comparar com a quantidade assentada no primeiro triênio citado com relação ao segundo período. Ainda segundo o autor supracitado, no período de 1991 a 1993 houve o assentamento de apenas 661 famílias. Esses dados revelam claramente que naquele período de 1987 a 1993, decresceu significativamente o número de famílias beneficiadas.

Tem-se agora, dados mais recentes apresentados pelo INCRA em março de 2013 dados importantes a respeito dos assentamentos das famílias e que se referem ao período de 1994 a 2002 (Tabela 4) e 2003 a 2012 (Tabela 5).

Tabela 4 - Execução Anual – Famílias em Mato Grosso do Sul – 1994-2002

Período	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Nº de famílias assentadas	3.947	280	1.625	2.564	2.381	660	2.142	1.976	2.412

Fonte: Adaptado de INCRA (2013).

Tabela 5 - Execução Anual – Famílias em Mato Grosso do Sul – 2003-2012

Período	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de famílias assentadas	380	3.512	6.031	2.627	4.956	2.399	3.019	1.449	814	90

Fonte: Adaptado de INCRA (2013).

Em síntese, em Mato Grosso do Sul, no período de 1994 e 2002, foram assentadas 17.987, enquanto que de 2003 a 2012 25.277 famílias receberam terras.

Pelos dados da tabela 4, verifica-se no primeiro período, 1994 2002, houve queda de famílias assentadas do ano de 1994 para 1995, voltando a aumentar no ano seguinte, sofrendo algumas variações até 1999, quando novamente diminuiu, subindo no ano seguinte, mantendo-se estável o índice de assentamentos até 2002.

A tabela 5 traz números relativos ao período de 2003 a 2012, verificando apenas no ano de 2005 número expressivo de famílias assentadas; antes disso, notam-se dados reduzidos e, depois, oscilando até 2011, quando sofre decréscimo considerável, fechando o ano de 2012 com somente 90 famílias assentadas.

Canuto, Luz e Lazzarin (2013) - CPT Nacional - relatam uma queda na quantidade de assentamentos em nível nacional, deixando claro que o número de famílias assentadas em tal período diminuiu com o passar dos anos. Em se tratando de Mato Grosso do Sul verifica-se, na última década, o número de assentamentos foi superior ao período de 1994 a 2002.

No Estado de Mato Grosso do Sul a luta pela terra não se dá apenas por organização do MST, existem outros agentes, como a FETAGRI e a CUT. São importantes agentes sociais na luta pela causa comum: acesso dos trabalhadores sem terra às terras produtivas não cultivadas. Os números apresentados revelam o aumento no número de famílias assentadas, evidenciando o importante desempenho desses agentes no acesso à terra e contra o latifúndio, em Mato Grosso do Sul.

Além das ocupações, os movimentos realizam manifestações por todo o Brasil, sendo registradas pela CPT, 655, em 2011 e 863, em 2012. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, no ano de 2012 foram realizadas 25 manifestações. Contudo, a luta travada não resultou em sólidas conquistas para os sem terras, pois o

posicionamento do Governo Federal distanciou-se daquilo que as organizações sociais do campo reivindicam historicamente. (SILVA JUNIOR, 2013).

Ademais, todo o processo de luta pela terra no Estado, desde quando ainda era o Mato Grosso e foi explorado pela Companhia Matte Larangeira, até o presente momento, mostra que os trabalhadores rurais sempre se mobilizaram, mesmo quando ainda não existiam movimentos como o MST para apoiá-los.

Os trabalhadores sem terra envolvidos na constante luta, oriundos de lugares distintos, com costumes e culturas diferenciadas são obstinados e por seus objetivos, fazem a diferença, abrem caminhos para outros na lutar pelo acesso à terra.

Certamente existem ainda, muitos dados a serem explorados, mas o que até aqui foi abordado permite perceber que a luta pela terra em Mato Grosso do Sul é incessante. Na verdade os trabalhadores rurais enfrentam duas lutas distintas, primeiro para conquistarem seu pedaço de terra e depois, para nela permanecer e fazê-la produzir para seu consumo como para comercialização.

É o que será abordado sobre o Assentamento Floresta Branca no município de Eldorado, Mato Grosso do Sul.

1.3 Caracterização do município de Eldorado

No município de Eldorado, onde está localizado o Assentamento Floresta Branca, é interessante inicialmente conhecer um pouco da história de seu desenvolvimento.

Nas primeiras décadas do século XX, havia poucos moradores na localidade. Havia algumas fazendas e uma aldeia indígena. O povoamento mais intenso começou na década de 1950, quando atraídos pela terra fértil - palmito juçara (chamado de caiçara) e madeira em abundância (cedro, ipê, peroba, etc.) - muitos migrantes dirigiram-se para a região.

Por relatos familiares sabe-se que em 1951, começaram a estabelecer, na região hoje eldoradense, os primeiros moradores, criando uma pequena comunidade, conhecida como Colônia Velha, a sete quilômetros ao norte da futura cidade [...] enfrentaram, destemidamente, as dificuldades inerentes àquela condição:

nenhuma assistência por parte do poder público, casas de pau a pique, de lascas ou coqueiro [...] não havia estradas até a colônia, que alcançavam a pé ou a cavalo (CAMPESTRINI, 2012, p.141).

Os primeiros moradores praticaram o desmatamento, plantaram roças, e de acordo com o relato de antigos moradores, sobreviviam com a extração do palmito. No entanto, como a topografia e a terra eram favoráveis ao plantio de café, muitos investiram nessa cultura. Todavia, o cultivo do café não permaneceu, pois as geadas impiedosas acabaram desanimando os produtores.

Sr. Omar Nunes Cardoso, com a pretensão de criar um núcleo urbano no Sul do Estado¹², comprou uma gleba e começou a vendê-la em parcelas. Em 1954, ele apresentou ao Cartório de Ponta Porã os documentos do loteamento de Eldorado, tanto dos sítios quanto da vila, com as ruas definidas.

Depois disso, várias famílias chegaram e se estabeleceram. “Muitos vieram como arrendatários dos grandes possuidores de terra” (CAMPESTRINI 2012, p.153). Então, construíram as primeiras moradias, os primeiros estabelecimentos comerciais (mercadinhos), a primeira igreja, as primeiras escolas, etc.

Eldorado foi elevado à categoria de Distrito no ano de 1958, pela Lei n. 1.117, pertencente ao município de Amambai. Em 1976, 18 anos mais tarde, elevou-se a município, pela Lei n. 3.692, formado por dois distritos: o da sede e o de Morumbi. Depois, criou-se a comarca de Eldorado pela Lei n. 39, cuja instalação se efetivou em 15 de fevereiro de 1981.

O município foi administrado por nove prefeitos, sendo o primeiro, Antonio Carrocini, empossado pelo Governo Estadual, assumindo em 13 de fevereiro de 1977 e permanecendo frente ao executivo até 1985. A cidade atualmente é administrada por Marta Maria de Araújo, prefeita desde 2009.

Depois desse breve relato, revela que pioneiros acreditaram no potencial da região e investiram nela, chega-se ao ano de 1996, quando surge o Assentamento Floresta Branca¹³, considerado como acontecimento de grande importância na história do município.

O município de Eldorado, que se encontra situado no Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, distante 440 km da capital Campo Grande, em faixa de

¹² Na época ainda Estado de Mato Grosso.

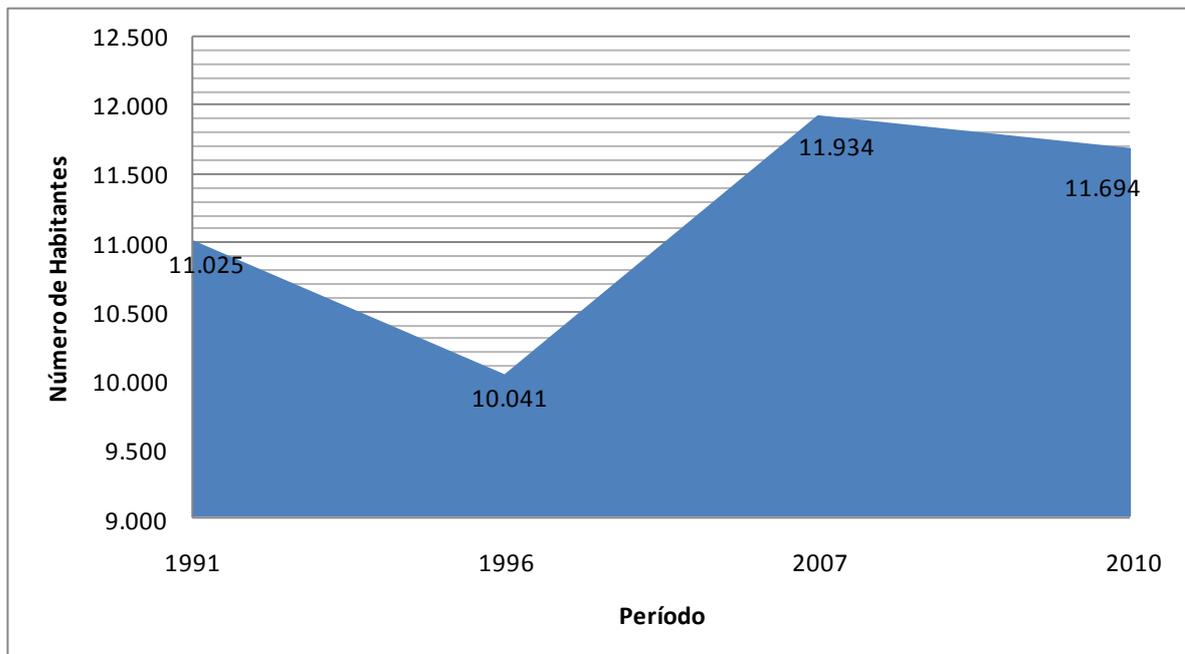
¹³ Por ser o objeto de estudo dessa pesquisa, o Assentamento Floresta Branca e suas características, bem como a dos assentados, são descritas no capítulo 3.

Morumbizinho, Pinheiro e Palmital) e Viúda (com os afluentes Peru e Cipó). A Rodovia BR-163, de Eldorado até o córrego Pirajuí, está no divisor das águas entre os que correm para Iguatemi e as que descem para o Paraná.

Encontra-se na latitude 23°47'13" Sul e longitude 54°17'01" Oeste. Sua altitude oscila entre 250 e 300m. O clima é do tipo tropical, próximo subtropical, “[...] com dois períodos: quente e chuvoso, de outubro a março, com temperaturas elevadas, chegando a 37° C; e frio, de junho a setembro, com temperaturas mais amenas, ocorrendo em alguns dias até geadas” (CAMPESTRINI, 2012, p.167).

Sobre a evolução populacional entre 1991 a 2010, o gráfico 1 demonstra a variação desses habitantes:

Gráfico 1 – Evolução populacional de Eldorado – MS



Fonte: Dados obtidos em IBGE (2010).

*Adaptado por SOUZA, L. N. (2014).

Em 1996 houve diminuição no número de habitantes em relação a 1991, que tinha 11.025 e depois de 5 (cinco) anos baixou para 10.041; depois disso, a população aumentou, elevando-se para 11.934 pessoas em 2007, mas sofrendo pequena queda em 2010, chegando a:

[...] 11.694 habitantes, sendo 5.783 homens e 5.911 mulheres. A população urbana era de 9.348 habitantes e a rural de 2.346. Vale ressaltar, que de modo geral, a população é jovem: em 2010, eram 7.042 habitantes com menos de 34 anos e 1.208 com mais de 60 anos (CAMPESTRINI, 2012, p.169).

Quanto a dados referentes à população atual, não foram encontrados, mas para 2012 havia uma estimativa de 11.790 habitantes. O crescimento populacional observado entre 1996 e 2007, foi elucidado por um funcionário da Secretaria de Agricultura, Sr. Antonio Costa¹⁴, segundo o qual, a instalação do Assentamento Floresta Branca fez aumentar a quantidade de habitantes, além de investimentos feitos pelo Governo Federal em decorrência do assentamento.

A queda observada a partir de 2007 teria se dado, segundo as palavras de Edivaldo José de Souza, “100% em decorrência da crise da febre aftosa” (Entrevista realizada em 28/11/2013). Segundo ele, muitos eldoradenses deixaram a cidade. Destaca que principalmente em se tratando dos assentados, alguns também foram embora, pois antes eram produtores, mas não tiveram como continuar a produzir o leite, já que muitas cabeças de gado foram abatidas¹⁵.

Um aspecto importante a respeito de Eldorado refere-se à sua estrutura fundiária. Assim, na tabela 6 mostra como as propriedades agrárias desse município estão organizadas, no que se alude ao número de imóveis rurais.

Tabela 6 - Estrutura Fundiária do município de Eldorado

Extratos de área total (ha)	Imóveis Rurais (nº)	Área (ha)
0 a 50	318	5.940
51 a 200	144	4.466
Acima de 200	59	107.032
Total	521	137.438

Fonte: IBGE (2013).

* Dados organizados pela pesquisadora.

Na estrutura fundiária referente à quantidade de imóveis rurais de 0 a 50 hectares, encontram-se os 185 lotes dos assentados, sendo que cada um possui 20 hectares para trabalhar a terra e o restante, 133 lotes, são de agricultores tradicionais, como proprietários locais de pequenas propriedades. O Diretor de Agricultura explica que esses dados podem ter mudado, mas que não possuem nenhuma informação atualizada a respeito.

De modo geral, ao observar os dados percebe-se que em Eldorado a realidade fundiária não é diferente do restante do país, mesmo após o surgimento do Assentamento Floresta Branca. Verifica-se que existe uma quantidade pequena de

¹⁴ Um dos funcionários que atuam na Secretaria da Agricultura.

¹⁵ Mesmo sendo amparados por benefícios como o rebate de 95% das dívidas, não conseguiram se reestruturar. Isso está mais bem explicado no decorrer desta pesquisa, quando tratado sobre os desafios para a permanência na terra.

área que pertence a um grande número de pequenos proprietários rurais, enquanto que uma grande quantidade de terra está nas mãos de poucos. Desses grandes imóveis muitos têm terras ociosas, que não são utilizadas nem para a pecuária e nem para a agricultura, sendo que os grandes proprietários a veem apenas como investimento que com o tempo vai se valorizando.

Quanto à indústria, conforme Campestrini (2012) descreve, existem em torno de 25, mas não é especificado em que segmentos atuam; já os estabelecimentos comerciais e de outras atividades, Eldorado conta com 591. Na área educacional Eldorado conta com três escolas estaduais, seis municipais e duas instituições particulares, para atender, em média, 3.200 alunos.

Com relação às terras de Eldorado, pode-se afirmar que são férteis. No começo de sua formação dispunha de serrarias para beneficiar a madeira (peroba, marfim, guaritá, ipê, angico, guaiçara, amoreira, canafístola, entre outras). Na história de Eldorado, destacaram-se a extração do palmito e madeira onde participaram da economia do município:

O palmito e a madeira foram a base da economia na fase de desbravamento da região, que chegaram a ter mais de vinte serrarias e algumas enlatadoras daquele. O extrativismo vegetal se reduz à produção de carvão, pouca expressiva; o extrativismo mineral está concentrado na produção de tijolos (CAMPESTRINI, 2012, p.169).

Depois surgiram as atividades pecuária e agrícola; essa última foi e, ainda é, responsável pela produção de mandioca, melancia, milho, soja e feijão. A partir do ano de 2007 vem produzindo também cana-de-açúcar com índices satisfatórios de produtividade (PREFEITURA DE ELDORADO, 2013).

Atualmente a principal atividade econômica é a pecuária, além de ser o 11º produtor de mel de abelhas do Estado, o 10º produtor de mandioca, o 16º produtor de milho e feijão do Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, cultiva-se nas terras eldoradenses o melão, o coco-da-baía e a melancia, que eleva o município ao patamar de um dos maiores produtores estaduais, sendo, inclusive, conhecido como “Eldorado Capital da Melancia¹⁶”.

Percebe-se um grande orgulho por parte dos entrevistados por esse título recebido. A fala do Diretor de Agricultura revela isso: “A melancia elevou o nome de

¹⁶Título concedido pela Lei Estadual nº 4.193.

nosso município até mesmo nacionalmente. Somos a Capital da melancia. Certamente a maioria das frutas que você compra lá em Amambai vai daqui” (Entrevista realizada em 14/05/2013).

A figura 3 mostra momento de carregamento de melancia em uma das plantações espalhadas pelo município:

Figura 3 – Carregamento e plantação de melancia



Fonte: Wilson Duarte dos Santos (2013)

Sobre a comercialização de melancia, foi destacado que nos últimos quatro anos esse título tem se consolidado ainda mais, uma vez que aumentaram tanto a área plantada como a quantidade colhida, passando de 20 toneladas por hectare para aproximadamente 40 a 45 toneladas.

Outro aspecto importante de salientar refere-se às condições naturais do município, visto que é a essência da paisagem local/regional que ao longo da história passou por transformações significativas, pois foi derrubada parte da Mata Atlântica para que houvesse a fixação/moradia de pessoas bem como o trabalho na terra para o sustento das famílias (CAMPESTRINI, 2012).

A partir de agora se passa a apresentar dados referentes à pecuária e agricultura do município em alguns períodos, com o objetivo de analisar em que aspectos houve crescimento ou decréscimo na produção. Primeiramente segue a tabela 7 com os dados pecuários referentes ao período de 2004 a 2011.

Tabela 7 – Pecuária e pequenos animais de Eldorado (2004-2011).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Bovinos - cabeças	104.304	90.800	103.982	61.659	79.090	79.802	82.791	84.560
Suínos - cabeças	1.103	1.250	1.397	1.350	1.355	1.382	1.505	1.538
Equinos - cabeças	2.469	2.470	2.471	2.460	2.462	2.511	1.635	1.767
Asininos - cabeças	23	24	25	24	25	26	27	28
Muares - cabeças	344	340	336	330	332	338	313	316
Bubalinos - cabeças	122	123	124	120	123	125	15	13
Ovinos - cabeças	957	4.430	7.903	7.850	7.854	8.011	1.770	1.350
Aves - cabeças	20.330	19.440	54.160	54.100	54.115	53.569	43.580	46.090
Caprinos - cabeças	107	108	109	110	112	114	166	105
Vacas ordenhadas - cabeças	977	984	991	890	2.066	1.880	2.611	3.040
Leite de vaca - mil litros	1.050	1.059	900	810	1.880	1.711	2.481	2.980
Lã - produção - Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Casulos do bicho-da-seda - Kg	4.878	3.717	2.838	151	-	-	-	-
Ovos de galinha – mil dúzias	44	44	705	452	453	491	480	509
Mel de Abelha - kg	6.850	4.850	1.000	1.020	5.000	10.000	9.800	10.000

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal; Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

*Dados organizados pela pesquisadora

Ao observar os dados apresentados na tabela 7 é possível perceber que o município de Eldorado teve crescimento em alguns aspectos, mas decresceu em outros. Com destaque o aumento em relação à criação, de porcos, ovelhas, número de vacas ordenhadas, produção de ovos, litros de leite e mel de abelha. Em contrapartida no período analisado houve uma diminuição no número de equinos, muares, bubalinos, enquanto deixou de produzir casulos de bicho-da-seda e o número de aves aumentou entre 2004 e 2009, sofrendo queda a partir de 2010.

Registrrou-se uma queda significativa com relação à criação de gado no ano de 2007. Enquanto em 2006 o rebanho bovino contava com 103.982 cabeças de gado, nos anos seguintes, caíram bruscamente para 61.659, voltando a aumentar no ano de 2008, chegando a 2011 com um total de 84.560 cabeças.

Esse decréscimo deu-se em razão da crise da febre aftosa que no ano de 2005 atingiu o Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que o município de

Eldorado foi muito atingido. Foram embargados os produtos e subprodutos do leite, que era um dos meios de sobrevivência tanto dos trabalhadores rurais assentados como pequenos produtores de Eldorado. A maioria viu seu gado sendo dizimado, sem poder fazer nada.

Tabela 8 – Agricultura Permanente de Eldorado (2004-2011).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Café (em grão) - Toneladas	300	183	208	208	187	187	250	168
Café (em grão) - valor da produção Mil reais	900	549	728	624	598	789	750	840
Café (em grão) - área plantada (ha)	200	203	208	208	208	208	208	140
Café (em grão) - área colhida (ha)	200	203	208	208	208	208	208	140
Coco-da-baía – Mil frutos	45	20	39	65	65	65	65	65
Coco-da-baía - Valor da produção Mil reais	36	16	20	65	65	65	65	65
Coco-da-baía -área plantada (ha)	3	3	3	5	5	5	5	5
Coco-da-baía -- área colhida (ha)	3	3	3	5	5	5	5	5

Fonte: IBGE, Produção da Agricultura Permanente Municipal; Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

*Dados organizados pela pesquisadora

A tabela 8 traz dados referentes à agricultura permanente do município, pela qual se pode observar que a área de café plantada e colhida em 2011 diminuiu em relação aos anos anteriores e do mesmo modo, as toneladas de grãos colhidas, mantendo-se equilibrado apenas o rendimento médio de kg por hectare; o coco-da-baía, manteve seus números principalmente após 2006. De modo geral, percebe-se que os produtos de cultivo permanente são importantes para o desenvolvimento do município, contribuindo com a economia.

Tabela 9 – Agricultura Temporária de Eldorado (2004-2011).

Cultura	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Algodão (caroço) - Toneladas	135	74	64	100	51	-	-	-
Algodão (caroço) Valor produção*	170	59	40	93	48	-	-	-
Algodão (caroço) Área colhida (ha)	180	120	40	50	30	-	-	-
Cana-de-açúcar - Toneladas	-	-	-	22.110	103.816	116.370	828.819	413.310

Cana-de-açúcar – Valor produção*	-	-	-	608	3.011	4.085	33.467	20.665
Cana-de-açúcar – Área colhida (ha)	-	-	-	221	1.059	1.217	6.168	4.600
Feijão (em grão) - Toneladas	1.639	836	840	520	127	363	240	133
Feijão (em grão) - Valor produção*	1.302	986	546	520	267	290	600	193
Feijão (em grão) - Área colhida (ha)	1.093	662	700	500	107	242	160	195
Mandioca-Toneladas	11.700	12.000		12.000	18.400	27.500	40.000	42.500
Mandioca – Valor produção*	2.621	1.080	18.000	1.398	2.484	2.805	8.400	7.905
Mandioca-Área colhida (ha)	650	1.000	1.500	600	736	1.100	1.600	1.700
Melancia-Toneladas	7.620	405	4.800	6.600	6.428	12.000	13.750	16.500
Melancia –Valor da produção*	1.295	122	1.200	1.716	2.411	3.060	4.125	5.445
Melancia-Área colhida (ha)	381	14	160	300	386	400	550	550
Milho (em grão) - Toneladas	20.149	13.390	22.195	41.778	22.810	9.324	31.800	33.335
Milho (em grão) - Valor produção	5.042	3.265	4.150	10.862	6.510	2.038	6.992	11.262
Milho (em grão) - Área colhida (ha)	5.092	3.480	5.660	9.810	6.500	4.970	6.990	7.951
Soja (em grão) - Toneladas	19.773	26.780	14.881	23.875	21.198	20.739	28.500	29.450
Soja (em grão) - Valor produção*	13.558	11.480	5.580	11.094	13.355	14.658	15.595	19.584
Soja (em grão) - Área colhida (ha)	10.985	13.000	13.000	9.550	9.500	9.300	9.500	9.500

Fonte: IBGE, Produção da Agricultura Permanente Municipal; Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

* Mil Reais

**Dados organizados pela pesquisadora

Pela tabela 9 observa-se que agricultura temporária de Eldorado envolve a produção de diversas culturas; a cana-de-açúcar, plantada a partir de 2007 (22.110 toneladas) chegando a um total de 413.310 toneladas em 2011.

O algodão foi cultivado de 2004 (135 toneladas) a 2008 (51 toneladas), cessou seu cultivo pelo fato de que “se tornou uma cultura de difícil controle das doenças dele, da questão do bicudo, que é uma praga terrível” (Entrevista realizada em 28/11/2013); além disso, o fato de outros Estados produzirem em maior escala, sobretudo por disporem de mais tecnologias, por exemplo, enquanto que no município de Eldorado a maioria da mão-de-obra era/é familiar, ou seja, não contava com recursos tecnológicos avançados, a colheita feita manualmente. Isso tudo colaborou para que se parasse a cultura do algodão.

Verifica-se que o feijão, a mandioca, a melancia, o milho foram cultivados em todo o período de 8 anos. Contudo, o feijão que em 2004 foram colhidas 1.639 toneladas, em 2011 a quantidade baixou para apenas 133, as razões disso, de acordo com o Diretor de Agricultura, são as mesmas que levaram o algodão a deixar de ser produzido. A mandioca iniciou com 11.700 e em 2011 registrou 42.500 toneladas; o mesmo ocorreu com a melancia, o milho e a soja, que produziram juntas em: 2004 com 47.542 toneladas e em 2011 um total de 79.285 toneladas.

Além dessas culturas temporárias apresentadas na tabela 8, existem outras, como o trigo, abacaxi, arroz, girassol, sorgo, amendoim e mamona, que também foram plantadas no período analisado, que apresentaram rotatividade na produção, sendo cultivadas poucas vezes no período. De qualquer forma, os números informados mostram que Eldorado é um bom produtor de culturas temporárias.

2 LUTA PELA TERRA: VIDA ANTES DO ASSENTAMENTO

Com o objetivo de conhecer a história da formação do assentamento Floresta Branca, assim como a trajetória e aspectos relacionados à vida dos trabalhadores rurais antes do acampamento e do assentamento, inicialmente buscou-se informações junto a Edivaldo José de Souza¹⁷, Antonio Costa¹⁸ e Maria Helena dos Santos¹⁹.

Na sequência realizou entrevistas com 20 famílias assentadas, escolhidas aleatoriamente, conforme foram encontradas em suas residências. Das 20 famílias, obteve-se o depoimento de 04 que vieram de Taquarussu, 13 de Paranhos e 03 de Eldorado. No decorrer da pesquisa não foi entrevistado nenhum assentado oriundo de Batayporã.

2.1 Gênese da luta pela terra: história de vida e trajetória das famílias

As histórias de vida das famílias são de lutas, pois retratam dificuldades, dores, sofrimento, perdas e muita persistência e vontade de vencer. Antes de acampar, a maioria dos trabalhadores trabalhava como diarista em propriedades rurais da região onde vivia, enquanto outros eram boias-frias (cana-de-açúcar; algodão), trabalhavam na roça ou eram rendeiros – esses últimos todos provenientes da região de Paranhos.

A estrutura física que dispunham antes de irem para o acampamento era precária, com trabalhadores morando em barracos ou em casas de pau a pique, sem energia elétrica, sem saneamento básico. Isso vem ao encontro do que Edna Falchi delinea: “A adesão desses trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela terra envolve uma série de aspectos que evidencia uma vida marcada por problemas de ordem financeira, familiar habitacional” (FALCHI, 2007, p.118).

Constatou-se a presença de trabalhadores rurais que antes do acampamento não tinham trajetória na lida rural, mas exerciam funções como motoristas ou vendedores. À primeira vista causa certo estranhamento encontrar

¹⁷ Diretor de Agricultura do município de Eldorado.

¹⁸ Funcionário que atua na Secretaria de Agricultura.

¹⁹ Presidente do Sindicato Rural e assentada.

assentadas pessoas que profissionalmente não eram ligadas ao trabalho rural, mas como bem se destaca:

Nos assentamentos, encontram-se pessoas que nunca moraram no campo ou saíram dele quando crianças. Para estes assentados, a luta pela terra não propiciou somente o aprendizado sobre a organização política e a possibilidade de realizar o sonho de morar no campo, contribuindo também para aprenderem os cuidados com a terra, plantar, colher, cultivar, etc. (ROOS; FABRINI, 2009, p.6).

O discurso de alguns é revelador, mostrando que decidiram lutar por um pedaço de terra em busca de outro tipo de ocupação, que lhes proporcionassem um ganho maior e mais autonomia em seu trabalho. Um exemplo é a fala de F.C.S., de 53 anos, assentado vindo do acampamento de Paranhos:

Sou filho de agricultor, mas desde pequeno morava com minha vó na cidade e nunca havia trabalhado na lavoura. Cresci vendendo picolé e docinhos na rua, só que quando fiquei com vinte e poucos anos tirei minha carteira de motorista e fui trabalhar nisso. Só que era muito difícil, vivia escravo do relógio e do patrão. Daí né, eu fiquei sabendo da oportunidade de me conseguir terra e pensei que tava na hora de mudar de vida. Foi aí que me tornei um acampado sem terra e depois ganhei esse pedaço aqui. Não fiquei rico, mas hoje tenho uma vida melhor e bem mais livre (Entrevista realizada em 14/05/2013).

Esse assentado faz declaração ao que os autores supracitados mencionam, contando que quando acamparam, não tinham senso de organização e não sabiam trabalhar a terra, mas depois de assentados tiveram a oportunidade de aprender e assim produzir.

Dentre esses assentados estão aqueles, mencionados por Roos e Fabrini (2009), apesar de na época não serem trabalhadores do campo, trouxeram consigo significativos conhecimentos relacionados à terra que por serem originários de famílias que possuíam vínculos com a área rural, e em algum momento da vida viveram nesse ambiente. O relato de J. R. S., de 57 anos é um exemplo: “Eu era pedreiro. Na verdade ajudava, então era meia cuié²⁰. Só que antes de ficar com 18 anos eu ajudava meus pais na rocinha deles. Foi quando aprendi muita coisa sobre como cuidar do solo” (Entrevista realizada em 14/05/2013).

De acordo com relatos a vida não era fácil, pois com o que ganhavam não

²⁰ Nome dado ao ajudante de pedreiro.

dava para suprir nem mesmo as necessidades básicas. Sentiam-se explorados pelos patrões, como se pode perceber na fala da assentada M.A.N.A.S., de 58 anos, na ocasião, era uma das líderes do acampamento: “A gente passava muita dificuldade antes de ter nossa terra. Trabalhava sol a sol, mas recebia muito pouco e tinha vez que não dava nem para dar o que comer para a família” (Entrevista realizada em 14/05/2013).

Outro entrevistado, J.A.S., de 37 anos, na época trabalhava como peão em propriedade rural na região de Paranhos, conta que por morar na fazenda na qual era empregado, não pagava aluguel, o patrão dava leite e carne, mas o salário era pouco e mal dava para comprar os demais alimentos ou peças de roupas.

Segundo esse assentado “era querer pouco demais da vida”. Como era ainda jovem tinha esperança de mudança e não queria ficar trabalhando tanto e vivendo dessa forma. Uma das tentativas anteriores foi arrendar um pedaço de terra do patrão, mas não deu certo, pois não tinha como “tocar” a roça e se fosse criado precisaria de recursos.

A situação precária em que viviam antes, também pode ser comprovada no depoimento da assentada M. H. S., hoje com 37 anos, relembra como era a vida aos 19 anos, antes de decidir acampar:

Na roça de boia-fria, ou então em casa cuidando da minha filha. Mas a maioria era na boia-fria mesmo ajudando meu marido, desde criança ajudando minha mãe na roça, era boia-fria porque a gente não tinha arrendamento, não tinha roça, trabalhamos um tempo ainda em arrendamento, mas a maior grande parte mesmo em boia-fria (Entrevista realizada em 15/05/2013).

Muitos dos entrevistados chamam de ‘miserável’ a vida que levavam antes de partir para a luta em busca de terra para trabalhar. Compartilham de alguns pensamentos, por exemplo, alguns assentados afirmam não ter nada melhor que a vida no campo e não fazia nenhum sentido trabalhar de empregado, ganhando quase nada e enriquecendo cada vez mais os seus patrões, enquanto ele e a família penavam. Maria Conceição D'incao²¹ traz apresentação nesse sentido:

[...] recriam-se, no próprio campo, relações de super exploração da força de trabalho humana - o trabalho assalariado temporário, o

²¹ D'INCAO, Maria Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. In: Revista Lua Nova, São Paulo: Cedec, n. 23, mar. 1991, pp. 83-106.

arrendamento [...]. E o que acaba sendo o elemento comum das trajetórias desses trabalhadores e a experiência de trabalho não qualificado e super explorado pelo processo produtivo dominante (D'INCAO, 1991, *apud* MOLINA, 1998, p.97).

As histórias até aqui reveladas permitem perceber que o tão sonhado pedaço de terra era alvo motivador, os trabalhadores rurais sem-terra, muito desejosos em acabar com aquela condição de pobreza na qual viviam, mas evidenciam ainda, por traz de tal aspiração havia a esperança de mudança de vida em todos os aspectos, o objetivo maior é o de produzir, trabalhar na terra.

Falchi (2007) reforça que cada acampado tem sua própria história, cheia de peculiaridades, mas tem em comum com seus companheiros a razão que em geral leva os trabalhadores a fazer parte de determinado movimento, como MST ou FETAGRI, por exemplo. O momento do acampamento e a presença de movimentos como o do MST nessa luta “[...] foram importantes não somente para a conquista da terra e para a organização, mas para que os camponeses se reconhecessem enquanto cidadãos” (ROOS; FABRINI 2009, p.5).

A luta dos acampados mesmo relacionada a um passado triste, marcado pela crise, por problemas financeiros e projetos de vida que não puderam ser concluídos, era engendrada ainda pelo sonho de morar, plantar na terra e ser reconhecido como cidadãos. É importante conhecer esse passado de alguns camponeses, assim o trabalhador rural C.A.J., acampado na ocasião em Paranhos, é um exemplo desse fato, tem sua história marcada por tristeza:

Naquele tempo, antes de se acampar, a vida que levava era doída. Sabe aquele ditado que diz ‘vendendo almoço pra comprar a janta?’. Pois é moça, eu nem almoço tinha para vender. Na época eu era solteiro, mas tinha que ajudar em casa, mas não conseguia. Quando conseguia era uma carpidinha aqui ou ali, que não dava pra nada. Ainda sinto muito quando penso que nem vivia... (Entrevista realizada em 16/05/2013).

A trajetória relatada por cada uma das famílias permite uma reflexão acerca da situação social no campo, historicamente marca suas vidas e de tantos outros milhares de brasileiros. Miguel Carter apresenta dados alarmantes: “No campo, a distribuição da riqueza é ainda mais desigual. Um por cento dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis da nação, ao passo que 37% dos proprietários rurais possuem apenas 1% da mesma área” (CARTER,

2010, p.36).

Essa concentração absoluta de terras nas mãos de uma minoria tem gerado ao longo dos tempos, problemas de ordem social e econômica, atingem não apenas os trabalhadores rurais, mas toda a população brasileira, visto que resulta no fortalecimento das raízes capitalistas, desconsiderando as necessidades da maioria.

Para Monica Castagna Molina a situação que envolve a “questão agrária brasileira, a extrema desigualdade social existente no campo [...] funcionam como fatores que bloqueiam o crescimento econômico e o avanço das condições de vida da população” (MOLINA, 1998, p.9).

As entrevistas mostraram que o grupo de assentados possui diferenças e peculiaridades em suas histórias de vida, mas se observa que tinham em comum não apenas a vida difícil que levavam, mas acalentavam o sonho de conquistar seu território, seu pedaço de chão, pois se consideram como parte da terra, ficando dessa forma, sem objetivo de vida.

Compartilhavam do desejo de “poder mandar em si mesmos”, conforme desabafa o assentado J.R.S., de 57 anos, de conquistar independência, qualidade de vida, moradia, oportunidade de oferecer estudos aos filhos e, sobretudo respeito próprio e ser respeitado pelos demais.

Ao analisar as falas de J.R.S. e de F.C.S., que mencionaram se sentirem atualmente “bem mais livres”, são pessoas direcionadas pelo desejo de liberdade, de controlar suas próprias vidas, não ficando a mercê de terceiros. Sentem orgulhosos da vida que construíram no assentamento, sendo que alguns, como M.H., têm filhos estudando fora e que pretendem voltar para casa, com suas formações, prosseguirem o trabalho na terra conquistada.

2.2 Motivos que levaram os sem terra ao acampamento

Os acampamentos montados pelos sem terra, em geral mediados por movimento como MST e Federação Sindical como FETAGRI, são espaços importantes encontrados pelos trabalhadores rurais para fazerem-se ouvir. Mesmo sendo um espaço transitório é uma forma de luta pela concretização da reforma agrária:

O acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários [...] Neste espaço está colocada em questão a luta e, portanto o enfrentamento com o Estado, através da negociação política, e com os latifundiários, pelo conflito direto (FERNANDES, 1994, p. 179).

No espaço coletivo do acampamento pode ser vislumbrada a resistência ao que os sem terra consideram como injustiça social. É nele que famílias, muitas vezes oriundas de lugares diferentes, vivenciam uma diversidade de circunstâncias que acabam por ampliar a visão dos trabalhadores, sobretudo sobre pelo que realmente estão lutando e sobre o papel de cada um nessa luta. Djoni Roos comprova quando expõe “[...] tanto para os acampados, como para as pessoas estranhas a essa comunidade, o acampamento é o momento decisivo para se compreender o significado da luta pela terra” (ROOS, 2007, p.57).

Assim, como defende Fabrini (2002, p.119), o acampamento “surge como forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra [...]”. A terra que lutam para conquistar vem como um alicerce para tal socialização, pois uma vez assentados, inicia-se uma nova luta: a da permanência na terra. Então, deve existir o entendimento de que seja a ocupação de uma propriedade ou o acampamento a beira da estrada, é apenas um dos primeiros passos rumo à concretização do sonho de dias melhores, quando estiverem assentados.

Fernandes (2010) faz referência à socialização política, explicando que os acampamentos, assim como as ocupações e o trabalho de base, são espaços de socialização política: “Ali fazem análises de conjuntura, avaliando as relações de forças na sociedade e política, e estabelecem suas articulações e alianças” (FERNANDES, 2010, p.180). Tal socialização está diretamente ligada à necessidade de se reconhecer os sem terra como cidadãos detentores de direitos que devem ser observados e respeitados pela sociedade em geral.

Na presente investigação, das 20 famílias que participaram da entrevista, apenas 03 permaneceram acampadas na região da então Fazenda Floresta Branca, por um período de três meses²². As outras viviam há algum tempo em acampamentos organizados e liderados por movimentos sociais como o MST (Paranhos) e a Federação Sindical como FETAGRI (Taquarussu e Batayporã).

As famílias vindas de Paranhos ficaram no acampamento denominado

²² São três irmãos que na época trabalhavam na fazenda que foi desapropriada.

“Recinto de Paranhos”. J.L.S. relata: “A gente vivia num lugar chamado Recinto de Paranhos, depois fomos pro acampamento São José do Jatobá, onde ficamos por uns 3 anos” (Entrevista em 28/11/13).

Os assentados de Taquarussu e Batayporã fazem referência o período de um ano de vida no acampamento “Primeiro de Maio”. C.S.B. é uma das assentadas que narra esse momento da vida:

Fomos despejados de uma fazenda que não lembro o nome... peraí...ah não... não lembro mesmo... bem, depois a gente fomos pro campo da Vila São João em Taquarussu... acampamos direto no campo, depois saímos do campo e fomos pro acampamento “Primeiro de Maio”...lá ficamos por um pouco mais de dois anos...daí viemos pra cá e onde a gente tá até hoje (Entrevista em 28/11/13).

Nesse período as famílias se organizavam de modo que cada um contribuía da maneira que pudesse. Alguns homens compunham o grupo da FM (frente de massa) e eram responsáveis pela segurança e ordem do acampamento. Algumas mulheres participavam do grupo Saneamento e Saúde, sendo delas a incumbência nas tarefas de preservarem a limpeza do acampamento, fazerem visitas aos barracos, garantindo assim que cada família cuidasse devidamente de seu lixo doméstico.

Existia o grupo que auxiliava nas atividades escolares. Tudo era gerenciado pela Diretoria do MST, composta por um representante de cada setor. As reuniões eram de grande importância para todos, por isso, até mesmo as crianças participavam. As decisões eram frutos da vontade da maioria, de maneira democrática, todo segmento era respeitado bem como os componentes da Diretoria do MST que semanalmente realizavam reuniões para estudo da política vigente e repasse das informações adquiridas.

Como se observa, os sem terra de Paranhos acamparam por um período de três anos e os das outras duas localidades por aproximadamente dois anos. Pode-se afirmar que se trata de um período relativamente curto, considerando que “a maioria dos acampamentos ficam [SIC] anos na beira das estradas até que as famílias tenham a sua situação resolvida parcialmente” (FERNANDES, 1994, p.180).

Mas, independente do tempo que permaneceram acampados, foi possível constatar que se trata de um povo que se reveste do espírito de luta e de sacrifício, que entendem que unidos são mais fortes e assim, o acampamento revela-se “como

lugar de formação de pessoas conscientes” (ALMEIDA, 2003, p.234).

Ao serem questionados sobre as razões que os levaram a participarem do acampamento, as respostas reforçaram o que antes já haviam afirmado, ou seja, foram movidos pelo desejo de ter suas propriedades, poder plantar, ter algumas cabeças de gado, uma moradia melhor e fixa, de modo a não depender de terceiros e ter uma vida bem melhor das que tinham até então. Reafirmam que não existe lugar súpereo do que a vida no campo.

O depoimento transcrito do assentado J.R.S., evidencia o desejo de não ser mandado pelos outros, deixa transparecer como motivo, a escolha moral. Diante dessas necessidades e anseios que as famílias assentadas se fundamentaram quando decidiram lutar por suas terras, cientes de que “pior do que tava não podia ficar”, de acordo com as palavras do assentado O.R.N., de 70 anos de idade.

2.3 Organização interna do acampamento

Até o momento foi possível conhecer um pouco sobre a vida dos trabalhadores rurais do Assentamento Floresta Branca. Ficou evidenciado que é um povo que passou por momentos de grandes dificuldades e conflitos, tanto antes de entrar para o movimento como depois de acampado.

Ao analisar como se organizaram e como se deu a luta pela conquista da terra no Assentamento Floresta Branca, pode-se comprovar mais uma vez que eram/são pessoas direcionadas pelo desejo de trabalhar.

Apesar de muitos considerarem esses camponeses como entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, na verdade são pessoas que “praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, sem terra, que lutam para conseguir o acesso a terra” (OLIVEIRA, 2001, p.189) e poder trabalhar e sustentar sua família.

Para alcançar tais objetivos, mesmo se tratando de acampamentos pequenos²³ havia necessidade de liderança e coordenação. É fato que mesmo o acampamento rural se configurando num “espaço tão vulnerável e transitório [...] necessita de organização, estruturação e regras, o que implica em dissimetrias, em

²³ Paranhos 102 famílias, Taquarussu 65, Batayporã 13 e Eldorado 5 famílias.

hierarquização” (FALCHI, 2007, p.179). O estabelecimento de regras e normas é civilizador, como apregoa Plínio de Arruda Sampaio, pois:

[...] enquadra o conflito dentro de normas de convivência pacífica e ajuda a recuperar a autoestima de uma população culturalmente desenraizada, evitando a degeneração da pressão camponesa no espontaneísmo ou no banditismo rural (SAMPAIO, 2010, p.405).

A disciplina é um dos princípios defendidos por movimentos sociais, sobretudo o MST, para quem é impossível alcançar os objetivos se não tiver um mínimo de disciplina, que deve ser regida por regras determinadas preferencialmente de forma coletiva, com todos os militantes comungando da mesma ideia e respeitando o que ficar estabelecido (MOLINA, 1998).

Conclui-se que especificamente esse grupo de trabalhadores que hoje formam o Assentamento Floresta Branca, pela sua luta conseguiu marcar história, podendo ser visto como exemplo de organização. Tinham coordenadores que organizavam as reuniões e representavam o acampamento junto a outras instâncias e também líderes mais voltados para a organização da vida no acampamento.

Nos acampamentos, como esclarece Oliveira (2001, p.194), “a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores”. É visível a importância de uma distribuição mais justa de terras, pois nesse sentido a reforma agrária vai além de “doação” de um lote, mas ganha significado como forma de transformar aquele indivíduo antes excluído, em um cidadão autônomo e capaz de representar a si mesmo ou aos outros companheiros perante a sociedade e autoridades.

Um exemplo é a assentada M.A.N.A.S. de Paranhos, na época do acampamento atuava como um dos coordenadores. Segundo conta, organizava as reuniões, representava o acampamento junto ao INCRA em questões burocráticas, entre outras funções. Comentou que naquele tempo poucas mulheres assumiam essa responsabilidade, mas ela sempre foi uma pessoa de fibra e sabia que podia contribuir com seu grupo e fazer a diferença.

Pode-se aprender através da exposição da trabalhadora é que muitas mulheres, há algum tempo vem reconhecendo-se como importantes agentes sociais e políticos no processo de luta pela terra. Algumas com formação política mais abrangente e outras, como é o caso de M.A.N.A.S., direcionadas mais pela força de

vontade e pelo instinto de luta, mas igualmente conseguem exercer uma forte liderança e se fazer ouvir, mesmo num espaço onde os líderes são em sua maioria, homens. Esse exemplo de posicionamento feminino revela:

Sob o imenso guarda-chuva que é a luta por terra no Brasil houve lugar também para a abertura de espaços públicos de participação política para as mulheres [...] Organizadas internamente, as mulheres passaram a exigir maior espaço nas direções sindicais, nas comissões de negociação com o Estado e na direção dos movimentos (ROSA, 2010, p.464-465).

Observa-se que a mulher conquistou seu espaço no universo dessa luta dos sem terra. Deixou de ser somente mãe, esposa e dona do “barraco” ou aquela que ajuda o marido na roça. Mostrou que uma boa liderança não tem nada a ver com gênero e sim com a vontade e determinação de também ajudar na construção de uma sociedade mais igualitária entre as famílias. É uma vitória que perpassa as paredes dos prédios urbanos, nos quais as mulheres já vinham brilhando há algum tempo; é uma conquista que chegou aos campos, com elas liderando, discutindo, sendo ouvidas e somando forças ao grupo.

De acordo com aqueles que se prontificaram a falar sobre a questão de liderança, tanto nos acampamentos que eram mediados pelo MST como pela FETAGRI, o modelo de organização era semelhante, sendo o segundo movimento um pouco mais flexível do que o primeiro. Como um exemplo dessa flexibilidade, está o fato desse segundo movimento não exigir que as famílias morem nos acampamentos, diferente do MST, onde isso é uma exigência.

No entanto, essa informação de similitude entre os dois movimentos surpreende, principalmente considerando o paralelo traçado por Almeida (2003) afirmando que são movimentos que se diferem em diversos aspectos. Segundo ela existem “diferenças em torno do conceito de organicidade por parte do MST e dos Sindicatos”. Almeida (2003) esclarece que uma das divergências na forma organizacional está em como cada movimento coordena seus grupos de acampados, pois o MST realiza a coordenação primando pela coletividade, para a FETAGRI, basta a família ser filiada, isso garante o direito de coordenar o acampamento.

Não existiam critérios para a escolha do coordenador ou líder, poderia ser

homem ou mulher. Em geral, era quase uma escolha natural por aqueles companheiros (ou companheiras) que melhor se expressavam, ou “sabiam falar com qualquer um”, pois sempre no acampamento apareciam políticos, representantes do INCRA, entre outros.

Contam nunca ocorrerem desentendimentos realmente sérios entre liderança e liderados, mostram que esses trabalhadores sem terra não se depararam com situações de conflitos internos, de maneira a preocupar ou atrapalhar os projetos do grupo. É algo positivo, pois como Almeida descreve:

[...] não é raro assistirmos a liderança agindo no sentido de reforçar a organização por meio de atitudes centralizadoras e autoritárias e, ao mesmo tempo, entregando-se de “corpo e alma” a serviço dos acampados e assentados que, comumente, aproveitam-se desta dedicação numa típica inversão de poder (ALMEIDA, 2003, p.26-27).

De acordo com os depoimentos, é evidente em se tratando de lidar com seres humanos, sempre existirá alguma divergência de opinião, mas no geral havia respeito pela liderança, sempre procuravam ser atuantes e “correr atrás” do objetivo que tinham em comum. Apenas um dos assentados mencionou que houve situações em que os acampados tiveram que “tirar” alguns líderes, pois esses não estavam “trabalhando direito” e acabavam prejudicando o movimento.

Pelas informações obtidas no decorrer deste estudo, verificou-se que uma das aflições logo no início do acampamento, era com a organização das famílias e seus barracos. Tanto nos acampamentos de Taquarussu e Batayporã, como no acampamento de Paranhos, as famílias foram instaladas preferencialmente juntas àquelas que já se conheciam, ou então eram da mesma família. Esse tipo de organização em grupos é comum e como destaca Roos (2007, p.60), é feita com o objetivo de “facilitar a solução de problemas cotidianos e imediatos dos sem terra como aqueles relativos à saúde, segurança, alimentação, entre outras”.

Evidente que viver em comunidade é algo desafiador. São pessoas com princípios, valores, pensamentos e culturas distintas. Para que o relacionamento seja compassivo, tranquilo e de respeito, é necessário acordar algumas normas. Nesse sentido, conforme discursa C.A.J., no acampamento todos deviam obedecer a regras determinadas não apenas pela liderança em si, mas também pelo mediador do movimento no qual era filiado, no caso o MST, para que a convivência fosse possível.

O assentado C.A.J. faz referência a não embriaguez, a não violência e ao

respeito mútuo entre os acampados: “Não é que a gente não podia bebe ... é que se a gente bebesse muito e ficasse bêbado e brigasse, a gente podia até ser expulso do movimento”. Perguntado sobre o comportamento exigido em relação às mulheres ele diz: “A mesma coisa... se alguém desrespeitasse uma mulher ou até uma criança ou pessoa solteira, era chamada atenção e bem avisado” (Entrevista realizada em 16/05/2013).

Essas determinações quanto às normas para boa convivência no espaço coletivo é bem característica ao MST, conforme Plínio de Arruda Sampaio descreve: “[...] as regras de funcionamento dos acampamentos, sejam eles em terra ocupada sejam na beira da estrada, são rigorosas; não se admite embriaguez, desrespeito a mulheres e crianças, violência entre os acampados ou contra terceiros” (SAMPAIO, 2010, p.405).

Com relação aos cuidados com o local do acampamento foi possível perceber que as regras que os acampados mediados pela FETAGRI tinham de seguir eram mais flexíveis, ficando cada família responsável pelas redondezas de sua moradia. Os acampados mediados pelo MST eram orientados e organizados para um trabalho mais comunitário. Como citado anteriormente, um movimento difere do outro e esse é um exemplo que pode ser observado.

Isso vem confirmar a forma de organização do MST, que de acordo com o Sampaio (2010), em geral preocupa-se em dividir o trabalho e as responsabilidades entre todos os membros; tais responsabilidades são relacionadas à limpeza, à vigilância e ao preparo dos alimentos, com a orientação de serem realizadas com rotatividade do pessoal.

Referindo à organização pela luta em si, M.H.S.D., filiada ao MST, descreve que fazia parte da vida em acampamento participar de reuniões semanais que eram realizadas em espaço construído com esse objetivo. Tratava-se de um barraco bem maior que aqueles em que moravam, igualmente coberto de lona preta. Os acampados chamavam de “barracão”, na verdade, servia para presidir as inúmeras reuniões, bem como utilizada para realizar as comemorações. Pelo relato, percebe-se que consistia num espaço comunitário, isto é, a comunidade dispunha para discussão dos problemas e para confraternizações.

Por ocasião das reuniões a discussão gravitava sempre em torno das estratégias a serem tomadas, das decisões tomadas pelo governo e que deveriam ser repassadas aos acampados, de questões que permeavam o cotidiano do

acampamento e também para transmitir palavras de motivação. Além disso:

Nesses encontros e momentos de luta, os camponeses trocam experiências e conhecimentos de vida, conscientizam-se da condição de expropriados e explorados e constroem sua identidade de sem-terra. [...] De modo geral, esses diversos espaços de socialização política colocam as pessoas em movimento, ajudam a construir a consciência de seus direitos e tornam efetivo o esforço coletivo para superar sua situação de miséria (FERNANDES, 2010, p.180).

A respeito à organização, D.V.S., assentado de 53 anos, membro do acampamento Primeiro de Maio e militante do MST, conta: “Naquele tempo era o Geraldo que era o líder. Havia reuniões todos os dias e tínhamos que estar presentes, mas nem sempre eu estava presente”. Questionado sobre a razão das eventuais da não participação nas reuniões ele explicou: “[...] eu e minha esposa trabalhava, sabe... só que isso não causava problema, pois eles sabia que éramos arrendatários e entendiam que a gente tava trabalhando e sabiam o lugar onde a gente tava” (Entrevista 17/05/13).

Existia uma coordenação muito atuante, organizada, as reuniões eram constantes, contudo, nem todos ficavam em tempo integral no acampamento. Muitas vezes, deixavam alguém para cuidar do ‘barraco’ e caso algum funcionário do INCRA aparecesse, essa pessoa era responsável para chamar quem estava ausente e justificaria o motivo do barraco se encontrar fechado.

Não se tratava de um espaço onde apenas a liderança tinha vez e voz, mas era estendida a todos os trabalhadores acampados a oportunidade de opinar, sanar as dúvidas, assim como participar do processo decisório. Vez ou outra surgiam dissensões, mas eram contornadas a partir do diálogo.

Alguns assentados vindos de Paranhos, como o senhor C.A.J. e o senhor D.V.S., contam que na época do acampamento os sem terra eram orientados a agir segundo a filosofia do movimento (nesse caso o MST), ou seja, era uma ação coletiva, na qual homens, mulheres e crianças deveriam ser compromissados. Segundo ela: “Nossos líderes sempre explicavam que uma andorinha só não fazia verão. E que não era apenas os homens que estavam dispostos a lutar e trabalhar na terra... que eram uma família e que na família é todos por um e um por todos” (Entrevista realizada em 16/05/2013).

A declaração citada anteriormente retrata como o MST se posiciona e se

organiza frente à luta pela terra. Defende o compromisso e as decisões coletivas. Ariovaldo Umbelino Oliveira descreve com clareza como é esse movimento:

É um movimento diferenciado, pois respeita as decisões tomadas coletivamente. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de uma decisão. Mas, uma vez vencida uma proposta, ela é abraçada por todos e levada à prática por todos (OLIVEIRA, 2001, p.196).

Apesar de ser perceptível, na época os sem terra, tanto de Paranhos como de Taquarussu e Batayporã, formavam grupos bem organizados e unidos, o que se vivia na realidade cotidiana era uma infindável ansiedade e expectativa à espera de uma notícia favorável a eles.

Mas é exatamente isso que justifica a vida dos acampados, como bem se pode ver em Falchi (2007, p.150), que entende o acampamento, denominado por ela, como “a vida no espaço de travessia [...] só tem sentido quando há uma esperança, uma perspectiva”.

É de suma importância destacar o aspecto união, observado na fala de muitos entrevistados. Segundo relatos, inicialmente, tinha uma ou outra família que queria terra, mas não se envolviam completamente no projeto do acampamento. A.R.O, trabalhadora rural de 39 anos, lembra:

Tinha algumas famílias que não queriam ficar ali acampados. Principalmente aquelas em que a esposa era mais nova ou tinham filhas moças. Só que devagar parece que foram entendendo e assim passamos a falar a mesma língua, a nos entender mesmo... Todos vestiram a mesma camisa (Entrevista realizada em 15/05/2013).

Mencionou o fato de que no acampamento residiam algumas famílias que trabalhavam, por isso, não ficavam o tempo todo acampadas. No caso retratado, a queixa da assentada era pelo fato de que existiam famílias que não queriam mesmo se engajar na luta e por motivos banais.

O engajamento ou o ‘vestir a mesma camisa’ apareceram em vários discursos, não exatamente com essas palavras, mas percebia-se a compreensão por parte de muitos acampados na época, foi fundamental para passarem a lutar unidos pela causa.

Cabe salientar que um acampamento só tem sentido se conseguir mostrar

a que veio, isto é, se conseguir mobilizar e chamar a atenção de toda sociedade e governo para os problemas dos trabalhadores sem terra. Um movimento como esse, só tem resultados positivos se for bem organizado nesse sentido.

Consistem em estratégias fundamentais, como pode ser evidenciado na fala de Fernandes (2010, p.180): “Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo”.

O assentado S.D. do grupo mediado pela FETAGRI, por exemplo, relembra, era fim da década de 1990, e por todo Brasil existia uma onda de conflitos armados entre os latifundiários, policiais e sem terra. Muitos grupos estavam decidindo por ocupações de terra, quase sempre eram movidas por lutas que resultavam até em morte.

S.D. conta que hoje percebe que ele e seus companheiros de acampamento, de certa forma, foram privilegiados, pois não precisaram enfrentar esse tipo de conflito, apesar de terem realizados manifestos e caminhadas, que é “uma das formas de informar a opinião pública sobre a sua situação e pressionar o Estado é a caminhada” (FERNANDES, 1994, p.180).

Era dessa forma que conseguiam “falar” a favor do movimento, mostrando à sociedade e ao governo o motivo luta travada. Mas enfatiza que havia preocupação por parte dos coordenadores e líderes de organizar para que tudo ocorresse de modo pacífico e bem organizado, afinal são “cidadãos lutando por seus direitos e não, vagabundos como alguns falam”, conclui S.D. (Entrevista realizada em 17/05/2013).

Contudo, em Paranhos, no acampamento São João de Jatobá, a situação não foi tão pacífica. Não por conta do movimento (MST), mas por conta dos fazendeiros, que mandavam seus peões atirarem contra os barracos: “Isso acontecia de dia ou de noite. Não tinha hora. De repente a gente ouvia os primeiros tiros e já se jogava no chão. Tudo muito rápido, pegava as crianças e deitava por cima”, relembra J.L.S., revelando tristeza em seu semblante.

Entretanto, há relatos nos quais são mencionadas atitudes um pouco mais bruscas causadas pelos próprios ex-sem-terra. A.R.O., assentada vinda de Paranhos, lembra de uma dessas situações: na época o pessoal que ficava no acampamento recebia cestas básicas mensalmente e um dia, quando dois motoristas de caminhões foram entregar essas cestas lá no acampamento, ficaram

detidos por um dia e uma noite, até o pessoal do INCRA chegar no outro dia cedo e liberar os dois. Segundo a entrevistada, não houve violência, ‘apenas seguraram’ como uma forma de fazer com que o INCRA aparecesse e ouvisse os acampados.

Depois de ouvir alguns acontecimentos ligados à luta pela terra, forjada pela necessidade e pelo desejo de ter um pedaço de terra para se fixar, trabalhar e cuidar da família, pode-se entender que a trajetória dos trabalhadores rurais sem terra brasileiros em seus aspectos organizacionais, pode ser marcada tanto por mobilizações mais intensas que acabam em enfrentamento como por aquelas que não necessitaram travar conflitos, podendo resolver os problemas mediante paciência, persistência e muita negociação.

2.4 Dificuldades enfrentadas e superação

De modo geral, todos concordaram que a vida no acampamento era extremamente difícil e sofrida. Falchi (2007, p.156) tem esse entendimento quando coloca que “é no cotidiano, no dia-a-dia da vida sob o barraco de lona, que as maiores dificuldades, anseios, angústias e medos se desnudam”.

Os discursos dos trabalhadores assentados revelam o que experimentaram enquanto estavam acampados: “Que era difícil nem precisa dizê né? Passamos muito frio, fome, problema de saúde. A vida na beira da estrada é muito complicada, mas não fez a gente desistir”, relembra R. B., assentada de 33 anos, que por ocasião do acampamento tinha 17 anos e lutava junto de sua família para conseguir as terras.

O assentado O.R.N discorda em partes da opinião da maioria, para ele, a vida não era tão difícil, pois “recebia cesta do governo”, no impasse que outros trabalhadores preferem se focar no tipo de moradia, de acordo com eles, nem podia ser chamada assim, pois eram apenas lonas pretas esticadas em alguns caibros ou então, paredes feitas de papelão e algum tipo de madeira.

Um ou outro assentado dispunha de fogão velho a gás, mas a maioria fazia buracos no chão, abria latões de tinta ou então construía fogões de barro, do tipo a lenha. Em qualquer um desses era colocado uma chapa em cima (de ferro e até lata mesmo) para as panelas, e em épocas de frio esquentar água para tomar

banho. O frio, inclusive, foi uma das queixas reveladas nas falas de muitos deles, pois os barracos não eram bem fechados, entrava vento e chuva; do mesmo modo quando era verão “as lonas esquentavam muito, parecia que ia pegá fogo... não dava pra gente aguentá o calor”, lembra a assentada M.P.B., de 42 anos.

G.G.J., trabalhador rural oriundo de Paranhos, menciona que os barracos eram muito pequenos, quando “muito” grande, tinha em torno de 16m²; era uma “peça” só com piso de chão batido; “móveis ninguém tinha... o que tinha era caixas de papelão e caixotes pra guardar comida, roupas e louças”. Dormir era outra dificuldade, principalmente para as famílias mais numerosas.

Como não tinham energia elétrica, à noite usavam velas e lampiões para clarear; a água era outro problema e saneamento básico, então, nem pensar. Assim, lavar roupa e tomar banho era uma dificuldade muito grande; para eles banheiro era a “casinha”, construída com paredes de lona ou papelão, com um buraco fundo. Nesse caso, “*não* era pior porque cada um de nós fez a nossa casinha. Se todos tivesse de usar uma só, acho que a situação ia ser mais complicada ainda”, relata o assentado S.D. (Entrevista realizada em 17/05/2013).

Esse modo precário de viver, ou de sobreviver, era sem dúvida muito preocupante. Os assentados revelam que nem todo mundo colaborava com a limpeza da área onde estavam acampados. Tinha algumas famílias que jogavam lixos ao “relento”, o que, somado à falta de saneamento básico acabava causando problemas de saúde, que era de difícil tratamento já que o acesso ao atendimento médico e aos remédios praticamente inexistia.

Como relata Falchi (2007, p.177): “No acampamento, lugar no qual somente o estritamente necessário à sobrevivência é almejado, tratamentos odontológicos e oftalmológicos são questões relegadas a segundo plano, se não suprimidas”. Essa colocação corrobora com a informação obtida junto aos assentados quando perguntados sobre como eram os cuidados com os dentes. Todos disseram que, se não recebiam atendimento médico, muito menos, o tratamento odontológico.

Com isso, fica patente o quanto a vida que os acampados levavam e outros ainda hoje levam, é cheia de privações. Questões que deviam ser tratadas com prioridade simplesmente eram deixadas de lado, mas não pelos líderes dos acampamentos ou dos líderes dos movimentos aos quais os acampados faziam parte, algumas ações estão fora do alcance dessas lideranças, qualquer solução

para os problemas não dependiam dos trabalhadores acampados, mas do poder público, pelo observado nas narrativas, mesmo quando procurado pelos mediadores nunca mostrou real preocupação em oferecer melhores condições de vida.

Outro fator causador de muita preocupação, de acordo com o assentado C.A.J., era o medo e insegurança que sentiam pelo fato de morarem à beira da estrada. Ali passavam carros e caminhões, muitas vezes não reduziam a velocidade. As crianças eram as que inspiravam mais cuidados, pois costumavam brincar e jogar bola por ali. Contudo, disse não se lembrar de algum acidente que possa ter acontecido: “Então... mas se não me lembro deve ser porque nunca aconteceu nada muito grave. Só que a gente vivia com medo... ah vivia, moça” (Entrevista realizada em 16/05/2013).

Apesar das dificuldades, muitos destacam alguns aspectos que consideram positivos. O aspecto relacionado aos estudos dos filhos dos assentados é um deles. De acordo com as narrativas, as crianças não ficavam sem estudar, pois em ambos os acampamentos passavam ônibus escolar que levavam as crianças para a escola. Essa é uma das questões que não causava preocupação para os, então, acampados. O assentado J.V.J., era sem terra da região de Taquarussu, fala da união que existia entre as famílias acampadas e de como era o entretenimento:

Naquela veiz a gente era muito unido... tinha só uma ou outra família que não gostava de se misturar. Era unido pras reuniões, pra se divertir. Só que a diversão era mais um joguinho de esnuque, de baraió... às vezes a gente fazia um bailinho no final de semana. As criança brincava de jogá bola num espaço que tinha ali atrais do acampamento (Entrevista realizada em 18/05/2013).

O.R.N., assentado vindo de acampamento de Paranhos traz em sua memória acontecimentos semelhantes ao relatado por J.V.J. Lembra-se das reuniões, de um “barzinho” montado por um dos companheiros, no qual nos fins de tarde os homens se reuniam para jogar sinuca e beber alguma coisa.

O entrevistado J.V.J. comenta que faziam pequenas festanças para se divertirem. Era um trabalho coletivo, no qual todas as famílias se envolviam para fazer os preparativos, em geral no período da tarde. As “festinhas” aconteciam na maioria das vezes, nos sábados à noite, com exceções de aniversários ou datas como festa de São João, por exemplo.

Farias²⁴ (2002, apud FALCHI, 2007), concebe as festividades realizadas nos acampamentos como formas de contraposição à anomia, se configurando numa oportunidade para enfrentamento e superação dos medos, incertezas, carências e insatisfações, que se dá mediante a socialização, o entretenimento e a diversão.

O assentado J.V.J. destaca que os preparativos eram relacionados à organização do espaço e à preparação da comida, oportunidade em que cada família contribuía com algum alimento, fosse esse de cultivo próprio ou não. As palavras do assentado são reforçadas pelo exposto por Almeida (2003, p.308): “[...] comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos, assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade [...]”.

Essa solidariedade pode ser entendida melhor quando se pensa na situação que cada família vivia. Certamente não dispunham de fartura de alimentos, pois os obtinham por meio de pequenas plantações que faziam ao redor de seu barraco²⁵, mediante as cestas que recebiam do governo ou de “ajudas” vindas de alguns parentes que viviam na “cidade” e tinham melhores condições.

Em suma, essa boa convivência observada no relato de J.V.J. pode ser entendida principalmente a partir da história de vida de cada acampado, pois no espaço do acampamento se encontram pessoas que dividem as mesmas dificuldades sociais e acalentam um mesmo sonho, de modo que o acampamento torna-se assim:

[...] palco do aprendizado político e social destes camponeses, onde as pessoas desenvolvem laços de solidariedade, companheirismo e participam do processo de construção da sua conscientização política. São essas ações que ajudam, garantem e enfrentam os problemas criados no decorrer da luta pela terra (ROOS, 2007, p.57).

J.R.B., assentado que hoje está com 39 anos, relata que apesar de no geral serem unidos e ter boa convivência, existia alguns pontos que acabam por gerar discordâncias. Conta que nem todos os trabalhadores rurais ficavam realmente acampados e nem traziam as famílias, fato esse, inclusive, já mencionados anteriormente pelos assentados A.R.O. e D.V.S.

J.R.B. fez alusão principalmente aos acampados que não tinham um

²⁴ FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara. p.130

²⁵ Nesses casos se tratavam mais de temperos ou frutas, principalmente banana e mamão.

histórico na vida do campo e alugavam casas na cidade para, nem ele, nem esposa e filhos ficarem o tempo todo passando pelas dificuldades. “Só que apareciam ali pelo menos algumas vezes na semana”, explica o trabalhador, mas mesmo assim não era bem visto pelos outros acampados:

O sofrimento talvez seja a maior tristeza guardada na memória dos sem-terra sobre esse espaço/tempo de acampamento, por isso emerge um sentimento de indignação em relação àqueles que não lutaram, não participaram das dificuldades cotidianas, não enfrentaram o sol, o frio, as chuvas embaixo do barraco [...] e não vivenciaram os sofrimentos daquele espaço (FALCHI, 2007, p.189).

A colocação de Falchi (2007) deixa clara a posição daqueles sem terra que realmente se fixaram no acampamento, se expondo a todo tipo de dificuldade, em relação àqueles que acabaram conquistando seus pedaços de terra, mas em virtude do esforço maior dos outros e não de si mesmo.

Foi possível observar essa atitude de não permitir que a família vivenciasse cada dia no acampamento, é analisada por dois prismas pelos assentados: alguns viam como uma estratégia para poupar os familiares, além do que, enquanto estavam na cidade, alguns trabalhavam e contribuía para amenizar as dificuldades.

Outros viam, com reprovação tal atitude, que além de tudo causava certo conflito entre os acampados por não estarem convivendo cotidianamente com os demais, não estar experimentando as dores e nem se sacrificando, como um militante assumido e comprometido com a bandeira que erguiam. Para a trabalhadora rural M.A.N.A.S., tratava-se exatamente de “um sacrifício por uma causa mais grande” e aquele que não morava realmente no acampamento não estava verdadeiramente no “espírito de luta”(Entrevista realizada em 17/05/2013).

Outro aspecto observado na fala de muitos dos entrevistados refere-se ao sentimento de discriminação. Relatam que, não bastasse os problemas e dificuldades impostos pela vida de acampados, ainda tinham de lidar com essa questão. Eram muitas as pessoas que não olhavam com bons olhos para os acampados.

Sofriam reprimendas ou então eram ignorados até mesmo pelos próprios familiares, que não concordavam com a bandeira que erguiam e “tinham vergonha” de ter parentes morando em barracos na beira da estrada. Sobre isso, J.R.S. coloca:

“Para quem tinha um bom trabalho, uma casa, enfim, recursos para uma vida mais digna e tranquila para si e seus filhos, era fácil apontar o dedo para nós e criticar”. O assentado continua: “Eu, um trabalhador honesto, fui chamado de baderneiro e de preguiçoso, mas tive que fingir que não ouvi e continuar na luta” (Entrevista realizada em 16/05/2013).

Nos dias atuais, visivelmente existe desconhecimento por parte de considerável parcela da sociedade no que tange a questão agrária. Dos registros até aqui pelos assentados, evidencia-se que viver acampado é muito sofrido. Mas afirmam, se precisasse, fariam novamente, pois é uma das únicas formas de legitimar suas reivindicações, de pressionar o governo, de mostrar que existe um povo que quer trabalhar, mas para isso, precisam de um pedaço de terra, pois essa luta vem a determinar o modo de vida dessas pessoas. Não querem outra coisa a não ser morar no campo, tanto que muitos, como J.R.B., batem no peito com orgulho, ao afirmar: “Nasci no campo, cresci trabalhando na roça, minha vida é no campo e é aqui que quero ficar”.

3 ASSENTAMENTO FLORESTA BRANCA

3.1 O início

O Assentamento Floresta Branca inicialmente era formado por trabalhadores oriundos de Paranhos (102 famílias), seguidas de Taquarussu (65 famílias), Batayporã (13 famílias) e de Eldorado (05 famílias)²⁶. Lembrando da formação inicial, atualmente 105 famílias ainda possuem e trabalham no pedaço de terra conquistado, enquanto que 80 venderam seus lotes para terceiros que também trabalham, seja cultivando a terra ou produzindo leite.

A figura 4 mostra o processo de abertura de estradas no assentamento:

Figura 4 – Abertura de estrada no Assentamento Floresta Branca

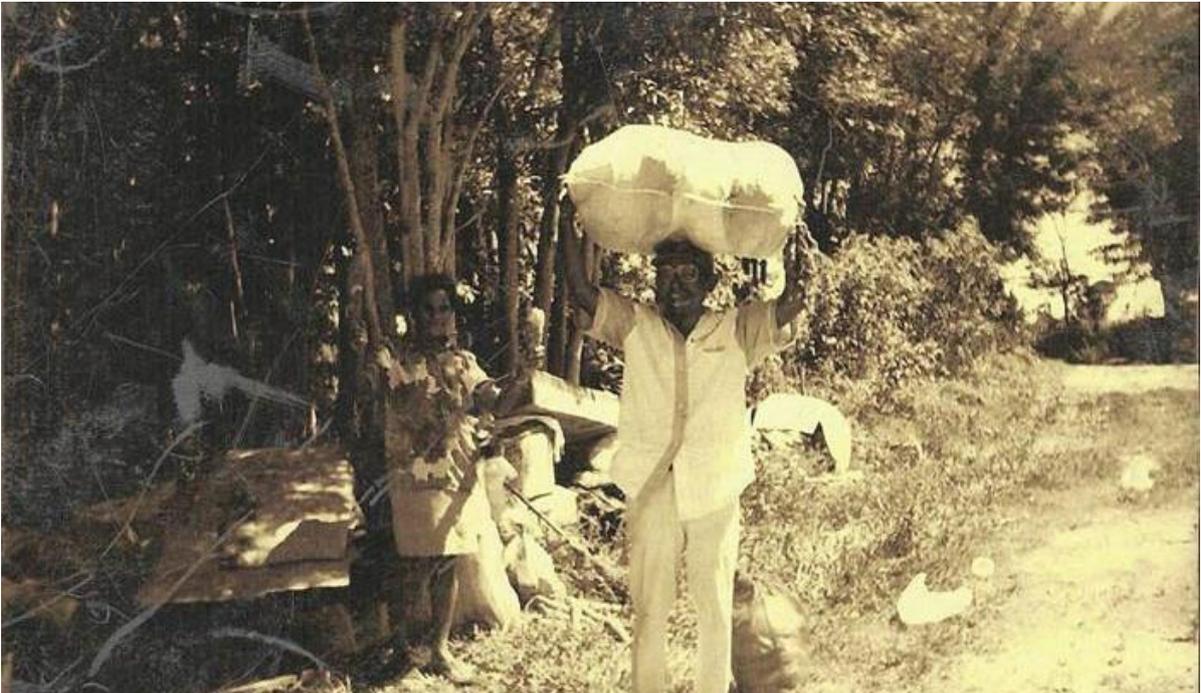


Fonte: Arquivo da Prefeitura, de janeiro de 1998 – Cedida por W.D.S.

²⁶ Conforme informações obtidas junto ao Diretor de Agricultura do município de Eldorado: Edivaldo José de Souza e à Maria Helena dos Santos - Presidente do Sindicato Rural e assentada.

As figuras 5, 6, 7 e 8, mostram como foi o início do Assentamento, permitindo verificar que a situação era difícil, mas os assentados estavam felizes pelo momento, que marcava um novo começo para eles.

Figura 5 – Famílias descarregando “mudança”.



Fonte: Arquivo Pessoal de M.A.N.A.S., de dezembro de 1997.

Figura 6 – Moradias improvisadas



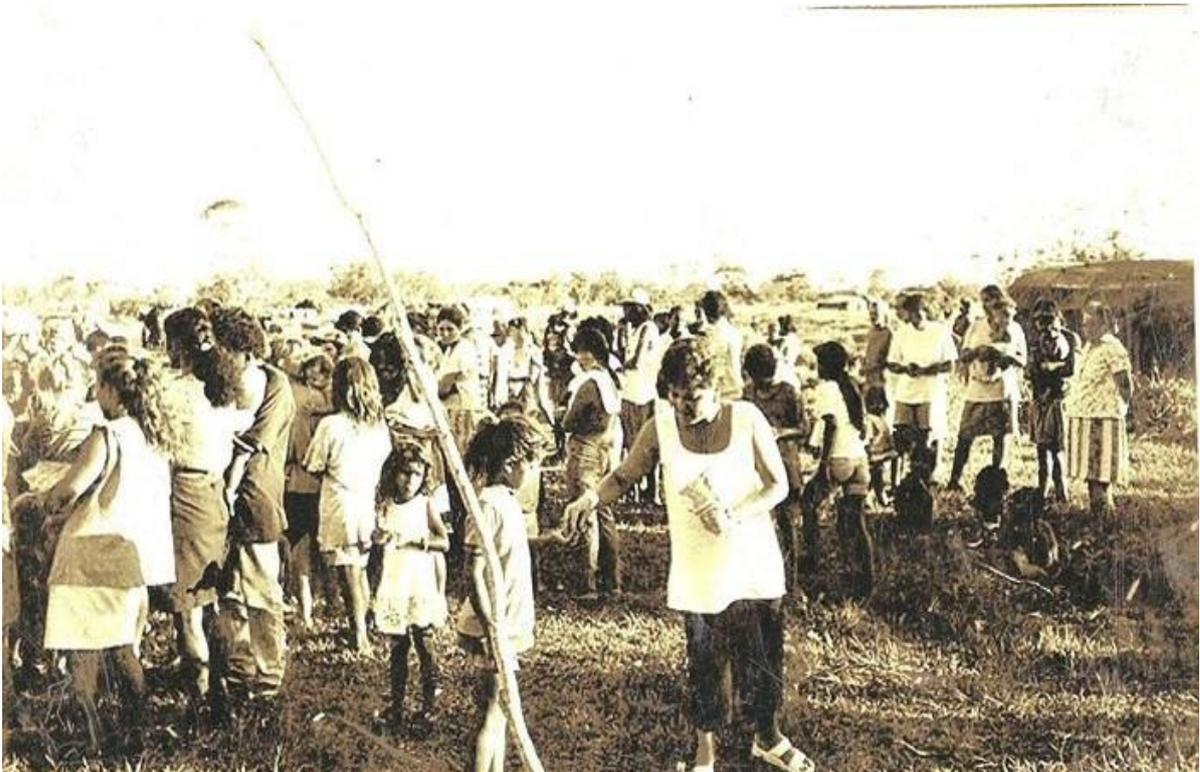
Fonte: Arquivo Pessoal de M.A.N.A.S., de dezembro de 1997.

Figura 7 – Primeiras Moradias



Fonte: Arquivo Pessoal de J.R.B., de janeiro de 1998.

Figura 8 – Momento de alguma reunião



Fonte: Arquivo Pessoal de J.R.B., de janeiro de 1998.

A história do Assentamento Floresta Branca iniciou-se em 12 de agosto de 1997, quando foi assinado pelo então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o Decreto declarando a Fazenda Floresta Branca (uma área de 5.073,4500 hectares) de interesse social, para fins de reforma agrária, como se observa preconizado no artigo primeiro:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras “a”, “b”, “c” e “d”, e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado “Fazenda Floresta Branca”, com área de 5.073,4500 ha (cinco mil, setenta e três hectares e quarenta e cinco ares), situado no Município de Eldorado, objeto da Matrícula nº Av. 1-2.218, fls. 01, ficha 01/02, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul (BRASIL, 1997).

O Decreto desapropriava somente as terras, não incluindo benfeitorias, maquinário, implementos agrícolas e semoventes. Assim, o INCRA teve a autorização para realizar a desapropriação, em conformidade com a Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993²⁷, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965²⁸, com a preocupação de que o assentamento seja conciliado com a preservação do meio ambiente.

A partir de então iniciou-se o processo de desapropriação, contestado pelo proprietário Ricardo Lara Vidigal, por intermédio de Fábio Carlos da Silva, procurador do imóvel na época. Segundo ele era fundamental que a fazenda fosse avaliada para verificar se realmente possuía terras não produtivas, pois a autorização de desapropriação fora expedida quatro anos depois de realizada a vistoria (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1997).

Desde a época do surgimento da Colônia Velha e depois da criação do município de Eldorado, “[...] a Fazenda Floresta Branca foi desmatada, principalmente para a pecuária” (CAMPESTRINI, 2012, p.141) e desde então, não fora utilizada nenhum pedaço considerável para a agricultura.

Um dos argumentos para a contestação era que o imóvel rural possuía instalado o Malurica, considerado na época como terceiro haras do país por ter duzentos cavalos de raça puros de origem. Além disso, possuía também quatro mil

²⁷ Legislação que dispõe sobre os procedimentos para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

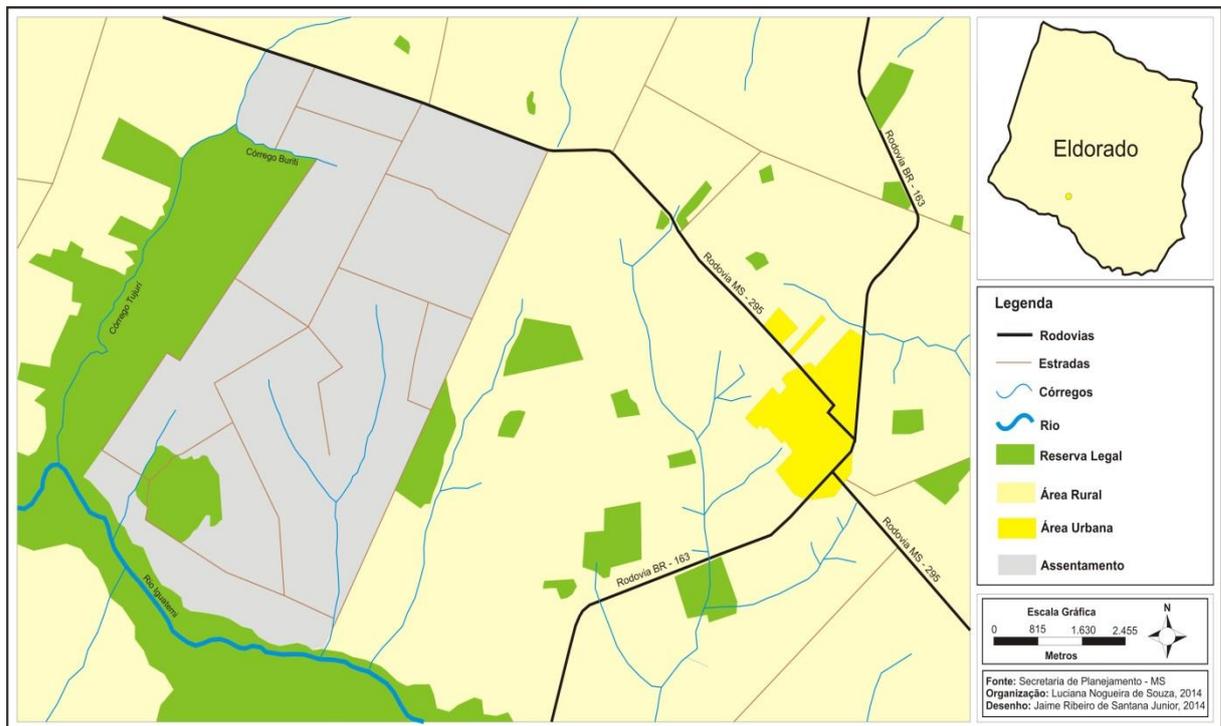
²⁸ Código Florestal e atualmente alterado, de acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

cabeças de gado. Essa informação foi comprovada por M.R.S., atualmente assentado, mas na época era administrador da fazenda Floresta Branca. Ainda de acordo com esse assentado, na propriedade além do gado e cavalos, havia aproximadamente 1.475 jumentos.

Resolvidos os impasses iniciais, com o proprietário concordando com a desapropriação e, principalmente, por ele e governo terem chegado a um acordo quanto ao valor a ser pago, em dezembro de 1997 foram assentadas 185 famílias, conforme relato de Maria Helena dos Santos - Presidente do Sindicato Rural e assentada - receberam 20 hectares cada uma. Cada lote tem 24 hectares, mas 4 são destinados à reserva legal.

Nascia assim, conforme especificado por Campestrini (2012), o Assentamento Floresta Branca, às margens da MS 295, KM 10, em Eldorado, na margem esquerda do Rio Iguatemi, acompanhando pela esquerda, o córrego Tujuri.

Figura 9 – Localização do Assentamento Floresta Branca



A distribuição dos lotes, conforme se pode observar na figura 10, página 75, deu-se por meio de sorteio, com a preocupação de evitar qualquer tipo de desentendimento entre os assentados. A única distinção, de um lado, foram assentados os trabalhadores vindos do acampamento de Paranhos e, do outro, os

trabalhadores acampados em Taquarussu, Batayporã e os de Eldorado.

O município de Paranhos, localiza-se na Região Sul do Estado e pertence à Microrregião de Iguatemi e Mesorregião Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com o IBGE (2010) possui área de 1.305,5 Km² e 12.355 habitantes, sendo que desse total, 56,78% reside na área urbana e 43,22% na área rural. A tabela 10 traz dados referentes à estrutura fundiária de Paranhos de acordo com o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), emitido pelo INCRA, pelos quais é possível ver sua formação com relação ao porte dos produtores rurais do município.

Tabela 10 - Estrutura Fundiária do Município de Paranhos

Extratos de área total (ha)	Imóveis Rurais (nº)	Imóveis Rurais (%)
0 a 50	216	73,2
51 a 180	28	9,4
181 a 500	26	8,8
Acima de 501	25	8,6

Fonte: INCRA (2008)

Observa-se que o município não possui grandes propriedades, mas é constituído em sua maioria por pequenos imóveis rurais, sendo que esses somam 82,6% do total de propriedades, considerando-se as propriedades de até 180 ha.

O município de Taquarussu possui área de 1.041,121 km² e uma população estimada em 3.570 habitantes, a maior parte reside na área urbana. Por fim Batayporã, com área territorial de 1.828,024 km² e 11.167 habitantes (IBGE, 2013). Ambos os municípios fazem parte da Mesorregião do Leste de Mato Grosso do Sul e Microrregião de Nova Andradina. Alguns dados relacionados à estrutura fundiária desses municípios podem ser observados na tabela 11 e 12:

Tabela 11 – Agricultura familiar e agricultura patronal (Taquarussu e Batayporã)

Municípios	Agricultura Familiar Área ocupada (ha)	Área (ha) %	Agricultura Patronal Área ocupada (ha)	Área (ha) %	Total
Taquarussu	11.413	13,92	69.371	84,60	81.995
Batayporã	16.880	10,49	142.775	88,76	160.864

Fonte: INCRA (2008).

* Dados organizados pela pesquisadora.

Tabela 12 – Agricultores tradicionais e assentados (Taquarussu e Batayporã)

Municípios	Número de Agricultores Tradicionais	%	Número de Assentados	%	Total
Taquarussu	120	60,0	80	40,0	260
Batayporã	600	72,5	228	27,5	900

Fonte: INCRA (2008).

* Dados organizados pela pesquisadora.

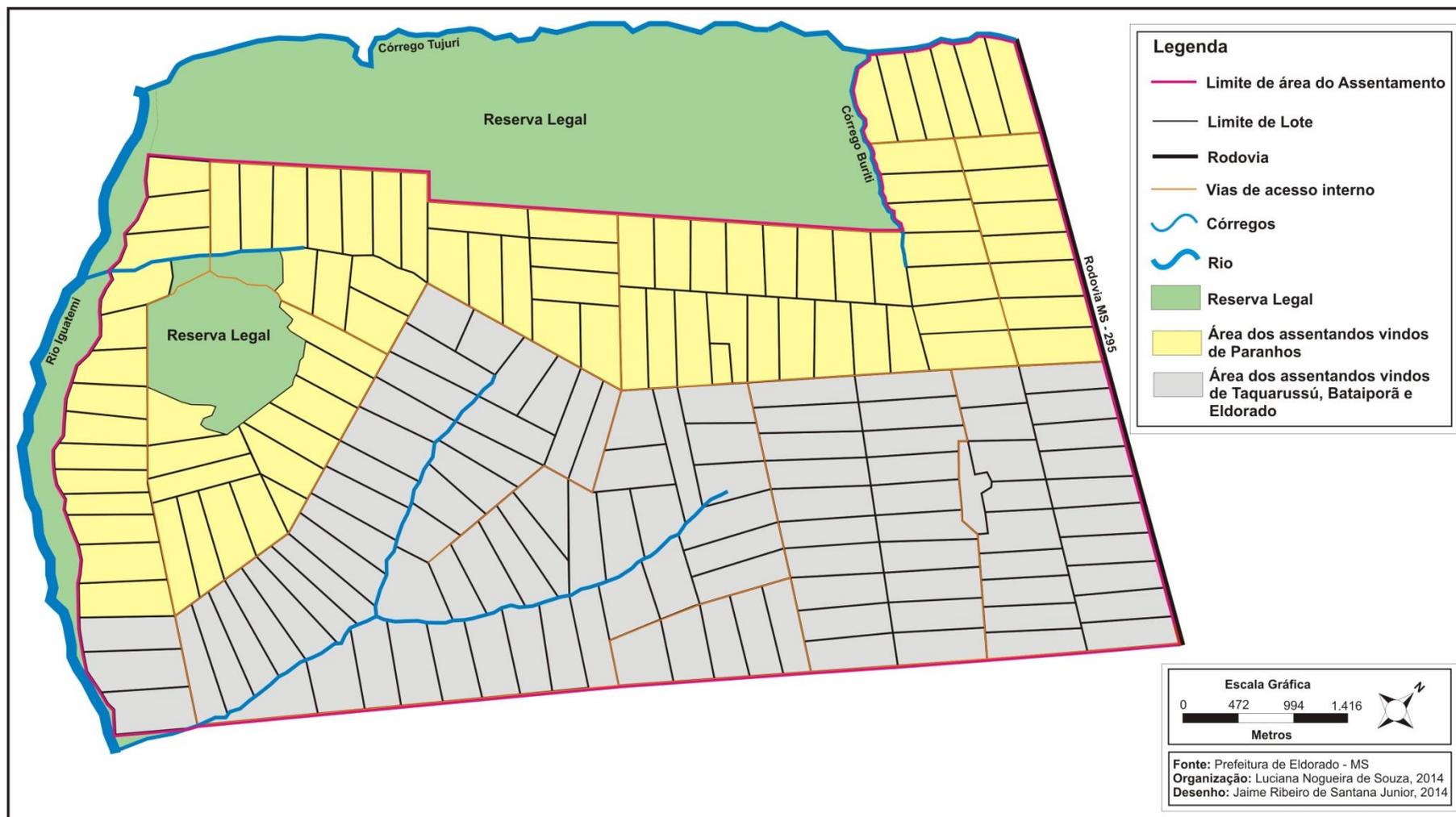
Pelos dados visualizados na tabela 11, em se tratando do tipo de agricultura que prevalece nos dois municípios, evidencia-se que predomina a agricultura patronal, ocupando em ambos, grande parte da área plantada, enquanto que a agricultura familiar no município de Taquarussu é cultivada apenas em 13,92% e em Batayporã, em 10,49% da área total.

Extraído da tabela 12, nos dois municípios há concentração maior número de agricultores tradicionais (aqueles proprietários de terra da própria região) do que de trabalhadores rurais assentados. Entretanto, em Taquarussu o percentual entre os dois tipos de trabalhadores não é muito menor, com 40% sendo trabalhadores assentados e 60%, tradicionais, enquanto que em Batayporã a disparidade é mais acentuada: 72,5% agricultores tradicionais e 27,5%, assentados.

Os lotes do Assentamento Floresta Branca, de acordo com o Diretor de Agricultura do município, foram distribuído com a intenção de evitar qualquer conflito, pois eram trabalhadores rurais vindos de acampamentos diferentes. Contudo, nunca houve nenhum tipo de problema nesse sentido.

A figura 10 mostra o mapa do Assentamento Floresta Branca, no qual se pode contemplar como ficou essa divisão.

Figura 10 – Assentamento Floresta Branca – Município de Eldorado - MS



Tratando-se de políticas sociais voltadas para o assentamento, Edivaldo, Diretor de Agricultura do município de Eldorado, explica que não existe nenhuma por parte do município quando se refere ao trabalho direto na terra²⁹. O fato de não existir políticas sociais voltadas especificamente para o assentamento torna-se uma preocupação, pois o desenvolvimento de um povo, “[...] não é possível sem a ação do Estado e dos Governos”, como destaca Helfenstein (2010, p.50). O autor ainda enfatiza que além da ação governamental é essência que a sociedade civil organizada e os movimentos sociais façam pressão constante para que políticas nesse sentido sejam efetivadas e realmente venham alcançar seus objetivos.

O diretor de Agricultura de Eldorado tenta amenizar essa lacuna relacionada às políticas sociais e relata que há o programa Território da Cidadania³⁰ Cone Sul, formado por representantes de Eldorado e de outros sete municípios³¹, que se reúnem para discutir políticas sociais para as regiões, abrangendo os trabalhadores rurais, inclusos aí, os do Assentamento Floresta Branca, também são beneficiados com os recursos.

Os assentados, não alheios a tal ‘descaso’, como eles denominam, relembram como foi que se sentiram quando conseguiram conquistar o tão sonhado pedaço de terra. Uma das falas mostra bem isso é a de T.F.G., de 49 anos, conta: “A gente vivia em função disso, sabia exatamente o que a gente buscava e o porquê entramos naquela luta. Quando finalmente recebemos a notícia foi alegria geral. Festejamos muito porque nossa vida ia mudar [...] vimos que era nossa hora “. (Entrevista realizada em 16/05/2013).

Outros relatos confirmam esse sentimento geral narrado pelo assentado acima e ainda alguns ainda complementam: “À noite não dormimos, tava com muita ansiedade. Até queria que alguém beliscasse pra ver se a gente já não tava dormindo e sonhando” (Assentada C.L.T. em entrevista realizada em 16/05/2013).

Outra narrativa evidencia essa situação: “No dia que soubemos que ia receber a terra, o primeiro pensamento que veio, que até falei pro meu marido na mesma hora, era que a justiça tinha sido feita pra nós” (Assentada G.P.A. em

²⁹ As políticas sociais que contemplam o assentamento gira em torno de benefícios que é direito de toda população: saúde e transporte escolar, por exemplo.

³⁰ Programa lançado no ano de 2008 pelo Governo Federal, voltado para a promoção do desenvolvimento econômico e viabilização de programas básicos de cidadania, sobretudo no meio rural, com fomento ao desenvolvimento territorial sustentável (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

³¹ Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru.

entrevista realizada em 16/05/2013). Disso entende-se que um dos sentimentos era de que finalmente os olhos governamentais haviam se voltado para eles, de modo que se sentiam mais justificados e respeitados como seres humanos.

Deixaram bem claro o significado da conquista era de mudança de vida, não apenas conseguir um pedaço terra. Isso vem ao encontro com Almeida (2003, p.8): “Logo, lutar pela terra é muito mais que a conquista de um pedaço de chão”. Ou seja, essa luta perpassa um pedaço de chão, alcançando em sua plenitude a “[...] (re) criação do modo de vida camponês, pela conquista da terra, enquanto morada da vida”, como ainda fomenta a autora na mesma ocasião.

Os assentados demonstraram que sabiam, a partir daquele momento iniciava outro processo, outra luta, mas estavam dispostos a enfrentar tudo. Vislumbravam um futuro diferente, mesmo cientes que não seria fácil. Conclui-se ao analisar ouvindo as lembranças dos assentados, a sensação de conquista, a certeza de uma vida melhor e a crença de que a justiça foi feita. Deixaram bem claro que estavam prontos para iniciar uma nova fase.

Outro fato lembrado nas entrevistas foi sobre o processo de mudança dos acampamentos para o assentamento. A mudança do pessoal de Taquarussu foi com a ajuda do Prefeito de Eldorado, na época era Pedro Luiz Balan, que enviou dois caminhões para buscar os acampados. Com os acampados de Paranhos, a ajuda também partiu do Prefeito de Eldorado, que deu todo apoio, trazendo boa parte dos pertences, mas mesmo assim muitas famílias precisaram alugar caminhão para trazer o restante.

Contudo, G.S.B. conta que primeiro vieram somente os homens, pois o INCRA pediu que ajudassem medir a fazenda: “[...] ficamos aqui um mês ajudando o pessoal, trabalhando junto e depois foi feito o sorteio dos lotes, para ver quantos alqueires ficaria pra cada família” (Entrevista realizada em 28/11/2013). Somente depois de concluído todo o processo de medição e distribuição dos lotes, as famílias e os poucos pertences que tinham, foram transportados para o assentamento.

3.2 Desafios e estratégias para a permanência na terra

Os assentados fizeram questão de colocar um dos primeiros desafios

para permanecer na terra não se referiam aos problemas com a falta de recursos, mas de certo modo, esteve/está relacionado ao emocional e a moral deles. Conforme relatam, quando chegaram a Eldorado não foram bem recepcionados. J.R.S. relembra os primeiros momentos dos recém-assentados:

Quando os acampados chegaram à cidade de Eldorado, a grande maioria de seus habitantes não gostaram da ideia, visto que achavam que os lotes da Fazenda Floresta Branca seriam distribuídos apenas para pessoas de Eldorado que pretendiam trabalhar na terra (Entrevista em 16/05/13).

L.B.N.S. sentiu bastante a rejeição. Disse que não foram muito bem tratados, as pessoas demonstravam receosas deles, pois não os viam como pessoas de bem, mas arruaceiros e briguentos. Segundo ela, demorou algum tempo para serem mais bem aceitos pelos eldoradenses.

Sobre essa questão de discriminação, Mendes (2010, p.26) afirma “[...] isso acontece quando os assentamentos entram em disputa de igual, para igual com o conjunto da sociedade e querem ser tratados com respeito a todos”. Mas na visão de muitos assentados, como C.A.J., por exemplo, que em entrevista realizada em 16 de maio de 2013, disse que o preconceito que vivenciaram tem mais a ver mesmo com desrespeito com o ser humano e com a falta de compreensão do verdadeiro sentido da luta pela terra.

Existem aqueles assentados, como é o caso de G.S.B., acredita que aquele preconceito que as pessoas da cidade tinham com relação aos sem-terra, existe até hoje: “Pra mim, pelo que vejo, até hoje não somos bem quistos pelas pessoas que moram lá na cidade”. (Entrevista realizada em 28/11/2013).

O fato é, se não bastassem todas as infindas dificuldades que os camponeses enfrentam no decorrer de suas vidas, no acampamento ou depois no assentamento, as atitudes preconceituosas também são presenças constantes. Atitudes essas constrangedoras, humilhantes e que denigrem a imagem daqueles que corajosamente erguem a bandeira do trabalho rural, e são agentes principais no processo de abastecimento dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e, conseqüentemente às mesas dos mesmos que discriminam.

G.S.B., fez o desabafo descrito acima, também fez questão de declarar que a população de Eldorado agiu/age com discriminação, pediu para registrar que foram muito bem recebidos pelo então prefeito Pedro Luiz Balan, e que o mesmo

deu toda assistência possível, levando medicamentos a cada oito dias, abrindo as estradas e levando a rede elétrica.

A figura 11 mostra o trabalho de abertura das estradas feito pelo governo municipal na época, início a formação do assentamento:

Figura 11 – Abertura de Estradas



Fonte: Arquivo da Prefeitura – Cedida por W.D.S., de janeiro de 1998.

Atualmente, há um grande reconhecimento por parte dos órgãos governamentais. Isso ficou bem claro nas declarações do Sr. Antonio Costa e do Sr. José de Souza, respectivamente funcionário e Secretário de Agricultura de Eldorado, quando fizeram questão de dizer que a cidade se transformou, cresceu, desenvolveu-se após a formação do Assentamento Floresta Branca. Na visão deles, na atualidade, os moradores do Assentamento são respeitados, reconhecidos como pessoas que ajudaram a colocar Eldorado no mapa, pois a cidade deu um grande impulso em sua economia e desenvolvimento.

Apesar do início difícil, em decorrência tanto dos problemas gerados pela má recepção por parte de alguns eldoradenses, como pelas dificuldades relacionadas aos recursos para se instalar e começar trabalhar a terra, os assentados não desanimaram, persistiram, acreditaram que poderiam ali residir e criar laços de amizade bem como permanecer na terra e criar seus filhos.

A maioria inicialmente fez empréstimos bancários para dar os primeiros passos. Foi um começo realmente dos mais difíceis para todos, mas, como enfatiza M.A.N.A.S. foi mais complicado ainda para aqueles assentados que não eram do trabalho do campo: “Não foi fácil, nós que éramos do ramo e já estávamos acostumados não foi fácil, agora pensa como foi difícil praqueles que não eram do ramo [...] não era fácil mesmo”. (Entrevista realizada em 14/05/2013).

Passados os primeiros anos de luta, os resultados começaram a aparecerem. Com as lavouras dando bom retorno e com a produção de leite satisfatória, o assentamento se sobressaía e colocava o município de Eldorado em destaque. As famílias já haviam construídos suas moradias, mesmo que modestas, com alguns até conseguindo ampliar e realizar melhorias nos seus lotes.

Conforme o discurso do diretor de agricultura, até outubro de 2005, quando houve uma crise da febre aftosa³², o assentamento era considerado como assentamento modelo, sendo inclusive, visitado por assentados de outras regiões a fim de observar de que maneira trabalhavam na roça, e de que forma se organizavam. O entrevistado ainda relata com certa emoção a situação:

Aquele assentamento antes da aftosa no estado ele era considerado um assentamento modelo. Inclusive pessoas de outros assentamentos vinham para ver como era bem organizado, bem trabalhado, ele era modelo mesmo, mas aí depois da aftosa até hoje eu posso dizer que eles não conseguiram se reestabelecer. Foi em 2005, dia 10 de outubro, muito triste, pois não foi simplesmente um animal que foi abatido, aquilo era algo que eles tinham desde que chegaram e mexeu com o ego deles mesmos. [...] foi meio dolorido, a gente presenciou algo assim que era até ruim presenciar, de desespero mesmo, não estou dizendo só de emoção, mas sim de desespero mesmo, então foi complicado (Entrevista realizada em 14/05/2013).

Segundo o diretor, em decorrência dos problemas de aftosa na região, que em 2005 muito prejudicou não apenas os assentados, mas o município de modo geral, vários assentados venderam seus lotes. Ele credita tal decisão em partes ao problema da febre aftosa, pois tinha assentado que devia em torno de trinta mil reais

³²Em maio de 2005 de acordo com o ofício circular DSA nº 70, disciplinando o trânsito animal, considerou-se de risco sanitário os animais oriundos dos municípios sul-mato-grossenses de Eldorado, Itaquiraí, Japorã e Mundo Novo, com a proibição do egresso para os mercados nacional e internacional de animais, seus produtos e subprodutos. Nessa data também deu-se início dos trabalhos técnicos para o sacrifício sanitário: avaliação dos animais e abertura das valas para enterramento das carcaças (ABIEC, 2005).

junto ao banco e como perdera suas cabeças de gado não tinha como pagar essa dívida, mas ressalta que antes mesmo da referida crise, muitos já haviam vendido seus lotes.

Pelo observado nos discursos em geral, no assentamento Floresta Branca a crise da aftosa acabou por contribuir com a decisão de alguns assentados em vender seus lotes, pois para esses, mesmo o município e o Estado prestando ajuda na ocasião, a única solução foi vender a propriedade. Os compradores dos lotes outros estados, como de Mato Grosso, por exemplo.

Com relação a ajuda prestada, houve intensa negociação com os bancos, resultaram num rebate (desconto) de 95% de desconto nas dívidas dos assentados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além disso, teve o recebimento de um Recurso Emergencial no valor de R\$ 6.000,00, que foram recebidos por todos os assentados.

Para o entrevistado, o que levou as pessoas a venderem seus lotes de terra não foi somente a questão financeira, até porque receberam auxílio nesse sentido. Soma a isso, o fato de que com o problema da aftosa muitos tiveram problemas emocionais, sentindo-se desmotivados e sem perspectivas, como se percebe no relato: “[...] eles receberam bastante incentivo, mas não era suficiente, e eles diziam que acordavam cedo e olhavam para o horizonte e eles não tinham horizonte, então dava um desânimo, a autoestima ficou muito baixa e muitos estão até hoje assim” (Entrevista realizada em 14/05/2013).

Já o Sr. Antonio Costa, não credita a venda dos lotes somente em razão da crise da febre aftosa, mas também pelo fato de muitos assentados decidirem que iam voltar a morar em regiões localizadas mais perto das suas famílias.

[...] alguns que venderam pelo que vejo, não é porque desanimaram, sim por serem de outras regiões e quiseram voltar para perto da família [...] daí venderam aqui e compraram lá perto dos familiares [...] os casos que mais que tem são esses aí: de pessoas que venderam e voltaram para região onde estavam a família [...] eles vendem para comprar lá (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Ele procura deixar claro que mesmo antes do problema da febre aftosa já havia vendidos muitos lotes. Segundo o entrevistado, antes foram vendidos mais lotes do que depois da crise, pois muitos vinham enfrentando problemas com os bancos e não estavam conseguindo pagar os financiamentos, de modo que

perceberam a venda da terra como uma saída.

A fala acima é fortalecida por muitos dos assentados, como é o caso, por exemplo, de C.A.J.: “Teve muitos de nós, que assim que chegou aqui já vendeu a terra que ganhou. Na verdade ‘deram’, porque entregaram por um preço muito baixo, que apenas cobria as ‘contas’ que tinham com os bancos” (Entrevista realizada em 14/05/2013).

Outro problema, levantado por Maria Helena, presidente do Sindicato Rural e assentada, é que alguns dos que venderam, o fizeram por não trabalhar na terra. Isso fez com que não produzissem nada, levando a um sentimento de frustração. Como terra ociosa e não produtiva não é o objetivo dos assentados, alguns optaram por vender. Bastante esclarecedores são os detalhes passados pelo assentado J.R.S.:

Daquelas famílias que vieram da Bataiporã já não tem quase nenhuma, alguns trocaram lote com aqueles que moravam lá, para ficar perto da família. Os que vieram de Paranhos alguns venderam seus lotes e agora estão arrependidos, sua cultura, seu sistema é bem diferente dos de Taquarussu, de Paranhos são mais sossegados, já os de Taquarussu, trabalham muito, não tem tempo ruim para eles, o serviço deles é bem diferente e aproveitam tudo (Entrevista realizada em 16/05/2013).

G.S.B. demonstrou ter a percepção, quando fez essa narrativa: “[...] os que venderam eram, na grande maioria, da turma de Paranhos. Não sabiam trabalhar a terra. Isso foi logo no começo, viu? Então, não adianta querer culpar a crise de 2005, que foi feia sim, mas antes disso já ‘tavam’ se desfazendo” (Entrevista realizada em 28/11/2013). Essa visão é compartilhada por W.S., 38 anos, assentado vindo de Taquarussu: “Quem vendeu seu lote é porque não quis trabalhar na terra, não tem nada a ver com a aftosa, o governo ajudou a gente na época, apenas 20% do gado daqui foi abatido” (Entrevista realizada em 16/05/2013).

É interessante destacar aqui, que essa situação de venda de lotes não é algo exclusivo do Assentamento Floresta Branca, pois um estudo³³ realizado por Nogueira (2011), permite verificar que também em outros assentamentos muitos optam pela venda. De acordo com essa pesquisadora, a decisão de venda resulta de motivos variados, como por exemplo, a não adaptação à vida no assentamento e

³³ Pesquisa realizada junto ao Assentamento Itamarati, localizado em Ponta Porã - MS.

por não conseguir uma boa geração de renda.

Além disso, alguns “[...] recém-assentados muitas vezes não tem recursos próprios para fazer produzir, construir as casa, fazer a ligação de água e energia elétrica. Por esta razão, acabam se desfazendo do lote e indo morar nas cidades” (NOGUEIRA, 2011, p.95). No caso específico do Assentamento Floresta Branca ficou visível pelas falas dos entrevistados, a falta de adaptação consiste numa das razões que levaram a venda de lotes, assim como a não geração de renda, sobretudo por aqueles que não sabiam trabalhar na terra.

Fica evidenciado que a crise da aftosa parece não ter sido a razão principal, o que, aliás, tanto o Sr. Antonio como o Sr. Edivaldo se preocuparam em deixar claro. Assim, mesmo que essa tal crise tenha contribuído, claramente os motivos de venda de lotes são diversos: problemas financeiros, falta de adaptação devido as relações familiares, dificuldade quanto as técnicas de cultivo da terra, etc.

Ademais, o Sr. Edivaldo, Diretor de Agricultura, descreveu que atualmente alguns dos assentados que venderam seus lotes já não têm mais nada, pois com o dinheiro da venda compraram casas na área urbana, mas por um motivo ou outro acabaram vendendo. De acordo com o relatado, todos se arrependeram, mas tentam se justificar pela situação de desespero vivido naquele ano de 2005. Alguns voltaram para sua cidade de origem e outros permaneceram em Eldorado.

A respeito da febre aftosa, importante esclarecimento é trazido pelo entrevistado, que destacou que a crise não atingiu a totalidade do assentamento, mas mesmo aqueles assentados que não tiveram seu gado atingido e abatido, ficaram impossibilitados de vender o rebanho ou ainda o leite. O problema atingiu inclusive aqueles que cultivavam a mandioca, pois ficaram proibidos de vender para as fecculárias.

Outro aspecto que chama a atenção quando se fala da luta pela permanência na terra é observada na narrativa do Sr. Antonio Costa, que tenta delinear qual foi o divisor de águas nesse processo: antes da aftosa os assentados eram mais organizados, mais unidos, enquanto que depois, isso mudou, pois cada um começou a trabalhar mais por si. Ainda de acordo com ele, nos dias atuais parecem estar voltando a ter um espírito mais de união e solidariedade.

De modo geral, as falas dos assentados revelam o grande orgulho que sentem sobre como se encontra o assentamento hoje, pois isso é o resultado da luta empreendida, que teve início lá quando decidiram que iam acampar e que na

verdade, ainda não acabou, pois “dificuldades existem, mas estão aí para serem superadas”, conclui F.C.S. (Entrevista realizada em 14/05/2013).

O orgulho também é claramente percebido na colocação feita por J.L.S.: “Aqui é considerado um dos melhores assentamentos, pelo fato, de sua boa localidade, as famílias são todas trabalhadoras, quase não dependem ninguém, eles têm seus próprios carros, tem família que possui mais de um veículo” (Entrevista em 28/11/13).

Para abordar sobre as estratégias para a permanência dos assentados nas terras, inicialmente buscou-se entender qual a visão que o governo municipal tem do Assentamento Floresta Branca, ou seja, se acreditam no papel dele no desenvolvimento de Eldorado.

De acordo com Edivaldo José de Souza, Diretor de Agricultura do município, a criação do assentamento foi um marco de grande relevância na história de Eldorado:

Existe Eldorado de antes do assentamento e o Eldorado de depois do assentamento. Nosso município deve todo e qualquer progresso ao trabalho dos assentados, pois antes era um município parado, que não crescia, mesmo tendo os fazendeiros tradicionais. Com a chegada dos assentados, a cidade ganhou novo fôlego. Isso é tão certo que, pra você ver, hoje o assentamento é responsável por aproximadamente 70% da economia de Eldorado (Entrevista em 14/05/13).

Essa informação é confirmada novamente em entrevista realizada com ele em 28 de novembro, sendo ainda atestada pelo Sr. Antonio Costa, expõe: “Graças ao assentamento, formado por trabalhadores rurais persistentes e de muita garra, é que nosso município hoje é conhecido no estado e até mesmo no país”. Ele destaca que a chegada do assentamento foi um marco para Eldorado.

Essa versão é autenticada ainda por Maria Helena, presidente do Sindicato Rural: “Depois da formação do assentamento tudo melhorou, a cidade cresceu, desenvolveu, o comércio, tudo...” (Entrevista em 14/05/13); e pelo que expressa muitos assentados, como é o caso de W.S.: “A cidade de Eldorado era um lugar pouco conhecido e foi erguido também nos ombros do povo do aqui do campo” (Entrevista em 16/05/13).

O exposto tanto pelos funcionários da prefeitura como pelos assentados, vem ao encontro do pensamento descrito abaixo:

[...] os efeitos e as mudanças locais proporcionados pela criação dos assentamentos rurais [...] vem rebatendo em transformações de ordem econômica, política e social que atingem a população beneficiária e envolvem outros atores e instituições locais. [...] gera efeitos positivos no plano municipal, como a diversificação da produção agrícola, a expansão do mercado de trabalho e o fortalecimento político dos beneficiários, cujas demandas por infraestrutura física e social não podem ser facilmente ignoradas (LEITE; ÁVILA, 2007, p.799).

O Assentamento Floresta Branca trouxe muitas mudanças positivas para o município de Eldorado. Mudanças essas que condizem com o exposto pelos autores em comento, já que comprovadamente o surgimento do Assentamento Floresta Branca tem se revertido desde o início, em vantagens para as diversas esferas, seja, elas econômica, social ou política. Visivelmente há um fortalecimento no comércio local, os assentados se tornaram novos clientes, adquirindo todo tipo de produtos, desde alimentação até materiais de construção e produtos veterinários e para a lavoura.

Ao partir das colocações apresentadas anteriormente, percebe-se que apesar de conceberem o assentamento como essencial no desenvolvimento do município, ainda é muito pouco o que a prefeitura tem feito para beneficiar os assentados e contribuir para uma maior e melhor produção, seja essa relacionada ao cultivo de mandioca, seja na produção de leite.

Verificou-se que a contribuição fica mais por conta de cursos que oferecem aos assentados. Nesse sentido, o Diretor de Agricultura cita alguns já oferecidos, como o de Processamento de Leite. Sobre isso, Maria Helena, presidente do sindicato, demonstra trabalhar com a preocupação de oferecer cursos para os assentados, explica que por meio da parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), geralmente são realizados cursos relacionados aos derivados de leite, derivados da mandioca e derivados de conservas que faz os enlatados.

O Diretor de Agricultura destaca um Programa muito importante denominado: Sanidade sem Fronteiras, mas esse não oferecido pela prefeitura, mas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul – Administração Regional (SENAR-AR/MS), com o apoio do Ministério da Agricultura.

Nesse programa estavam cursos abrangendo gerenciamento da propriedade rural, zoonoses, vacinação, boas práticas, entre outros.

Esse programa foi lançado no ano de 2007, logo após o problema da febre aftosa. Na atualidade, de acordo com o Sr. Antonio Costa, foram oferecidos alguns cursos sobre Silagem (alimentação alternativa para o gado), apicultura, entre outros, oferecidos pelo SENAR, mas não foram tão abrangentes, sendo em geral convidados alguns produtores rurais, incluindo aí, alguns assentados.

São oferecidos cursos, mas nenhum voltado especificamente para os trabalhadores rurais que compõem o Assentamento Floresta Branca e as práticas produtivas que ali se instalam.

3.3 Condições de vida

Os assentados são pessoas determinadas, pois a história de vida deles mostra o amor pela terra e por sua família, tanto que enfrentaram todos os tipos de problemas para chegarem onde estão. No decorrer desta investigação, depois de conhecer a trajetória percorrida antes/durante o acampamento e no início do assentamento, houve também preocupação em conhecer melhor como eles vivem atualmente no assentamento. Assim, busca-se a partir de agora descrever aspectos importantes para se viver com qualidade, tais como: moradia (tipo de construção, objetos), saneamento básico (acesso à água, destino de lixo), educação, saúde e entretenimento.

3.3.1 Moradia e saneamento básico

Os assentamentos são lugares de desafios, nos quais as famílias chegam cheias de expectativas e se empenham em criar “[...] novas formas de organização do trabalho, a luta por uma política agrícola diferenciada, a criação de cooperativas de produção e comercialização, a luta pela moradia, saúde e educação etc.”

(FERNANDES, 1994, p.96). Para os assentados tudo isso é sinônimo de melhores condições de vida.

Nesse sentido, podem contar com as políticas voltadas para os assentamentos, são elaboradas com o intuito de oferecer aos beneficiados condições melhores de vida para o trabalhador assentado, se inicia com a conquista de seu lote e se estende até as condições mínimas exigidas para se viver com certa qualidade de vida.

É sabido que isso em geral funciona muito mais na teoria do que na prática, pois muitas vezes é entregue o pedaço de terra, mas não são dadas condições suficientes para que os assentados consigam ter condições de vida realmente melhores. Inicialmente isso praticamente não é nem percebido pelos recém-assentados, afinal, estão vindo de uma terrível realidade onde viviam improvisada e precariamente, de modo que, para eles as novas condições são bem melhores que as dispunham antes.

Dentre as referidas condições está a moradia, é vista pelos trabalhadores do Assentamento Floresta Branca como grande conquista, pois tiveram apoio para iniciar suas construções, foram ampliando e melhorando com o passar dos anos mediante financiamentos, mas principalmente, por meio de recursos próprios. Essa é uma realidade não apenas no assentamento em questão, pois como relata Carter (2010, p.510), “[...] os principais estudos sobre as comunidades da reforma agrária têm mostrado uma melhoria geral nas condições de vida da maioria dos assentados”.

Em se tratando de moradia, com certeza isso veio ao encontro do sonho maior de todo pai de família, que é oferecer uma boa moradia para esposa e filhos. Com os ex-sem-terra se observa que esse sentimento não é diferente, sendo isso comprovado em um comentário feito pelo Sr. T.F.G:

Ter uma casa, por mais simplesinha que seja, é muito mais que ter um teto pra morar. Uma casinha não é ‘só’ paredes e um telhado. É um lugar onde criamos os ‘fios’, onde vivemos tantas coisas [...] Aqui no assentamento, nossas casinhas são simples, mas nela ‘criamos’ as crianças (Entrevista realizada em 16/05/2013).

Sem dúvida alguma a moradia traz identidade para os indivíduos, traz um vínculo social e permite que a vida seja organizada. Pode-se afirmar que torna

possível um enraizamento das famílias no assentamento. Além do mais, traz novas expectativas, como bem se destaca:

A oportunidade de segurança de vida pela via da casa própria, isto é, sem a dependência do proprietário rentista ou pelo controle dos interesses dos proprietários rentistas, representa para os trabalhadores alguma esperança de autonomia (PONTES, 2014, p.82).

Morar bem está relacionado ao aspecto emocional das pessoas, que se sentem bem e felizes ao poder receber familiares e amigos. L.B.N.S., assentada que veio do acampamento de Paranhos, revela isso quando diz: “Sentia vergonha quando a gente ‘tava’ acampado e vivia embaixo de lona. Vergonha não de ser pobre, mas de não ter condições de oferecer um ‘poso’ pra um parente ou então algum conhecido nosso” (Entrevista realizada em 17/05/2013).

Vivendo no assentamento há mais de 15 anos, isto é, desde o início da formação, a assentada demonstra muito orgulho de ter moradia com mais conforto. Ela chama de “pedaço do céu”, o espaço onde está sua casa e todo o entorno, sendo tudo cuidado e zelado com muito capricho e empenho, como se pode observar a figura 12:

Figura 12 – Moradia de L.B.N.S.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Outro assentado, J.R.S., também demonstra sentir grande orgulho de tudo que construiu nos últimos anos. Ele relata que antes a vida não era fácil, já trabalhou muito, mas que “[...] agora tudo tá bom. Tenho casa, carro, filhos formados, plantação de mandioca e gado leiteiro” (Entrevista realizada em 16/05/2013). Segundo ele, ainda tem que trabalhar muito, mas vê o fruto do trabalho, diferente de antes, que só trabalhava para os outros e não tinha nada. Na figura 13 visualiza a entrada do lote e a figura 134 mostram onde mora com sua esposa e um neto.

Figura 13 – Entrada da moradia de J.R.S.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Figura 14 – Moradia de J.R.S.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

De modo geral se observou que as construções não seguem um padrão. As moradias são de alvenaria, com algumas exceções, pois há também aquelas construídas de madeira. A cobertura é de telha e a maioria atinge mais de 70m², com no mínimo cinco cômodos, incluindo o banheiro; quanto ao tamanho, em algumas residências esses cômodos não são muito amplos, mas suficientes para que os assentados vivam confortavelmente.

Além do aspecto externo das moradias, verificou-se que a maioria das casas é bem mobiliada. Dispõe de eletroeletrônicos (aparelho de televisão, aparelho de som, etc.) e eletrodomésticos variados (liquidificador, máquina de lavar, centrífuga, etc.). Alguns dos assentados, como é o caso de J.R.S. e M.R.S., contam até mesmo com filmadoras. Muitas residências possuem antena parabólica e um carro de passeio e/ou moto na garagem. Há famílias que têm mais de dois veículos, incluindo caminhonetes e maquinário para utilização no trabalho rural.

Figura 15 – Cobertura para maquinários e carro



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Evidente que essa não é a realidade de todos os assentados. Foram entrevistados alguns que possuem casas mais simples, de madeira, mas apesar de afirmarem enfrentar dificuldades, hoje estão melhores do que anos atrás. Além

disso, dispõem de eletroeletrônicos e eletrodomésticos necessários para facilitar os afazeres cotidianos. Observe a figura 16:

Figura 16 – Moradia de M.M.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

A figura 16 mostra a residência de M.M., assentada de 29 anos, na época da formação do assentamento era recém-casada e hoje tem sua família construída, com filhos na escola e acalenta o sonho de ser pedagoga. Mas afirma estar feliz com o estilo de vida que o campo lhe proporciona. A entrevistada se revelou satisfeita com a vida que leva com a família no assentamento. Fato esse que pode ser observado em sua colocação:

Claro que aqui não temos tudo que gostaríamos. Mas a gente procura sempre se lembrar de onde veio e de como era a nossa vida lá. Ao chegar aqui, eu, casadinha de nova, peguei na lida de igual pra igual com meu marido. Tudo que temos: nossa casinha, nosso carrinho, uma pequena roça de mandioca e algumas cabeças de gado, foi conseguido com muito custo, muito trabalho mesmo, mas hoje dá pra gente oferecer aos nossos filhos alguma coisa[...] também quero ainda estudar e ser professora (Entrevista realizada em 15/05/2013).

Assim, se nota que são pessoas sofridas, mas que reconhecidamente precisavam de uma oportunidade, ou seja, de um pedaço de terra, no qual pudessem trabalhar e tirar o sustento, oferecendo assim, melhores condições de vida para seus filhos. De acordo com Pontes (2014) é nesse pedaço de terra que são depositadas as aspirações e os sonhos, sendo nele que constroem suas casas, organizam sua casa, seus trabalhos, seus espaços de lazer, dentre outros.

É exatamente assim que os assentados veem seus lotes, de modo que visivelmente souberam aproveitar o que conquistaram com tanta luta e continuam acalentando sonhos. Mais do que isso, correndo atrás deles: “Vou fazer vestibular numa faculdade de Guaíra, Paraná. Ainda não sei como será, mas sei que será logo”, finalizou M.M.

Com relação ao saneamento básico, observou-se que em todas as moradias visitadas a água utilizada para o consumo, seja para beber, cozer os alimentos ou para higiene pessoal, provém de poços semi-artesianos construídos, em geral, com pouca profundidade e requerem uma bomba para levar a água até as caixas d'águas de fibra, que variam de tamanho (500 ou 1000 litros).

A figura 17 mostra um exemplo das caixas de fibras utilizadas, sendo em alguns lotes a base que as sustentam são de madeira e em outros de alvenaria.

Figura 17 – Abastecimento de água



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

É interessante relatar que a água utilizada é consumida sem passar por nenhum tipo de tratamento específico, alguns assentados se preocupam em filtrar a água para beber. Mas isso não é uma prática comum no assentamento.

Na figura 18 pode ser visualizada uma família que utiliza devidamente a água, como por exemplo, conservando a limpeza do lar:

Figura 18 – Família reunida em sua residência durante a pesquisa.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Quanto ao destino dado ao lixo verificou-se que não é feita coleta de lixo no assentamento, de modo que muitas famílias optam por queimá-lo, enquanto outras o enterram, mas de uma forma geral, a maioria cuida para que o lixo não fique exposto, pois eles sabem que além de contaminar o solo, ainda aumenta o risco de causar doenças, todos são conscientes a esse respeito.

A grande maioria das casas possui fossas rudimentares ou fossas negras, como são conhecidas³⁴, para onde são enviados os dejetos e também a água dos

³⁴ Consiste em um buraco feito na terra que pode atingir até 3m de profundidade com diâmetro de 1,5m, no qual são depositados os efluentes do banheiro e afluentes líquidos de pias e tanques.

tanques e pias. Esse tipo de fossa ainda é muito utilizado, mas o problema é que os afluentes não recebem nenhum tratamento, tendo ainda assim, risco de doenças e de contaminar o solo. Já o lixo orgânico não é jogado fora, mas os assentados os reaproveitam como complementação alimentar para os animais.

O último aspecto apresentado sobre as condições de vida é relativo ao acesso à energia elétrica. Comprovou-se que todos os assentados contam com rede de energia elétrica, tendo como fornecedora a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL). A imagem que segue na figura 19 mostra o fornecimento de energia elétrica a uma residência do assentamento, como também pode se observar a rede elétrica segue pela beira na estrada distribuindo a energia:

Figura 19 – Recebimento de Energia Elétrica



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Em síntese, os assentados e famílias contam com certo conforto. Averiguou-se que os espaços de moradia, inclusos aí casas e seus entornos, são amplos e na grande maioria das vezes muito bem cuidado. Os assentados dispõem de energia elétrica e água encanada, sendo percebida a preocupação com o processo final do lixo doméstico, embora não haja coleta regular por parte da prefeitura de Eldorado, cada família se responsabiliza por deixar limpo seu lote e enterrando o lixo orgânico.

No Assentamento Floresta Branca, verifica-se a organização entre as famílias, de modo que, cada um sabe da importância de cuidar e conservar o lugar onde reside, pois ali possuem tudo o que necessitam para viver. Trabalham na terra e dela colhem os frutos para seu sustento, lutaram e muito para adquirir seu lote, e posteriormente, pela permanência no mesmo, e por isso, valorizam e zelam pelo seu patrimônio. Hoje, um sonho realizado, mas cada família pode relatar com clareza cada passo que foi dado, os filhos ouvem orgulhosos as histórias de coragem e esperança de seus pais.

As falas dos assentados revelam que a maior parte dele está bastante satisfeita com o estilo de vida atual. Mesmo aqueles que têm casas mais simples, fizeram questão de comentar como se sentem hoje, como C.A.J.:

Meus parentes mesmo sempre dizem 'quem te viu e quem te vê, hein?'. E é pura verdade... não dava pra dizer que um dia ia viver melhor...ter casa, até luz tem...tudo isso por que a gente 'insistimos', não desistimos e trabalhamos muito na nossa terrinha. Hoje minha casa tem até um quarto para quando algum da família vem ou quando vem algum compadre nosso (Entrevista realizada em 16/05/2013).

O fato é que em cada moradia que se chegava, quem recepcionava e atendia, fosse o homem ou a mulher, mostrava no olhar, na fala e no sorriso, satisfação e orgulho. Durante a pesquisa foram ouvidos algumas queixas, mas sobre a moradia não houve praticamente nenhuma, deixando evidente que muitos ainda têm projetos de melhorias para por em prática, como reformas ou construção de novos cômodos nas suas casas.

3.3.2 Saúde

Até o momento é sabido que o assentado do Assentamento Floresta Branca conquistou seu pedaço de terra e ao longo dos anos, através do seu trabalho, pode construir a moradia e oferecer uma alimentação adequada, em sua maior parte de produção própria. Contudo, boas condições de vida não envolvem

apenas ter terra para trabalhar, casa e alimentos, sendo essencial também a oferta de serviços de saúde de qualidade.

A respeito da vida em assentamentos essa é uma questão que merece um olhar diferenciado, pois “o desenvolvimento local deve ser promotor da qualidade de vida para as pessoas que vivem no território, sendo o atendimento a saúde uma de suas dimensões intrínsecas” (TURNES, 2004³⁵, apud LEITE JUNIOR et al., 2013, p.354):

A saúde é um direito fundamental de todo ser humano, especificado em diversos tratados, convenções e legislações. Na Constituição Federal de 1988 (CF), por exemplo, em seu art. 6º, de acordo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010, a saúde considerada como um dever do Estado e direito de todos e, vem situar a saúde no âmbito da seguridade social, com a definição dos princípios e critérios que a direcionam (BRASIL, 2010, art.6).

A saúde tem sido uma área envolvida em inúmeros e intensos debates, em especial por se tratar daquela que atende a população numa de suas necessidades básicas mais importantes. As discussões giram em torno de financiamento, atendimento e serviços de qualidade, políticas públicas que resultem em melhorias, entre outros aspectos.

Contudo, ainda hoje o discurso tem sido mais forte que a prática, considerando a realidade observada, revela que a saúde pública brasileira é muito precária. No assentamento Floresta Branca a situação não é muito diferente, pois apesar de dispor de uma Unidade de Saúde (Posto de Saúde), o atendimento médico não é muito satisfatório e há muitas queixas quanto à falta de medicamentos:

O médico atende aqui no posto, mas só resolve casos simples e mesmo assim, quando passa a receita dificilmente tem todos os medicamentos. E quando pede exames então? Nossa... aí sim, complica mais ainda. Outro problema sério é que se a situação for mais grave precisamos nos deslocar para Mundo Novo - MS, pois o hospital de Eldorado não atende mais pelo SUS (Entrevista realizada em 28/11/2013).

O fato do hospital municipal não atender mais pelo Sistema Único de Saúde (SUS) torna a vida dos assentados mais difícil, pois se dirigir à cidade

³⁵ TURNES, V. A. **Sistema Delos**: indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável. 2004. 227f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC - Florianópolis, 2004.

circunvizinha requer recursos financeiros, além do que ainda correm o risco de chegar lá e não conseguir vaga, mesmo em casos emergenciais.

Todos os entrevistados revelaram insatisfação, com algumas mães enfatizando inclusive, a dificuldade que enfrentam quando um filho passa mal no período da noite. O fato é que o hospital de Mundo Novo, cidade vizinha, somente atende se for levado um encaminhamento médico expedido pelo Posto de Saúde do assentamento, mas isso é impossível de conseguir a noite ou nos finais de semana.

O relato de M.M. revela certa revolta com o sistema de saúde pública e com a falta de atenção com os assentados:

Muitas vezes tivemos de emprestar dinheiro dos vizinhos ou então usar nossas economias para ver nossa filha sendo atendida. O problema não é que não queremos gastar dinheiro, o problema é que temos direito ao atendimento público, pagamos por ele, até adiantado, com nossos impostos. Parece que nós como assentados, vivemos de favor (Entrevista realizada em 28/11/2013).

A entrevistada levantou um ponto importante, pois o usuário dos serviços de saúde, pagaram adiantado pelos serviços que devem receber, considerando que pagam diariamente diversos impostos ao governo, que deveriam ser revertidos integralmente para a oferta de saúde de mais qualidade.

L.B.N.S, tem um filho de oito anos, conta que esse passou por situações de saúde grave, como febre muito alta, dores de ouvido, entre outras, nas quais foi possível contar apenas com remédios caseiros para o tratamento, já que naquelas ocasiões não dispunha de dinheiro e não conseguiu ser atendida na Unidade de Saúde por ser final de semana.

Isso chama atenção para o fato de que seria muito importante que no assentamento houvesse a instauração de coletivos de saúde. Isso é destacado por Rosimeire Aparecida Scopinho, como sendo uma estratégia a ser desenvolvida para a promoção da saúde “[...] que procura implementar ações de saneamento ambiental, resgatar o conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais através da organização de hortas e da manipulação artesanal de medicamentos [...]” (SCOPINHO, 2010, p.1577).

Certamente o tratamento com plantas naturais, quando efetivado mediante manipulação correta, pode contribuir com o reestabelecimento da saúde. Desse modo, seria interessante que fossem empreendidas políticas nesse sentido

no assentamento, pois com conhecimento dos assentados poderiam usar melhor as plantas medicinais, tanto na prevenção quanto no combate à doenças.

Apesar de ter ouvido bastante queixa, foi possível conhecer a opinião do assentado O.R.N., que fez questão de frisar todas as dificuldades que enfrentam com relação ao atendimento médico-hospitalar no assentamento, hoje pelo menos contam com a Unidade de Saúde, na época de acampados nem isso tinham, e tão pouco acesso gratuito a qualquer medicamento. Para ele é uma situação de reconhecimento: “Muitos só sabem reclamar. Tá certo... não é fácil... tem muito que melhorar... mas não podemos esquecer que já tivemos muito pior”.

O assentado cita a presença de um Agente Comunitário da Saúde³⁶, que faz até duas visitas mensais, apesar de não resolver a maioria dos problemas, oferece certa segurança, pois tem muitas pessoas que tem problema de saúde como hipertensão e diabetes, precisam um acompanhamento melhor. Destaca-se aí, que o papel do Estado deve ser cumprido, principalmente porque, como declara Dallari (2009, p.97), “ninguém pode ser individualmente responsável por sua saúde”, pelo menos não pode ser inteira e exclusivamente responsável.

Ficou evidenciado que é fundamental, sobretudo por parte do Governo Municipal, que haja coordenação de esforços para a organização e gestão dos serviços de assistência à saúde dos assentados, é uma necessidade urgente e que não pode ser adiada. Além disso, poderia ser iniciada uma ação semelhante à citada por Scopinho (2010), buscando através de cursos e palestras o resgate do uso das plantas medicinais, assim como sua correta manipulação.

Cabe aqui enfatizar quando se fala de saúde, não se faz referência somente ao aspecto físico, mas ao mental e ao emocional. Nesse sentido, pode-se afirmar que os assentados demonstraram não ter queixa, como revela o assentado D.V.S.: “Saúde pra mim tem a ver com poder comer comida sem nenhum tipo de veneno, respirar um ar que não é cheio de sujeira... É poder levantar cedo e ir trabalhar. É jogar bola com alguns vizinhos no final de semana [...]”

Isso é reforçado nos estudos de Scopinho (2010, p.1.581), concluiu que no assentamento analisado por ela, a “saúde melhorou em razão da mudança no modo de trabalhar e viver, que envolveu movimentos do corpo, convivência social e

³⁶ Profissional que surgiu com a criação do Programa de Agentes comunitários da Saúde (PACS), em 1991. Ele Trabalha realizando visitas domiciliares, fornecendo informações e orientações para a população, visando com isso à prevenção de doenças e estando sempre atentos à qualidade de vida das pessoas por ele assistidos.

despreocupação”. Então, percebe-se que o envolvimento dos assentados com a terra, com a natureza em si, assim como a satisfação que sentem em relação ao estilo de vida que levam, contribui para aumentar a autoestima, o que conseqüentemente reflete no bem-estar geral dos trabalhadores e de suas famílias.

3.3.3 Educação

Outro aspecto a ser considerado para a oferta de melhores condições de vida aos assentados é o educacional: “A educação é uma das políticas essenciais para o desenvolvimento territorial dos assentamentos [...] o desenvolvimento local deve ser pautado no aperfeiçoamento constante do ser humano” (LEITE JUNIOR, et al., 2013, p.353). Contudo, no Assentamento Floresta Branca constatou-se que a educação se caracteriza como um problema, pois no final de 2012, a escola oferecia Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi fechada. Veja a figura 20:

Figura 20 – Escola Municipal fechada



Fonte: SOUZA, L. N. (2013)

A escola aparentemente está em perfeito estado de funcionamento. Inclusive alguns meses antes de ser fechada havia passado por ampliação, foram

construídas mais quatro salas de aula e mais dois banheiros. Os recursos utilizados na época foram provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), Quota Salário Educação (Q.S. E) e Prefeitura Municipal de Eldorado.

A escola foi desativada, pois, de acordo com a Secretaria de Educação do Município, não tinha número suficiente de alunos, para que os filhos pudessem dar continuidade aos estudos, restou aos assentados matriculá-los em escolas urbanas, o que implica no deslocamento desses alunos para a cidade de Eldorado. Assim, deslocam-se em ônibus do Município, como esses mostrados nas figuras 21 e 22:

Figura 21 – Transporte Escolar (1)



Fonte: SOUZA, L. N. (2013)

Figura 22 – Transporte Escolar (2)



Fonte: SOUZA, L. N. (2013)

Desde então, essa situação tem gerado muito conflito entre os assentados e a Secretaria Municipal de Educação de Eldorado. As descrições dos entrevistados revelam revolta maior devido ao fato de que, pouco antes do fechamento de uma escola, iniciaram a construção de outra, que, por sua vez, também não funcionará.

M. M. comentou: “Não dá pra entender o que estão fazendo. Você lembra quando você veio aqui daquela outra vez? Tavam mexendo né? Agora tá pronta a tal escola que não vai abrir. É um elefante branco aquilo tudo” (Entrevista realizada em 15/05/2013).

A indignação é presente em vários discursos. O assentado J.R.S. também fez menção ao que denomina de “absurdo”:

Todos aqui estamos revoltados, porque tem uma escola do município vazia, sem nenhuma criança, a prefeitura diz que não quantidade de alunos suficiente, mas tem 4 ônibus que vem buscar as crianças aqui no assentamento para estudar na cidade todo dia, tem professoras formadas aqui do assentamento e não tem sala de aula para trabalhar. Agora construíram outra escola novinha do lado da antiga

e a prefeitura disse que também não vai abrir (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Outro relato evidencia com o referenciado acima é a de C.S.B., assentada de personalidade forte, que costuma participar de todas as reuniões, emitindo sua opinião, questionando e sugerindo se for preciso:

A educação aqui nem tem sobre o que falar, eles estudavam aqui e foram para a cidade, construíram aqui várias salas que estão fechadas, não sabemos pra que servem, sendo que as crianças vão estudar na cidade. A prefeitura colocou uma van para carregar as crianças, a van é considerada boa. Tem dia que quebra, mas logo vem outra. Eles vão fazer uma reunião para ver a questão de separar as crianças pequenas dos maiores, porque não está dando certo, já que os grandes fazem muita baderna e como são crianças do Jardim ainda, fica difícil ficarem juntos (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Pela figura 23 é possível ver a escola já finalizada:

Figura 23 – Escola Municipal fechada



Fonte: SOUZA, L. N. (2013)

Pela imagem pode-se perceber que o novo prédio da escola apresenta uma estrutura ampla, mas infelizmente não vai entrar em funcionamento. A revolta dos assentados é ampla, pois ironicamente as duas escolas se encontram lado a lado e nenhuma em funcionamento, obrigando as crianças a se deslocarem para as escolas urbanas.

O Governo Municipal não está respeitando a política nacional de reforma agrária, pois de acordo com ela, é preciso a implantação de um novo modelo de assentamento, de acordo com Leite Júnior et al. (2013, p.345), tal tem que ser “[...] baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; promovendo a igualdade de gênero e assegurando o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas”. Nesse caso específico, a educação não está assegurada, uma vez que deveria ser oferecida ali, no próprio assentamento.

No final do ano de 2013 levantou nova discussão entre assentados e a Secretaria Municipal de Educação. Conforme relatado, sucederam várias reuniões desde o mês de outubro, a última reunião ocorrera no dia 26 de novembro. A assentada L.B.N.S. desabafa:

Tivemos reunião com o secretário de educação na terça, mas confundiu a gente mais do que esclareceu. Disse pra gente que não tem aluno suficiente pra abrir as turmas, mas como isso? Os quatro ônibus que levam as crianças ‘vai cheio’. Daí a gente perguntou por que construíram então a escola nova. Ele simplesmente respondeu que foi pra não ter de devolver o valor [R\$ 1.000.000,00] que a prefeitura recebeu do governo. Eles tão brincando com a gente. (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Alguns assentados demonstraram preocupação com saída dos filhos para estudar em escolas da cidade. Eles acreditam que isso vai influenciar os pensamentos dos filhos, sobretudo dos adolescentes, que começaram a mostrar vontade de trabalhar na cidade e não mais no campo, como antes planejavam.

Na opinião de M.R.S., uma parcela dos jovens está influenciada, pois após terem ido estudar fora do assentamento, não estão mais ajudando os pais como antes, bem como vem demonstrando interesse em trabalhar na cidade assim que alcançar a maior idade.

3.3.4 Lazer

Momentos de lazer e cultura com a família e com os amigos devem fazer parte do cotidiano das pessoas em geral, pois essas atividades “são fundamentais nos processos de desenvolvimento local por estar diretamente relacionado ao bem estar dos cidadãos” (LEITE JUNIOR, 2013, p.365). Isso não é diferente nos assentamentos.

A organização que se percebe na maioria dos lotes é algo que chama a atenção. Eles valorizam muito tudo que possuem e se preocupam em manter tudo organizado, seja relacionado ao trabalho diário ou ao lazer. É possível perceber que os assentados, em sua grande maioria, organizaram o entorno de suas casas de modo a ter espaço para que possam se reunir para se divertir. Os espaços são arborizados e limpos.

É frisado por muitos deles que trabalham muito sim, ‘sol a sol’, mas sempre deixam tempo para a diversão, que inclusive, não depende de ter condições financeiras tão elevadas, já que quando se reúnem alguma atividade de lazer, cada um leva alguma coisa, seja bebida ou até mesmo carne para o churrasco.

O futebol também é preferência de muitos assentados. Existem campos de futebol em muitas propriedades. A figura 24 mostra o campo de futebol de J.R.S:

Figura 24 – Campo de futebol de J.R.S.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

De acordo com os relatos são comuns acontecerem partidas de futebol nos finais de semana e a realização de pequenos eventos, como as conhecidas laçadas, é uma atividade que o homem do campo pratica bastante. J.L.S. escolheu um espaço em seu lote e construiu uma pista voltada para essa atividade: “Aqui todo mundo gosta de laçada. É uma forma da gente se reunir e se divertir um pouco”.

Um meio de diversão comum a todos do assentamento é a televisão, que em grande parte é ligada a uma antena parabólica, o que permite maior variedade de canais que oferecem os mais diversos tipos de programação, porém, percebe-se nos diálogos com as famílias assentadas a conscientização a respeito da programação dos canais de televisão, pois sabem o quanto determinados programas tentam manipular a opinião pública. De acordo com W.S.: “Aqui quando não tem jogo marcado no domingo... é que eu gosto mais de jogo (risos) a gente passa a tarde de domingo assistindo programas na televisão. A mulher gosta muito do Sílvia Santos”(Entrevista realizada em 16/05/2013).

Quanto a festas na comunidade, ficou evidenciado que são raras. Não é costume organizar festas grandes ou bailes. Algumas vezes um ou outro assentado organiza alguma, mas isso não é algo habitual. Outro aspecto observado é que não existe, por exemplo, espaços coletivos para diversão, como campo de futebol, parque infantil, pista de caminhada ou uma praça. Nesse sentido, Leite Junior et al. (2013, p.365), destaca que é fundamental que existam “oportunidades para o lazer, a fim de estreitar os laços de conhecimento e amizade entre eles, e, conseqüentemente, facilitar e aumentar o nível de cooperação”.

É interessante observar aqui, que é sabido, todo lugar onde convivem pessoas, existem formação de grupos que vão surgindo de acordo com a afinidade entre os membros. No assentamento isso ocorre, pois se trata de um grande número de famílias, normalmente essa divisão se dá em grupos, não significa que sejam fechados, tornando-se comum um assentado participar de mais de um grupo.

Existem grupos de evangélicos no assentamento, os quais não costumam participar de atividades como futebol ou laçada, considerado lazer para eles, somente os eventos promovidos pela igreja. Já aqueles que são católicos costumam participar tanto de atividades de lazer em geral, como de festas religiosas, comemorações em homenagem aos diversos santos.

Cabe salientar que os eventos culturais no assentamento estão voltados mais para essas festas religiosas, não existindo outro tipo de atividade cultural, como teatro ou música, por exemplo.

3.4 Produção e comercialização

Com relação ao solo da região do assentamento, é do tipo arenito-caiuá, considerado fértil, podendo ser aproveitado para pastagem ou para plantação de diversas culturas. Quanto as qualidades do solo eldoradense explica-se:

No município de Eldorado predomina o nitossolos, de textura arenoso-média e médio-argilosa, com fertilidade natural variável; ao norte do município tem-se expressiva mancha de latossolo de textura média [...] (CAMPESTRINI, 2012, p.167).

A qualidade do solo do município fica evidenciada na fala do Diretor de Agricultura do município, Sr. Edivaldo José de Souza que: “Aqui a terra é do tipo: tudo que planta dá” (Entrevista realizada em 14/05/2013). Contudo, apesar da riqueza do solo, de acordo com informações obtidas junto à presidente do Sindicato Rural e junto a alguns assentados, atualmente o leite é a atividade produtiva principal do assentamento, correspondendo a 60% da renda familiar.

Em contrapartida, o diretor da Agricultura esclareceu que o leite é um produto presente desde o início do assentamento Floresta Branca: “O leite, antes e depois da febre aftosa, sempre consistiu a atividade principal ali no assentamento” (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Essa informação foi complementada pelo Sr. Antonio Costa: “Evidentemente houve uma queda na produção leiteira nos anos de 2006 e 2007 em decorrência do problema da febre aftosa, mas depois o leite voltou a ser produzido novamente por praticamente todos os assentados” (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Depois da produção leiteira, se sobressai o cultivo da mandioca, que corresponde a 30% e aproximadamente 10% corresponde a hortifruticultura. J.L.S., assentado oriundo de Paranhos, confirma essas informações ao relatar:

Aqui [no assentamento] tem uma produção de leite e plantio de mandioca muito grande também. Os produtos da horta é mais pro consumo, com pouca gente comercializando, mas 'inda' assim contribui de algum jeito (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Segundo os entrevistados, Sr. Antônio e Edivaldo, nesse ano de 2013 a mandioca é um destaque no assentamento como produto mais plantado, devido ao preço que melhorou bastante em relação aos anos anteriores. A produção é vendida principalmente para Mundo Novo (MS), pois esse município sedia muitas feculares, mas Itaquiraí (MS) e Guaíra (PR) também integram os mercados compradores da produção de mandioca.

Figura 25 – Cultivo da mandioca



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Em busca de compreender porque a produção de leite ganhou tanto espaço no assentamento, enquanto que a agricultura foi perdendo o seu, ficou claro que devido as dificuldades existentes no que se refere aos recursos que a agricultura exige, “o leite é o salário mensal”, conforme relatou J.R.S., enquanto que “a mandioca é uma poupança”, como se referiu numa outra entrevista L.B.S, assentada de 48 anos, vinda de Taquarussu, que explicou a situação:

A preferência pela produção de leite é que o leite é rápido, a produção é rápida. Considerando que a parte da agricultura, digamos que a plantação de mandioca demora muito, como poderíamos tirar o

sustento de algo que demora muito? Eu tiro o leite e planto em um pedaço de roça, daí eu tiro o meu sustento. A plantação é como se fosse uma poupança, aqui quase todos fazem empréstimos (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Foi possível perceber a visão de muitos assentados é bastante consoante, pois essa referência ao leite como forma de garantir o sustento familiar mensalmente e a mandioca como garantia, cuja renda pode servir tanto para situações emergenciais como para melhorias na propriedade, pode ser percebida na fala de vários assentados.

Figura 26 – Parte do rebanho do assentado J.R.S.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Quanto à comercialização do leite, os assentados em geral, disseram que existem duas empresas paranaenses (Real e Frimesa), que compram a produção de leite do assentamento, afirmam ser fácil negociar com os representantes das referidas empresas, afirma J.M.O., assentado e Presidente da Associação do Leite do assentamento: “Nosso leite sai barato para eles [...]. E as empresas que nós entregamos são todas do Paraná, então se lá tiver redução nos preços aqui terá mais ainda”. (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Figura 27 – Momento da ordenha



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Sobre a comercialização de produtos, apesar de Eldorado ser considerada a Capital Estadual da Melancia, com os últimos quatro anos a consolidar ainda mais esse título, aumentaram a área plantada, passando de 20 toneladas por hectare para aproximadamente 40 a 45 toneladas, o assentamento não tem grande participação nesse cultivo, pois somente 6 assentados plantam a fruta. O mesmo ocorre com o mel, que é um produto tradicional do município, com a participação de apenas 3 assentados, estes se dedicam à produção e comercialização.

Alguns assentados colocam seus produtos à venda na beira da rodovia MS. Essa é a forma que eles encontram para vender o que cultivam, sem enfrentar grandes burocracias ou outros tipos de barreiras, principalmente por não cultivar a melancia em grandes pedaços de terra.

Apesar disso, essa fruta vem, por exemplo, garantindo e complementando o orçamento do assentado M.R.S., como pode se ver na figura abaixo:

Figura 28 – Barraca do assentado M.R.S.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Pela imagem se pode verificar que o assentado vende outros produtos de cultivo próprio, mas em menor escala, como o melão, por exemplo. Além desses produtos, comercializa alho a granel, que é vendido por quilo, além de pimenta em conserva.

No período em que foi feita a entrevista com M.R.S., foi possível constatar o quanto ele vende. Em poucos minutos vários automóveis de passeio e também algumas carretas, pararam para comprar seus produtos, principalmente melancia.

O mesmo ocorre na barraca de outro assentado, o Sr. N.S.B., que além das frutas, tem à venda água mineral, água de coco (fruta), refrigerante, doce e salgadinhos. Mas segundo ele, o forte de vendas são as frutas, que também são cultivadas por ele e a família no lote que possuem.

A figura que segue mostra algumas dessas frutas: melancia e caqui.

Figura 29 – Barraca do assentado N.S.B.



Fonte: SOUZA, L. N. (2013).

Referindo-se à melancia, foi ressaltado que a Prefeitura Municipal de Eldorado está trabalhando em prol da construção de uma agroindústria no Assentamento Floresta Branca com o objetivo de processar os produtos da melancia. Conforme Edivaldo, o Diretor de Agricultura: “É um sonho que estamos acalentando, mas tudo indica, pelo projetado até agora, que vamos conseguir realizar” (Entrevista realizada em 14/05/2013).

É esclarecido pelo fato de ser pouco o número de assentados que cultiva a fruta, a intenção é levar a matéria-prima de fora, ou seja, dos produtores tradicionais do município, pois anualmente sobra muita melancia que pode ser utilizada para o processamento. Conforme explica o entrevistado, isso é possível por que “não precisa ser aquelas melancias maiores. Aquela que ‘dá’ para vender in natura, vai in natura. E a que não dá para vender in natura, dá pra industrializar ela, dá para fazer cereja, enfim um monte de produtos, cocada de melancia...” (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Contudo, há uma queixa unânime com relação ao apoio por parte do

governo. A assentada M. H., por exemplo, enfatiza o problema em grande parte está no Governo Federal, que desde 1997, época em que as terras foram distribuídas, deveria ter uma política diferenciada, oferecendo instruções e orientações, além de outros recursos.

No entanto, segundo ela os próprios assentados deveriam ter buscado algum tipo de conhecimento, pois “a luta é isso, se você não procura conhecimento, não procura aprender, você não vai sair da lama nunca, você vai permanecer na lama” (Entrevista realizada em 14/05/2013).

É citado ainda por M.H. que existem aqueles trabalhadores mais humildes que produzem somente para o próprio consumo, que não buscam aumentar sua produção, enquanto outros procuram produzir em maior escala, palavras da entrevistada, requerem angariar recursos junto a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) ou outra entidade, para produzir e comercializar seus produtos.

Sobre a situação atual, J.M.O faz de certa forma um desabafo. Seu jeito de falar e sua expressão no rosto revelam preocupação e tristeza:

O produtor hoje não tem valor, sendo que o pessoal da cidade vive com os alimentos do campo e a agricultura é à base de tudo. Os governos Federais e Estaduais deveriam incentivar a agricultura, porque o nosso valor hoje é muito pouco, considerando o quanto produzimos para o sustento da cidade (Entrevista realizada em 28/11/2013).

J.L.S. reafirma a falta de apoio e reconhecimento por parte do governo municipal: “A única coisa que está faltando aqui pra nós, é que a nossa prefeita não está vendo a renda que está saindo daqui” (Entrevista realizada em 28/11/2013). Com isso ele afirma que a esfera municipal não valoriza o assentamento como deveria.

No entanto, se percebeu no decorrer da pesquisa que está faltando um estreitamento no relacionamento e diálogo entre assentamento e prefeitura, pois foi enfatizado pelo Diretor de Agricultura que “Eldorado é o que é graças ao assentamento, que contribui e muito para o crescimento econômico e social”.

É ainda feita uma referência à desvalorização do pequeno produtor, que é muito grande. De modo geral, as falas fazem referência ao fomento, considerado pelos assentados como descabido, a favor do agronegócio e da expansão desse

segmento em detrimento do produtor rural.

É de suma importância ressaltar que muitos assentados não sobrevivem unicamente com a comercialização da mandioca, do leite e de produtos hortifrutigranjeiros, ou seja, a venda desses produtos não se configura em exclusiva fonte de renda. Existem atualmente muitos assentados aposentados e também aqueles que em busca de incrementar a renda, realizam serviços fora de seus lotes e até mesmo na cidade.

Alguns disseram que optam em trabalhar fora do próprio lote pela necessidade de ganhar um pouco mais, já que só o leite e a mandioca não são suficientes, como foi o caso de G.S.B.: “Hoje eu lucro cerca de R\$ 1.500,00 só com o leite, mas amanhã já não tenho mais nada, por que vem sal para gado, arame, etc. quando vamos ver estamos zerados novamente. E a mandioca só no tempo certo” (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Já outros, como o assentado J.R.S., decidiram trabalhar fora de suas terras não por questão financeira, mas por se considerarem pessoas muito ativas:

Eu não sei ficar parado. Apesar de sempre ter serviço na plantação de mandioca ou na lida com o gado leiteiro, eu sempre ‘tô’ fazendo algum serviço por fora. Eu faço horas em trator pra alguns assentados, pois sou bom tratorista. Tenho curso e tudo. [...] Isso além de me fazer bem ainda melhora nossa renda familiar (Entrevista realizada em 28/11/2013).

Quanto aos aposentados, ao longo da pesquisa verificou-se que apesar de receberem aposentadoria, continuam trabalhando na terra, não como antes, mas plantam principalmente para o autoconsumo. A maioria divide com algum filho o seu lote, assim há uma continuidade de seu trabalho, pois seu pedaço de terra continua produzindo e comercializando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como preocupação central pesquisar as especificidades e características do Assentamento Floresta Branca, localizado no município de Eldorado/MS, com vistas a conhecer um pouco da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, com relação à vida que levavam antes e durante o acampamento, assim como a que levam atualmente como assentados.

Então, em perseguição a tal objetivo, foram apresentadas ao longo deste trabalho reflexões, tanto no contexto teórico quanto na pesquisa de campo. Ao lançar um olhar na questão agrária em nível nacional, podemos ver que historicamente, o quadro fundiário geral não tem se alterado significativamente, pois na mesma proporção que aumentou a quantidade de pequenas propriedades, registrou-se também um crescimento daqueles de grande porte.

Com isso, claramente pode-se notar que existe e persiste uma concentração de terra, na qual poucos proprietários rurais são detentores da maior parte de terras, sendo ainda, a situação mais agravada por grande quantidade dessas terras, ser considerada improdutiva.

O fato é que não se pode falar em reforma agrária no sentido literal, pois a realidade é bem outra, com os trabalhadores rurais sem-terra tendo que fazer grandes movimentos de lutas para, primeiro conquistar seu pedaço de terra, e, depois, para conseguirem trabalhar essa terra, produzindo não apenas para sua subsistência, mas também para a comercialização.

No caminhar da investigação teórica, verificamos que não existem efetivos esforços no sentido de realizar as devidas desapropriações, indenizações e distribuições de terras para os camponeses. Isso mostra um claro desrespeito ao preconizado no art. 184 da Carta Magna vigente, pois se constata uma não ação governamental nesse sentido, ou seja, o Estado não tem cumprido com sua responsabilidade.

Há uma distribuição de lotes de terras aos trabalhadores, mas realizada equivocadamente, resultado de longos impasses e permeada pela simples divisão, sem uma garantia de real acesso a terra, ou mesmo condições para aqueles que precisam produzir. Assim, não há como negar que a reforma agrária ainda está muito mais na pauta, do que na prática, uma vez que os projetos e programas

governamentais não têm sido executados como deveriam, já que os esforços não tem sido suficientes para uma mudança significativa na estrutura fundiária, com os trabalhadores rurais dispendo de lotes e condições de trabalhar a terra.

Em se tratando do Estado de Mato Grosso do Sul, a história não é muito diferente, com a luta pela terra sendo marcada por muitos conflitos, pois o modo como os grandes proprietários exploram a terra causam insatisfação há muito tempo, já que muitos acabam por se focar na atividade pecuária para justificar a não produtividade agrícola.

No entanto, os trabalhadores sem terra não estão passivos a isso tudo, ao contrário, continuam se mobilizando e lutando pelo acesso a terra. Movimentam-se para que haja a legitimação desse direito que possuem. Mesmo diante da situação controversa que enfrentam, não desistem.

Isso foi possível comprovar mediante a realização do estudo no Assentamento Floresta Branca, pelo qual é constatada tamanha luta das famílias que hoje estão assentadas e trabalhando nos seus pedaços de terra. A pesquisa tomou como foco inicial a vida dos trabalhadores antes de decidirem por acampar, isso há aproximadamente vinte anos.

Pelos depoimentos dos trabalhadores participantes do estudo fica enunciada a luta e as dificuldades travadas nesse período, com uma rotina diária árdua, sem as devidas condições de trabalho, alimentação e moradia. Os discursos mostram que eram explorados por seus patrões, ou seja, pelos proprietários de terra; isso é visível principalmente nos relatos daqueles que na época trabalhavam na área rural, como diaristas e boias-frias.

Os resultados obtidos permitem verificar o período de acampamento ganha muita importância na vida dos trabalhadores, pois ali precisaram aprender a se organizar, a conviver com pessoas de diferentes comportamentos e culturas, e, descobriram como cidadãos, deviam ser respeitados.

Em seguida o foco foi a vivência no acampamento, considerado como espaço transitório no caminho da conquista da terra. Dentro desse contexto, a maioria passou por grandes dificuldades e até mesmo, por sentimentos de frustração e medo. As condições de vida também eram precárias, mas independente disso, eram indivíduos decididos a lutar, mesmo que nesse processo, tivessem que se sacrificar ou sacrificar a seus familiares. Tinham a consciência que isso seria passageiro, que quando conquistasse suas terras, tudo compensaria.

Esse pensamento que compartilhavam veio realmente se materializar a partir do momento que se tornaram assentados no 'Assentamento Floresta Branca'. A história deles revela tantas dores e dissabores, mas mostra que eram pessoas realmente a fim de cultivar a terra, a fim de conseguir produzir tanto para a sobrevivência como para a venda de seus produtos. Isso é facilmente comprovado ao conhecer alguns deles, ao ver o que hoje possuem, tendo começado absolutamente do zero.

Uma das constatações da pesquisa foi o assentamento veio possibilitar acessibilidade à terra para um povo historicamente excluído, que mesmo diante das dificuldades iniciais conseguiram vencer. Não que hoje vivam em condições ideais, na verdade longe disso, pois a conjuntura econômica brasileira não colabora para que a maioria dos brasileiros viva realmente bem, mas é inegável que o modo de vida dessa população ganhou uma nova tonalidade, a condição de assentados possibilitou, através de trabalho árduo, conquistar boa moradia, boa alimentação e meios de transporte.

Os resultados demonstram que há certo descontentamento, principalmente no aspecto educacional, que se caracterizou como um das grandes preocupações, mas que os assentados têm sabido lidar com as situações adversas. Mesmo diante das dificuldades, têm contribuído com o crescimento de Eldorado, por meio da comercialização de produtos como o leite e a mandioca.

O mais gratificante e que corroborou com o constatado, é que pessoas ligadas aos órgãos municipais declararam claramente que esses trabalhadores rurais são responsáveis pela forma com que a cidade de Eldorado se encontra atualmente. Os discursos identificam os assentados como divisores de águas, pois afirmam que há um Eldorado antes e uma depois do surgimento do assentamento.

Certamente vêm legitimar toda luta e conquista desses trabalhadores assentados. Esse reconhecimento social e econômico demonstrado pela área governamental e que se reflete em outros setores, efetivamente veio romper com aquela tensão inicial, que fez com que os sem terras fossem considerados desordeiros e cheios de más intenções.

Como se vê, de trabalhadores sem terras à pequenos produtores rurais camponeses, mesmo passando por lutas incessantes, muitas das quais ainda fazem parte do cotidiano dos assentados, pois é preciso continuar batalhando para se

manter frente aos seus pequenos, mas frutíferos meio de sobrevivência. Portanto, em vias de finalização pode-se afirmar que o desbravamento não cessou com a conquista, mas vem se estendendo ano após ano, pois assegurar os direitos de desenvolvimento do próprio assentamento, assim como das famílias em particular, é preciso. Que isso, no Assentamento Floresta Branca, continue se dando da forma organizada, pautada na união e trabalho conjunto, como esses assentados vêm fazendo desde o início de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. 388f. Tese (Pós-graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina: EDUEL, 1997.

BARUFFI, Helder. *Metodologia da pesquisa: orientações metodológicas para a elaboração da monografia*. 4. ed. Dourados: Hbedit, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: 5 de outubro de 1988*. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. *Reforma Agrária: compromisso de todos*. Presidência da República. Brasília, 1997.

CAMPESTRINI, Hidelbrando. *Eldorado: memórias e riquezas*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2012.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Trad. Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010. pp.27-80

CARVALHO, Edson Ferreira de. *Manual Didático de Direito*. Curitiba: Juruá Editora, 2010. 568p.

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, Brasília, n. 12, pp.1-20, Jun./Dez, 1995.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)*. Campo Grande: UCDB, 1999.

DALLARI, Sueli Gandolfi. O conteúdo do direito à saúde. In: COSTA, Alexandre Bernardino [et al.] (Orgs.) *O Direito achado na rua: introdução crítica ao direito à saúde*. Brasília: CEAD/ UnB, 2009. pp.91-111

DATALUTA – *Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2011*. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, 2012.

FABRINI, João Edmilson. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra no centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. 293f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2002.

FALCHI, Edna de. *Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem terra do sul de Mato Grosso do Sul*. 2007. 225f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta, WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (orgs.). *Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA ; São Paulo : Uniará [co-editor], 2008. pp.27-52

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. 1994. 208f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Trad. Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010. pp.161-198.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HELFFENSTEIN, Adriano Michel. *O programa luz para todos como política pública de desenvolvimento econômico e social nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul*. 2010. 153f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE, *Produção Agrícola Municipal 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004 a 2011.

IBGE. *Produção da Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004 a 2011.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. *Situação e perspectivas da agricultura brasileira: textos para estudo e debate*. São Paulo: IICA, 2008. 87p.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Livro Branco da Grilagem de Terras*. Brasília, DF: INCRA, 1999.

JUNIOR, Policarpo. O maior latifundiário do Brasil: empreiteiro ocupa terras públicas no coração da selva. *Revista Veja*, São Paulo, ano 32, nº 1580, p.28-35, 13 jan.1999.

LEITE JUNIOR, Celso Batista [et al.]. Indicadores social-econômico e ambiental em assentamentos de reforma agrária no cerrado goiano. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.8, n.16, pp.342-378, ago./2013.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira. Reforma Agrária e Desenvolvimento na América Latina: Rompendo com o Reduccionismo das Abordagens Economicistas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 45. n.3. p..777-805, Brasília, jul./set. de 2007.

KAGEYAMA, A. [et al.]. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In.: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (orgs.). *Agricultura e políticas públicas*. Distrito federal: IPEA, 1990.565p. (Série IPEA, n. 127).

LIBERATO, Ana Paula Gularte. *Reforma Agrária: Direito Humano Fundamental*. Curitiba: Juruá Editora, 2003. 166p.

MACHADO DE OLIVEIRA, Umberto. *Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente*. Curitiba: Juruá Editora, 2004. 248p.

MARQUESI, Roberto Wagner. *Direitos Reais Agrários & Função Social*. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009. 202p.

MARTIN, Andrey Minin. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. *Revista História em Reflexão*, Vol. 2, n.4, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados jul./dez., 2008.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. 4. ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

MENDES, Naira Letícia Giongo. *A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do município de Joia*. 2010. 66f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, RS.

MIZUSAKI, M. Y. *Território e reestruturação produtiva na avicultura*. Dourados: Editora da UFGD, 2009. 356p.

MOLINA, Mônica Castagna. *A reforma Agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra: a reinvenção do futuro*. 1998. 165f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo.

MOREIRA, Jairto Saraiva. *Professores do assentamento Taquaral: a trajetória da luta pela terra e educação*. 2010. 87f. Tese (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande, 2010.

NOGUEIRA, Juliana Tosati. *Fronteiriços: diferentes territorialidades no assentamento Itamarati I – MS*. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: Dossiê Desenvolvimento Rural. *Revista de Estudos Avançados da USP*, v.15, n. 43. pp.185-206, São Paulo: IEA, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Geografia das Lutas no Campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

PONTES, Daniele Regina. *Direito à moradia: entre o tempo e o espaço das apropriações*. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

ROOS, Djoní. *As Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra: o Caso do Assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu – PR*. 2007. 82f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon, PR.

ROSA, Marcelo Carvalho. *Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros*. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Trad. Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010. pp.461-478

SAMPAIO, Plínio de Arruda. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Trad. Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010. pp.397-408

SCHWARTZ, Christian. O maior latifundiário do Brasil: preso em Manaus, ele tem registro de propriedade de 1,5% do território nacional. *Revista Veja*, São Paulo, ano 34, nº 1696, 18 abr. 2001.

SILVA JUNIOR, José Plácido da. Falta de sintonia com o campesinato e afinidade com o agronegócio. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva, LAZZARIN, Flávio. *Conflitos no Campo – Brasil 2012*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013. pp.142-147

WEBGRAFIA

BRASIL. *Constituição Federal Brasileira de 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm>. Com acesso em: 1 dez. 2013.

BRASIL. *Decreto de 12 de agosto de 1997*. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=124891>>. Com acesso em: 12 jun. 2013.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010*. Disponível em: <conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2005/resolucao333.htm>. Com acesso em: 1 dez. 2013.

BRASIL. *Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964: Estatuto da Terra*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Com acesso em: 26 abr. 2013.

BRASIL. *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993: Lei da Reforma Agrária*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Com acesso em: 26 abr. 2013.

BRASIL. *Mapa de Mato Grosso do SUL (MS)*. Disponível em: <<https://maps.google.com.br>>. Com acesso em: 15 maio 2013.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Perspectivas do Agronegócio para 2013 e balanço de 2012*. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/sut.apres-coletiva-11dez2012.pdf>>. Com acesso em: 25 abr. 2013.

DIÁRIO DE CUIABÁ. *Incra promete a acampados área que não é sua, diz proprietário*. Disponível em <<http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/131097/cidades2.htm>>. Com acesso em: 12 jun. 2013.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. *Ata da 25ª Sessão, Não Deliberativa, em 11 de março de 2013*. 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Março de 2013. Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/diarios>>. Acesso em 15 set. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Eldorados/MS: dados básicos*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=5035>>. Com acesso em: 18 maio 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estado: Mato Grosso do Sul*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>>. Com acesso em: 06 jul. 2014.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos de trabalhadores(as) rurais - números oficiais*. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>>. Com acesso em 20 jun. 2013

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relação total de imóveis rurais Brasil (abril 2012)*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Com acesso em: 25 abr. 2013.

MELLO, Daniel. *INCRA contesta números do MST sobre famílias acampadas*. Disponível em: <<http://www.suldopiaui.com/portal/noticias/brasil/13,4241,incra-contesta-numeros-do-mst-sobre-familias-acampadas.html>>. Com acesso em: 06 jul. 2014.

PORTAL ODM. *Acompanhamento Municipal dos objetivos de Desenvolvimento Milênio*. Relatórios Dinâmicos. Indicadores municipais. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=16180>. Com acesso em: 18 maio 2013.

ROOS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. 2009. *Conflitos de projetos: aprendizagem e resistência camponesa na luta pela terra*. Disponível em: <www.uff.br/vsinga/trabalhos/.../Djoni%20Roos.pdf>. Com acesso em: 12 jan. 2014.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. *Ciênc. saúde coletiva*, vol.15, p.1575-1584, Rio de Janeiro, jun./2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700069&script=sci_arttext>. Com acesso em: 20 nov. 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ASSENTADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Projeto: Assentamento Fazenda Floresta Branca - Eldorado MS

Entrevista realizada por: Luciana Nogueira de Souza

Datas: ___/05/2013 e ___/11/2013

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ASSENTADOS

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____ Idade: _____

Naturalidade: Cidade: _____ Estado: _____

País: () Brasil () Paraguai

Lote: _____ Área: _____

Fone para contato: _____

Grau de instrução: _____ Casado () sim () não

Filhos: () sim () não

Quantos filhos? _____

Os filhos em idade escolar estudam? () sim () não

II – TRAJETÓRIA DE VIDA E DE LUTA PELA TERRA:

1. De que cidade você veio? Área: () Rural () Urbana

2. O que fazia/trabalhava antes de vir para cá?

3. Você é titular do lote? () sim () não

5. Mora no assentamento desde o ano de:

6. Como conseguiu o lote?

7. De que maneira iniciou o trabalho na terra após a ocupação e formação do Assentamento Floresta Branca?

8. Em caso de acampamento:

- Como e por que resolveu participar do acampamento?
- Quanto tempo ficou acampado?
- Como era a vida no acampamento?
- Enfrentaram muitas dificuldades?
- Quais eram essas dificuldades?
- Participava de algum movimento social?

() MST () CUT () FETRAGRI () Outros

III – RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO:

1. Quais atividades desenvolvem na propriedade?

-Agricultura

CULTURA	Área plantada (ha)	Q	Autoconsumo (q)	Comercialização (Q)	Local	Renda	Quem cuida

- Pecuária, pequenos animais e aves

ESPECIFICAÇÃO	Área plantada (ha)	Q	Autoconsumo (q)	Comercialização (Q)	Local	Renda	Quem cuida

- Outras atividades

ESPECIFICAÇÃO	Área plantada (ha)	Q	Autoconsumo (q)	Comercialização (Q)	Local	Renda	Quem cuida

IV – INSTRUMENTOS DE TRABALHO:

1. Quais instrumentos de trabalho possui?
() trator () colheitadeira () Outros_____
2. As famílias assentadas costumam se ajudar no trabalho? () sim () não
3. De que forma ocorre essa ajuda mútua?

V- ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

1. Tipo de residência: () madeira () alvenaria
2. Eletrodomésticos e eletrônicos:
() celular () computador () antena parabólica () aparelho de som () TV
() DVD () máquina de lavar () máquina fotográfica () filmadora
3. Meios de transporte:
() carro de passeio () caminhão () caminhonete () bicicleta
() moto () ônibus () outros
4. Atividades de lazer: () jogar bola () bailes () Outros _____
5. Possui no assentamento:
() igreja () mercado/mercearia () Posto de saúde () Outros_____
6. Existe escola no assentamento? () sim () não Quantas? _____
Oferece (m): () Ensino Médio () Ensino Fundamental () EJA () Educação Infantil
7. Existe agente de saúde no assentamento? () sim () não
8. Sobre a segurança no assentamento, como funciona?
9. Existem reuniões para os assentados? () sim () não
10. Que assuntos são tratados?
11. Você gosta das reuniões? () sim () não
12. Qual é o local dessas reuniões?
13. Alguém da família trabalha na cidade? () sim () não Em qual atividade?
14. Alimentação:
 - O que é produzido no lote: () milho () feijão () café () melancia
() soja () cana () arroz () trigo () Outros_____
 - O que é comprado? () produtos industrializados/enlatados () Outros_____
 - Onde é comprado?
() Eldorado () Iguatemi () Mundo Novo () Japorã () Itaquiraí () Outro
15. Costuma ir à cidade? () sim () não
16. Qual cidade?
() Eldorado () Iguatemi () Mundo Novo () Japorã () Itaquiraí () outro_____
17. Por quais motivos costumar ir à cidade?
() saúde () lazer () negócios () banco () visita a familiares e amigos
() escola () outros_____

18. Qual frequência com que costuma ir?

- () 01 vez ao mês () 02 vezes ao mês () 01 vez por semana () toda semana
 () Todos os dias () Raramente () Outro _____

19. Como é a vida em comunidade das pessoas do assentamento?

- () bom () ótimo () regular () ruim Por quê?

VI – ORGANIZAÇÃO

1. Quantas e quais cooperativas existem no assentamento?
2. Em caso afirmativo, quando e como iniciaram?
3. Participa de alguma cooperativa, organização sindical, política?
 () sim () não Quais?
4. A(s) cooperativas têm contribuído para ajudar as famílias? () sim () não Por quê?
5. Em sua opinião, o que poderia ser feito no assentamento para melhorar a qualidade de vida das famílias?

VII – FINANCIAMENTOS, APOIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Recebe algum incentivo do governo? () sim () não Quais?
2. Tem algum financiamento? () sim () não
3. Está conseguindo pagar? () sim () não Como?
4. Recebe assistência técnica? () sim () não
5. Está satisfeito? () sim () não
6. Você já participou de algum curso de capacitação? () sim () não
7. Qual (is) ? Quem promoveu o(s) curso(s)?

VIII – DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

1. Existem dificuldades na vida do assentamento? () sim () não Quais?
2. O que você faz para resolvê-las?
3. E pontos positivos? () sim () não Quais?
4. Os seus filhos pretendem continuar no lote?
 () sim () não () talvez Motivo:
5. Sua vida melhorou ou piorou depois que conseguiu o lote? Por quê?
 () Melhorou () Piorou Motivo: